

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO NORTE DO ESPÍRITO SANTO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

**ROSIANE MORAIS DOS SANTOS FEITOSA**

**A ARITMÉTICA NA ESCOLA PRIMÁRIA DO ESPÍRITO SANTO NA DÉCADA DE  
1870: PERCEPÇÕES A PARTIR DA OBRA DE MIGUEL MARIA JARDIM**

**SÃO MATEUS  
2018**

**ROSIANE MORAIS DOS SANTOS FEITOSA**

**A ARITMÉTICA NA ESCOLA PRIMÁRIA DO ESPÍRITO SANTO NA DÉCADA DE  
1870: PERCEPÇÕES A PARTIR DA OBRA DE MIGUEL MARIA JARDIM**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino na Educação Básica, na Área de Concentração: Matemática.

Orientador: Prof. Dr. Moysés Gonçalves Siqueira Filho.

**SÃO MATEUS  
2018**

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

F311a Feitosa, Rosiane Moraes dos Santos, 1977-  
A aritmética na escola primária do Espírito Santo na década de 1870: percepções a partir da obra de Miguel Maria Jardim / Rosiane Moraes dos Santos Feitosa. - 2018.  
160 f. : il.

Orientador: Moysés Gonçalves Siqueira Filho.  
Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro Universitário Norte do Espírito Santo.

1. Aritmética. 2. Livros Didáticos. 3. Ensino Primário. I. Siqueira Filho, Moysés Gonçalves. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro Universitário Norte do Espírito Santo. III. Título.

CDU: 37

---

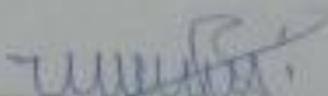
ROSIANE MORAIS DOS SANTOS FEITOSA

**A ARITMÉTICA NA ESCOLA PRIMÁRIA DO ESPÍRITO SANTO NA  
DÉCADA DE 1870: PERCEPÇÕES A PARTIR DA OBRA DE MIGUEL  
MARIA JARDIM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino na Educação Básica.

Aprovada em 07 de dezembro de 2018.

**COMISSÃO EXAMINADORA**



Prof. Dr. Moyses Gonçalves Siqueira  
Filho  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Orientador



Prof. Dr. Lúcio Souza Fassarella  
Universidade Federal do Espírito Santo



Prof. Dr. Maria Alayde Alcantara  
Salim  
Universidade Federal do Espírito Santo



Prof. Dr. Ivanete Batista dos Santos  
Universidade Federal de Sergipe

Em primeiro lugar a Deus, aos meus pais, Waldemar dos Santos e Derli Moraes dos Santos, aos meus irmãos, Ronaldo e Rosineia Moraes, a minha cunhada, Ana Paula Caetano e ao meu esposo Gerlei Rodrigues Feitosa.

Minha família, pedra angular.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Eterno Deus, que me criou dando vida e forças para continuar a enfrentar as lutas e adversidades da vida. A Ti dedico toda honra e glória, pois Tu és o todo poderoso. Senhor, Tu és meu refúgio e fortaleza, socorro bem presente nas tribulações! Pai, bondoso e misericordioso, a quem devo tudo na vida. Não posso viver sem Teu amor, pois somente ele pode a cada dia me tornar uma pessoa melhor. Agradeço por seu amor incondicional.

A meus pais, Waldemar e Derli, que plantaram e cultivaram em mim os valores que hoje tanto defendo e tento passar para meus alunos, de maneira a despertar em seus corações o desejo de sempre lutar por algo maior e nunca desistir dos sonhos, pois não existem obstáculos intransponíveis. Meus pais, fontes de minha persistência.

Aos meus irmãos Ronaldo, Rosineia e minha cunhada Ana Paula, pelo enorme carinho e constante incentivo para o cumprimento desta etapa.

A meu amor e companheiro de todas as horas, Gerlei Rodrigues Feitosa, por incentivar a tentar o processo de seleção e quem tanto me ajudou a encontrar os documentos para a realização desta pesquisa. Seu apoio, seja nos momentos de alegria ao localizar um documento ou pelo texto que o orientador aprovara, seja nos momentos de angústia, pensando não mais conseguir continuar foi fundamental para a conclusão deste trabalho. Agradeço muito pela compreensão, pelos períodos de ausência. Sei que foi muito difícil para você.

Ao professor Moysés Gonçalves Siqueira Filho, de maneira muito especial, meu orientador, pelo voto de confiança. Obrigada pela paciência e dedicação demonstrada durante este trabalho e por constantemente compartilhar o seu saber. Sua pessoa foi fundamental na minha jornada como aluna do Mestrado. Muito obrigada pela companhia nesta aventura que é trabalhar com a história em Educação Matemática.

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica, de modo especial, a Lúcio Souza Fassarella, Rita de Cassia Cristofoleti e

Andrea Brandão Locatelli que, com seus ensinamentos, contribuíram para minha formação profissional e para o meu aperfeiçoamento como pesquisadora.

Aos professores Ivanete Batista dos Santos, Lúcio Souza Fassarella e Maria Alayde Alcantara Salim por terem aceitado participar da banca examinadora, pela leitura cuidadosa deste trabalho e pelas contribuições para o enriquecimento da escrita.

A todos os colegas do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica, em especial, os que compartilharam a Matemática como área de estudo: Alice Venturini, Aminadabe de Faria Aguiar Queiroz, Andia Ribeiro Alves, Carlos Alberto Afonso de Almeida Júnior, César Jesus da Rocha, Géssica Gonçalves Martins, Hairley Figueira Mesquita, Mírian Gelli da Costa Andrade, Renata Cristina Araújo Gomes e Rosângela Miranda Santos. Agradeço pela experiência nas discussões acadêmicas e pelo companheirismo e amizade.

A equipe do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, que tão gentilmente, recebeu-me em suas instalações, não importava quantas vezes fosse, fazendo de tudo para que eu me sentisse confortável, enquanto ali estivesse analisando os documentos.

A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, em especial, a pesquisadora da divisão de informação documental, Ine Nunes Rubim, pelas informações referentes aos livros didáticos identificados nesta pesquisa que se encontram depositados no acervo da Biblioteca Nacional.

A Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa, em especial, as funcionárias do setor de reprodução, Ana Sabido e Luíza Vaz, que gentilmente forneceram todas as informações e agilizaram o processo de digitalização e envio da obra *Arithmetica Elementar* de Miguel Maria Jardim.

As minhas colegas de trabalho, Mayre Cristina Tybel e Nilma Perim, pelo apoio e incentivo a tentar o mestrado.

Agradeço a minha diretora, Angela Maria Bissoli pela compreensão e por ajustar os horários do trabalho. Minha gratidão é eterna.

A meus alunos, razão de muitas das minhas buscas. **MUITO OBRIGADA!**

Mire veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou.

*João Guimarães Rosa*

## RESUMO

Busca responder à seguinte questão de investigação: Como a *Arithmetica Elementar* de Miguel Maria Jardim, adotada pela instrução primária espírito-santense, refletira os conteúdos e métodos propostos nas legislações vigentes na década de 1870? A partir dessa indagação, tem por objetivo analisar o livro didático de Miguel Maria Jardim, adotado pela instrução primária espírito-santense, na década de 1870, considerando os conteúdos e métodos propostos pela legislação vigente na época. Para tal, [1] Inventaria os opúsculos de aritmética que circularam no Estado do Espírito Santo, a partir da legislação, dirigida à instrução pública, e dos jornais da época; [2] Examina elementos biográficos relacionados ao livro didático de aritmética do autor, Miguel Maria Jardim; [3] Identifica a aritmética *a ensinar* preconizada no livro didático cotejada pelos programas de ensino vigente no período delimitado. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho histórico-documental fundamentada nos constructos da História Cultural, tais como: *prática e representação*, propostos por Roger Chartier (2002), e *cultura escolar*, descrita por Dominique Julia (2001); além dos conceitos de saberes *a* e *para ensinar*, propostos por Hofstetter e Schneuwly (2017). Quanto às fontes utilizadas, foram analisados os Regulamentos da Instrução Pública para o Estado do Espírito Santo, 1873 e 1877; Relatórios de governo; Correspondência Oficial; Jornais; sendo privilegiado o livro didático de Miguel Maria Jardim, “*Arithmetica Elementar*”. As análises documentais indicam que a obra de Jardim teve várias edições e foi adotada em cinco estados brasileiros: Rio de Janeiro, Bahia, Alagoas, Pará e Espírito Santo, circulando nesses estados por quase 20 anos. Estruturada segundo o método sintético, das 51 lições em que a obra está organizada, 32 tratam especificamente de conteúdos previstos na legislação da escola primária espírito-santense, na década de 1870 (definições; numeração; as quatro operações com números inteiros; prova dos nove; frações (ordinária, imprópria e mista); simplificação de frações; caracteres de divisibilidade; máximo divisor comum; redução de frações ao mesmo denominador; comparação de frações; as quatro operações envolvendo frações; frações decimais; número decimal; reduzir fração decimal a ordinária; converter fração ordinária em decimal; dízima periódica; as quatro operações envolvendo decimais; número complexo; as quatro operações com número complexo). O conteúdo sobre o Sistema Métrico Decimal, previsto na legislação da época, também, é contemplado na obra por meio de 10 lições. O estudo indicou também, conforme a legislação em voga, que as últimas 9 lições da *Arithmetica Elementar* de Jardim (proporção, razão, regra de três simples, regra de três composta, regra de juros, regra de desconto, regra de companhia e regra de liga), não refletiam conteúdos propostos para a escola primária e, sim, conteúdos destinados à Escola Normal.

**Palavras-chave:** Aritmética. Livros didáticos. Miguel Maria Jardim.

## ABSTRACT

Seeking to answer the question: How does Miguel Jardim's Elementary Arithmetic, adopted by the Espírito-Santense primary instruction, would reflect contents and methods proposed by in the laws of 1870 decades? From such question, this current work aims to analyze Miguel Maria Jardim's booklet adopted by the Espírito-Santense primary instruction in the decades of 1870, considering the methods and contents proposed by this time current law. In order to accomplish that, [1] select the opuscles of arithmetic which go around the north of Espírito Santo state, from this law, led to the public instruction, and from the newspapers of the time, [2] examine biographical elements related to the author's arithmetic book, Miguel Maria Jardim; [3] identifies the arithmetic to teach advocated in the textbooks checked by teaching programs that were current in the delimited time. It is a qualitative research from a historical-documental nature fundamented in the Cultural History constructs such as: practice and representation, proposed by Roger Chartier (2002), and school culture, described by Dominique Julia (2001); besides the conceptions and the knowledge to teach and to be taught, proposed by Hofstetter and Schneuwly (2017). About the source used it is mentioned the Public Instructions Regulaments to the state of Espírito Santo, 1873 and 1877, Government's reports, Official mails, newspapers taking as a privilege the Miguel Maria Jardim's textbook "Elementar Arithmetic". Document analyses show that this work had many editions and it was adopted in five Brazilian states: Rio de Janeiro, Bahia, Alagoas, Pará e Espírito Santo, being guaranteed in these states for almost 20 years. Structured according to the synthetic method, from 51 lessons which the work is organized, 32 specifically about the contents predicted in the Espírito-Santense primary school, in the decades of 1870 (definitions, numerations; the 4 operations with complete numbers, proof of the nine, fractions (ordinary, improper and mixed); fractions simplification, division of characters, maximum common divisor, fraction reduction to the same denominator, fraction comparisons, the four operation involving fractions, denary fractions, denary number, reduce denary fraction to the ordinary,; convert ordinary fraction to the denary one, periodic decimation, the four operations involving the denary ones, complex numbers, the four operations with complex number). The content about the Denary measuring System, predicted in the time's law, is also contemplated in the work through 10 likings. The studied also showed, according to the current law, that the Jardim's 9 last elementar arithmetic lessons (proportion, reason, the simple 3 rules, the composed 3 rules, the interest rules, the discount rules, the companionship rule and the linking rule) don't reflect on the proposed contents to the primary school, but to contents destined to the normal school.

**Key words:** arithmetic, textbooks, Miguel Maria Jardim.

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 01</b> - Actos Officiaes - Governo - 1878.....	52
<b>FIGURA 02</b> - Venda de livros pela Casa João Serafim da Victoria na Capital do Estado do Espírito Santo - 1886 .....	53
<b>FIGURA 03</b> - Livro Azul - Espírito Santo - 1890.....	54
<b>FIGURA 04</b> - Factos e Boatos - Espírito Santo - 1895.....	54
<b>FIGURA 05</b> - Pesquisa realizada no Catálogo - BNP .....	55
<b>FIGURA 06</b> - Folha de rosto - Arithmetica Elementar de Jardim - 1879.....	55
<b>FIGURA 07</b> - Arithmetica de Couturier - 1909.....	56
<b>FIGURA 08</b> - Arithmetica de Couturier - 1891 .....	56
<b>FIGURA 09</b> - Reunião de professores realizada em 19 de dezembro de 1889 para a escolha de livro didático em Vitória.....	57
<b>FIGURA 10</b> - Arithmetica de Couturier adotada em 1890 .....	59
<b>FIGURA 11</b> - Livros vendidos pela Papelaria Commercial - Espírito Santo - 1894.....	60
<b>FIGURA 12</b> - Distribuição das Arithmeticas de Trajano e Rodrigues da Costa pela Instrução Pública Capixaba - 1893 .....	61
<b>FIGURA 13</b> - Ofício direcionado ao Presidente do Estado do Espírito Santo em 1896 .....	62
<b>FIGURA 14</b> - Ofício direcionado ao Diretor do Tesouro do Estado do Espírito Santo em 1897 .....	63
<b>FIGURA 15</b> - Distribuição da Arithmetica de Trajano pela Instrução Pública Capixaba - 1898 .....	65
<b>FIGURA 16</b> - Congregação do Atheneu do Espírito Santo avalia obra do professor Amâncio P. Pereira em 1892 .....	66
<b>FIGURA 17</b> – Arithmetica Primaria de Trajano – Casa Laemmert - 1890 .....	66
<b>FIGURA 18</b> - Capa da Arithmetica Primária de Trajano - 12ª edição.....	67
<b>FIGURA 19</b> - Escolha de livro didático para as escolas primárias - 1902 .....	68
<b>FIGURA 20</b> - Arithmetica das Escolas Primarias de Felisberto de Carvalho - 1888.....	68
<b>FIGURA 21</b> - Escolha de livro didático para as escolas primárias - 1903 .....	69
<b>FIGURA 22</b> - Folha de rosto da Arithmetica de Vianna - 1906.....	70
<b>FIGURA 23</b> - Instituto Atheneu adota o compêndio Elementos de Arithmetica de João Vianna - 1890.....	71
<b>FIGURA 24</b> - Reunião da congregação dos lentes da Escola Normal - 1910.....	73
<b>FIGURA 25</b> - Arithmetica da F.T.D Ginásio Espírito Santense - 1911 .....	74

<b>FIGURA 26</b> - Arithmetica da F.T.D Escola Normal - 1911 .....	74
<b>FIGURA 27</b> - Escola Normal adota Elementos de Arithmetica da F.T.D - 1912.....	76
<b>FIGURA 28</b> - Livros adotados pela Escola Normal em 1916.....	77
<b>FIGURA 29</b> - Livros adotados pelo Ginásio Espírito Santense - 1916.....	78
<b>FIGURA 30</b> - Livros adotados pelo Ginásio Espírito Santense - 1919.....	78
<b>FIGURA 31</b> - Governo autoriza a compra de livros didáticos de Aritmética.....	80
<b>FIGURA 32</b> - Actos Officiaes - Naturalização de Portugueses - 1865 .....	83
<b>FIGURA 33</b> - Relação de estrangeiros naturalizados em 1865.....	83
<b>FIGURA 34</b> - Província do Rio de Janeiro - Nomeação de Jardim - 1867.....	86
<b>FIGURA 35</b> - Remoção de M. M. Jardim para Ponta de Areia - 1868.....	87
<b>FIGURA 36</b> - Remoção de M. M. Jardim para São Domingos - 1872.....	87
<b>FIGURA 37</b> - Miguel M. Jardim passa ser professor vitalício em 1872.....	88
<b>FIGURA 38</b> - Licença de trabalho concedida a Jardim - 1878 .....	88
<b>FIGURA 39</b> - Miguel Maria Jardim embarca para Lisboa - 1878 .....	89
<b>FIGURA 40</b> - Jardim realiza tratamento de saúde na Europa - 1879.....	89
<b>FIGURA 41</b> - Professor Miguel Maria Jardim - 1925 - Rio de Janeiro.....	93
<b>FIGURA 42</b> - Miguel M. Jardim - Inspetor das escolas de Niterói - 1885 .....	93
<b>FIGURA 43</b> - Jardim: jornalista e colaborador do jornal O Fluminense .....	94
<b>FIGURA 44</b> - Livros publicados por Jardim até o ano de 1874 .....	95
<b>FIGURA 45</b> - Syllabario Escolar de Miguel Maria Jardim - 1879.....	96
<b>FIGURA 46</b> - Publicação da primeira edição - Arithmetica Elementar .....	98
<b>FIGURA 47</b> - Arithmetica Elementar de Jardim para uso dos meninos .....	98
<b>FIGURA 48</b> - Notícia aos professores - 1873.....	100
<b>FIGURA 49</b> - Arithmetica de Jardim foi divulgada na Província de São Paulo em 1873 .....	100
<b>FIGURA 50</b> - Arithmetica de Jardim foi divulgada na Província de São Paulo em 1873 .....	101
<b>FIGURA 51</b> - Notícia aos professores – 1874.....	102
<b>FIGURA 52</b> - Publicações - 3ª edição da Arithmetica Elementar de Jardim .....	102
<b>FIGURA 53</b> - Professores Paulistas solicitam adoção da Arithmetica de Jardim em 1877 .	104
<b>FIGURA 54</b> - Capa da Arithmetica Elementar de Jardim - 1879 - .....	105
<b>FIGURA 55</b> - Programa da Arithmetica Elementar de Jardim .....	106
<b>FIGURA 56</b> - Sinais aritméticos apresentados na Arithmetica Elementar de Jardim .....	108
<b>FIGURA 57</b> - Programa de Ensino de Aritmética para as escolas primárias do Rio de Janeiro em 1873 – Cálculo Mental. ....	110

<b>FIGURA 58</b> - Exemplos de combinações com o número 2 proposto por Almeida.....	111
<b>FIGURA 59</b> - Exemplos para pratica adição na Arithmetica de Jardim.....	113
<b>FIGURA 60</b> - Jardim utiliza o termo problema no índice da Arithmetica Elementar.....	113
<b>FIGURA 61</b> - Exemplos para praticar sobre multiplicação de frações na Arithmetica de ....	115
<b>FIGURA 62</b> - Exercícios para praticar - Sistema métrico decimal .....	116
<b>FIGURA 63</b> - Exposição da Lição 42 contida no Programa da Arithmetica Elementar (índice) .....	116
<b>FIGURA 64</b> - Figura presentes na Arithmetica de Jardim .....	117
<b>FIGURA 65</b> - Nova edição da Arithmetica de Jardim - 1882.....	118
<b>FIGURA 66</b> - Nova edição da Arithmetica de Jardim - 1891.....	119
<b>FIGURA 67</b> - Nova edição da Arithmetica de Jardim - 1899.....	120
<b>FIGURA 68</b> – Arithmetica de Jardim é adotada nas Escolas de Aprendizes Marinheiro em 1907.....	122
<b>FIGURA 69</b> - Jardim solicita parecer do Conselho Central de Instrução - 1877.....	132
<b>FIGURA 70</b> - Foram fornecidas cinco exemplares da Arithmetica de Jardim ao Conselho Central da Instrução Pública – 1877 .....	132

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Dissertações e Teses produzidas com foco na Aritmética que perpassam o período republicano no Brasil, 2013 a 2017.....	30
<b>Quadro 2</b> – Dissertações e Teses produzidas no Espírito Santo, 2008 a 2015.....	32
<b>Quadro 3</b> – Produção dos membros do PPGEEB vinculados ao GHEMAT-BRASIL, 2014 a 2018.....	33
<b>Quadro 4</b> – Relação de livros de Aritmética identificados em jornais do Estado do Espírito Santo – 1878 a 1919.....	48
<b>Quadro 5</b> – Venda de livros pela Casa João Serafim da Victoria na capital do Estado do Espírito Santo – 1886.....	52
<b>Quadro 6</b> – Distribuição das Arithmeticas de Trajano e Rodrigues da Costa pela Instrução Pública Capixaba.....	60
<b>Quadro 7</b> – Ofício direcionado ao Presidente do Estado do Espírito Santo em 1996.....	62
<b>Quadro 8</b> – Ofício direcionado ao Diretor do Tesouro do Estado do Espírito Santo em 1897.....	63
<b>Quadro 9</b> – Instituto Atheneu adota o compêndio Elementos de Arithmetica de João Vianna. Vitória, 1890.....	70
<b>Quadro 10</b> – Arithmetica da F.T.D – Escola Normal – 1911.....	74
<b>Quadro 11</b> – Arithmetica da F.T.D – Ginásio Espírito Santense – 1911.....	74
<b>Quadro 12</b> – Livros adotados pela Escola Normal em 1916.....	76
<b>Quadro 13</b> – Autores dos livros das Matemáticas que foram adotados tanto pela Escola Normal quanto pelo Ginásio Espírito Santense – 1911 a 1919.....	78
<b>Quadro 14</b> – Locais em que M. M. Jardim atuou como professor na Província do Rio de Janeiro – 1867 a 1880.....	87
<b>Quadro 15</b> – Jardim realiza tratamento de saúde na Europa – 1879.....	89
<b>Quadro 16</b> – Arithmetica Elementar de Jardim para uso dos meninos.....	98

<b>Quadro 17</b> – Arithmetica de Jardim é adotada nas Escolas de Aprendizizes Marinheiro em 1907.....	121
<b>Quadro 18</b> – Conteúdo de Aritmética previsto no Regulamento da Instrução Primária em 1873.....	125
<b>Quadro 19</b> – Currículo da Escola Normal em 1873.....	125
<b>Quadro 20</b> – Conteúdo da 2ª cadeira do 1º ano da Escola Normal – 1873.....	126
<b>Quadro 21</b> – Currículo dos dois Colégios: Atheneu Provincial e Nossa Senhora da Penha – 1877.....	129
<b>Quadro 22</b> – Comparativo do Programa de Aritmética para a escola primária, 1873 e 1877, com a Arithmetica Elementar de Jardim (1879).....	132
<b>Quadro 23</b> – Comparativo do Programa de Aritmética para a escola normal, 1873 e 1877, com a Arithmetica Elementar de Jardim (1879).....	133

## LISTA DE SIGLAS

**APEES** – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

**BDTD** – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

**BNDIGITAL** - Biblioteca Nacional Digital do Brasil

**BN** – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

**BNP** – Biblioteca Nacional de Portugal

**BPES** – Biblioteca Pública do Espírito Santo

**CAPES** – Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

**CEE** – Caixa Econômica Escolar

**CEF** – Caixa Econômica Federal

**CEUNES** – Centro Universitário Norte do Espírito Santo

**CEUNES** – Coordenação Universitária Norte do Espírito Santo

**CNPq** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

**COFECUB** – Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil

**EBRAPEM** – Encontro Brasileiro de Estudantes de Pós-Graduação em Educação Matemática

**ECEM** – Encontro Capixaba de Educação Matemática

**ENAPHEM** – Encontro Nacional de Pesquisa em História da Educação Matemática

**GHEMAT** – Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática do Brasil

**PPGE-UFES** – Programa de Pós Graduação em Educação

**PPGEEB-UFES** – Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica

**PUC-PR** – Pontifícia Universidade Católica do Paraná

**RCD** – Repositório de Conteúdos Digitais

**SNHCT** – Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia

**UFES** – Universidade Federal do Espírito Santo

**UFMG** – Universidade Federal de Minas Gerais

**UFPE** – Universidade Federal de Pernambuco

**UFRR** – Universidade Federal de Roraima

**UFSC** – Universidade Federal de Santa Catarina

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>18</b>
<b>CAPÍTULO 1: OUTROS OLHARES QUE SUSCITAM UM NOVO OLHAR .....</b>	<b>30</b>
<b>CAPÍTULO 2: LIVROS DE ARITMÉTICA QUE CIRCULARAM NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO: BREVES OBSERVAÇÕES.....</b>	<b>46</b>
<b>2.1 LIVROS DE ARITMÉTICA ADOTADOS NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS.....</b>	<b>52</b>
2.1.1 ARITHMETICA ELEMENTAR – M. M. JARDIM .....	52
2.1.2 ARITHMETICA E METROLOGIA DA INFÂNCIA – MONSENHOR C. COUTURIER .....	56
2.1.3 ARITHMETICA PRIMARIA DE TRAJANO E NOÇÕES DE ARITHMETICA E DO SISTEMA MÉTRICO DECIMAL DE RODRIGUES DA COSTA.....	61
2.1.4 ARITHMETICA DAS ESCOLAS PRIMARIAS – FELISBERTO DE CARVALHO ..	67
2.1.5 ARITHMETICA ELEMENTAR – AMÂNCIO PINTO PEREIRA .....	69
<b>2.2 LIVROS DE ARITMÉTICA ADOTADOS NAS ESCOLAS SECUNDÁRIAS.....</b>	<b>70</b>
2.2.1 ELEMENTOS DE ARITHMETICA - JOÃO VIANNA .....	70
2.2.2 ELEMENTOS DE ARITHMETICA: CURSO SECUNDÁRIO – EDITORA F.T.D ...	73
2.2.3 ARITHMETICA GYMNASIAL DE ARTHUR THIRÈ E ARITHMETICA ESCOLAR DE RAMON ROCA DORDAL .....	76
2.2.4 ELEMENTOS DE ARITHMETICA – EDITORA F.I.C.....	77
<b>CAPÍTULO 3: A ARITMÉTICA ELEMENTAR DE MIGUEL MARIA JARDIM E OS PROGRAMAS DE ENSINO NA DÉCADA DE 1870.....</b>	<b>82</b>
<b>3.1 MIGUEL MARIA JARDIM .....</b>	<b>82</b>
<b>3.2 ARITHMETICA ELEMENTAR DE MIGUEL MARIA JARDIM .....</b>	<b>98</b>
<b>3.3 OS PROGRAMAS DE ENSINO NA DÉCADA DE 1870 .....</b>	<b>123</b>
<b>CAPÍTULO 4: INTERCRUZANDO OLHARES, SINALIZANDO REFLEXÕES.....</b>	<b>136</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>140</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>158</b>

## INTRODUÇÃO

**Articular o passado historicamente não significa conhecê-lo, ‘tal como ele propriamente foi’. Significa apoderar-se de uma lembrança tal qual ela cintilou no instante de um perigo. (...) o perigo ameaça, tanto o conteúdo dado da tradição como aqueles que a recebem. Para ambos é um só e mesmo perigo: deixar-se transformar em instrumento da classe dominante. (...) Ora, dominantes do momento são os herdeiros de todos aqueles que uma vez venceram.**

WALTER BENJAMIN

Licenciada em Matemática (2004): Especialista em Ensino na Educação Básica (2011) e candidata ao título de Mestre em Ensino na Educação Básica (2018), etapas essas, todas percorridas na Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, *Campus São Mateus*<sup>1</sup>, me oportunizam externar meu desejo, sensibilizada pelo excerto acima, de explicitar ao leitor a história dos caminhos por mim trilhados, enveredando meus lugares e minhas vozes ao longo dos processos que me constituíram como professora e pesquisadora em História da Educação Matemática, especialmente, no que concerne ao Ensino de Aritmética<sup>2</sup> nas escolas primárias espírito-santense, nos entremeios do século XIX e XX, tendo por objeto de estudo, a constituição da aritmética.

Mas por que mergulhar em um estudo sobre fatos ocorridos no passado? Hannah Arendt (2009) chama atenção para o fato dos seres novos nascerem para um mundo já constituído, “a criança só é nova em relação a um mundo que existia antes dela, que continuará após sua morte”, e que esse “mundo é velho sempre mais que elas mesmas” (ARENDR, 2009, p. 235 e 246). Ou seja, o mundo já está posto

---

<sup>1</sup> Em 1991 foi criada a Coordenação Universitária Norte do Espírito Santo – conhecida por **A CEUNES**, com o intuito de atender a demanda social no norte do Estado que exigia professores habilitados em cursos superiores para atuarem nos níveis básicos da educação escolar. Sendo assim, paralelamente a esta Coordenação, também foram criados os Cursos de Licenciatura Plena em Biologia, Educação Física, Letras, Matemática e Pedagogia. Anos mais tarde, os cursos de Biologia e Letras deixaram de ser ofertados pela CEUNES. Em 2005, a Coordenação assumiu a nova nomenclatura, **O CEUNES** (SANTOS, 2011).

<sup>2</sup> Conforme Valente (2015, p. 358) o pesquisador ao enveredar nos estudos relativos à história da educação matemática nos primeiros anos escolares precisa estar ciente que não vai encontrar a nomenclatura Matemática nos documentos oficiais, “[...] ela se dá a conhecer por intermédio de diferentes rubricas: cálculo, aritmética, geometria, formas, desenho linear, cartografia, trabalhos manuais etc”.

quando nós nascemos. Portanto, nascemos imersos numa história que é constitutiva do ser humano vir a ser e, dessa forma, não dá para negar o passado.

A matemática escolar no Brasil, desde seus primórdios, teve seu desenvolvimento estritamente ligado aos compêndios didáticos e, conforme Valente (2008, p.141), seria possível considerá-la como a “[...] disciplina que mais tem a sua trajetória histórica atrelada aos livros didáticos”, os quais se configuram como importantes fontes de pesquisa para historiadores em educação matemática, haja vista, segundo o mesmo autor, “ante os novos tempos de História Cultural, tornaram-se preciosos documentos para escrita da história dos saberes escolares” (VALENTE, 2008, p. 141).

Chervel (1990, p. 203) destaca a importância da utilização dos livros didáticos como fonte documental de pesquisa, ao tratar do fenômeno que denominou de “vulgata”. Para ele,

Em cada época, o ensino dispensado pelos professores é, grosso modo, idêntico, para a mesma disciplina e para o mesmo nível. Todos os manuais ou quase todos dizem então a mesma coisa, ou quase isso. Os conceitos ensinados, a terminologia adotada, a coleção de rubricas e capítulos, a organização do *corpus* de conhecimentos, mesmo os exemplos utilizados ou os tipos de exercícios praticados são idênticos, com variações aproximadas. São apenas essas variações, aliás, que podem justificar a publicação de novos manuais e, de qualquer modo, não apresentam mais do que desvios mínimos: o problema do plágio é uma das constantes da edição escolar.

A vulgata é um padrão de referência que norteia a produção didática de uma dada disciplina, para uma determinada época. Esse fenômeno é um produto do processo de constituição da disciplina escolar. Portanto, como citamos, os livros didáticos pela íntima ligação que possuem com a matemática, em particular, constituem-se em elementos fundamentais para a pesquisa do trajeto histórico da educação matemática.

Em face dessas reflexões surgiram outras indagações: Quais os livros didáticos de aritmética que circularam no Estado do Espírito Santo? Quais autores de livros didáticos contribuíram para o desenvolvimento da aritmética como disciplina escolar no estado do Espírito Santo? Quais saberes aritméticos estariam contemplados nesses livros didáticos? Quais os métodos, conteúdos e materiais de ensino

utilizados para o ensino da aritmética na escola primária no referido estado? É possível identificar qual(is) professor(res) no Espírito Santo foi(foram) tido(s) como *expert*<sup>3</sup> da aritmética?

Dessa forma, o objetivo inicial de nossa pesquisa era responder a seguinte questão: Como os livros didáticos de Aritmética, adotados pela instrução primária espírito-santense, refletiam os conteúdos e métodos propostos nas legislações vigentes, no período de 1890 a 1910?

Contudo, os primeiros passos nos levaram, inicialmente, a ampliar o período de investigação em função da localização de dois livros de aritmética adotados no estado: o primeiro, *Arithmetica Elementar*<sup>4</sup>, de Miguel Maria Jardim, datado de 1879; e o segundo, *Elementos de Arithmetica*<sup>5</sup>, de João Luís Vianna, datado de 1906.

Todavia, entendendo que, enquanto o historiador realiza sua pesquisa e constrói seu objeto de estudo, “[...] os passos de seu trabalho não são separados uns dos outros nem se encadeiam numa ordem sucessiva”, mas permitem o encaminhamento da reflexão a partir da posição teórica adotada, “[...] de suas expectativas e do diálogo que faz com as fontes” (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 1989, p. 30), em um movimento em que o avanço ou retrocesso em algumas partes auxilia em melhores exposições de outras. Consequentemente, optamos por analisar apenas uma obra didática em função do tempo para a realização do trabalho, o que nos levou a reformular o problema de pesquisa. Sendo assim, essa investigação propõe responder a seguinte questão: **Como a Arithmetica Elementar de Miguel Maria Jardim, adotada pela instrução primária espírito-santense, refletira os conteúdos e métodos propostos nas legislações vigentes na década de 1870?** Dessa feita, em busca de possíveis respostas, intencionamos:

---

<sup>3</sup> A esse respeito faremos uma conceituação mais ampla no capítulo 3.

<sup>4</sup> A primeira edição datada de novembro de 1872 e, segunda e terceira, respectivamente, datadas de 1873 e 1875. A Instrução Pública Capixaba passou adotar essa obra a partir de 1878.

<sup>5</sup> Quarta edição datada de 1895 e, 11<sup>a</sup> e 17<sup>a</sup>, respectivamente, datadas de 1906 e 1918. A obra de Vianna fora adotada no estado nos anos de 1890, 1909 e 1910.

## Objetivo Geral

Analisar o livro didático de Miguel Maria Jardim, adotado pela instrução primária espírito-santense, na década de 1870, considerando os conteúdos e métodos propostos pela legislação vigente na época.

## Objetivos Específicos

- 1) Inventariar os opúsculos de aritmética que circularam no Estado do Espírito Santo, a partir da legislação, dirigida à instrução pública, e dos jornais da época;
- 2) Examinar elementos biográficos<sup>6</sup> relacionados ao referido livro didático de Miguel Maria Jardim;
- 3) Identificar a aritmética a ensinar preconizada no livro didático cotejada pelos programas de ensino vigentes no período delimitado.

Por entendermos o pesquisador em História da Educação Matemática inserido em um campo multidisciplinar que envolve Educação, Matemática e História, no qual “[...] concorrem a história fornecendo ferramentas conceituais, a educação disponibilizando o seu tempo histórico, a matemática fornecendo seus conteúdos” (PINTO, 2007, p. 3), optamos por uma pesquisa qualitativa, de cunho histórico-documental, que traz consigo informações merecedoras de reflexão e interpretação bem mais ampla às interpostas em simples dados objetivos, analisando-as à luz de alguns princípios da História Cultural (SIQUEIRA FILHO, 1999), a qual, de acordo com Chartier (2002, p.16-17), preconiza “[...] identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é pensada e dada a ler”.

Para tanto, lançamos mãos do conceito de Representação como instrumento teórico para interpretar os traços encontrados por nós nas fontes relacionadas ao ensino de Aritmética no contexto Espírito-Santense, visando compreender o que os livros didáticos de aritmética simbolizavam àquela época, pois as “[...] representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinados pelos interesses de grupos

---

<sup>6</sup> Conforme Valente (2008), tais elementos configuram-se como: a origem da obra, de seu autor, a que público se destinava, sua materialidade (formato, edições, editoras, estruturação dos tópicos, organização e sequenciamento de capítulos), prefácio, as referências colocadas pelo autor/tradutor, análise do conteúdo interno da obra.

que as forjam” (CHARTIER, 2002, p. 17), são “[...] esquemas intelectuais, que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado”<sup>7</sup>.

Em outras palavras, buscar entender as representações, de um tempo ido, é averiguar de onde elas partem, isto é, de onde são proferidos os discursos que “[...] tendem a impor uma autoridade à custa de outros, [...] a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”<sup>8</sup>.

Chartier (2002, p. 27), ainda, nos alerta que a Nova História “[...] deve ser entendida como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido”, dirigindo-se às práticas, pois são elas que dão significado ao mundo. Dizendo de outra forma, trata-se de uma história que não se preocupa em explicar o presente pelos acontecimentos passados, mas se interessa em esclarecer as práticas do passado, considerando o contexto em que ocorreram, pois, “[...] visam fazer reconhecer uma identidade social, exhibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição” (CHARTIER, 2002, p. 23). Assim, as formas de pensar e agir de professores/autores de livros didáticos (como organizaram e estruturam o texto, quais métodos de ensino foram utilizados, quais processos se utilizaram na difusão da obra) e de legisladores da Instrução Pública Primária Espírito-Santense, constituem diferentes práticas em diferentes tempos.

Diante do exposto, compreender um fenômeno na sua essência implica em adentrar na cultura de um tempo e de um espaço, pois é nela que estão embutidas as práticas e representações dos sujeitos. Desse modo, a história preocupa-se com os porquês dos acontecimentos. E esses acontecimentos sempre estarão associados à ação do homem, pois, as estruturas do mundo social “são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas” (CHARTIER, 2002, p. 27).

Ao assumirmos o livro didático, como objeto de estudo, devemos primeiramente conceituá-lo. O que entendemos ser o livro didático? Segundo Choppin (2004, p. 549) essa não é uma tarefa fácil, pois para ele “[...] o livro didático é designado de inúmeras maneiras, e nem sempre é possível explicar as características específicas

---

<sup>7</sup> Ibid.

<sup>8</sup> Ibid.

que podem estar relacionadas a cada uma das denominações”. De acordo com Bittencourt (2004, p. 471), o livro didático

Apesar de ser um objeto bastante familiar e de fácil identificação, é praticamente impossível defini-lo. Pode-se constatar que o livro didático assume ou pode assumir funções diferentes, dependendo das condições, do lugar e do momento em que é produzido e utilizado nas diferentes situações escolares.

Note-se que a preocupação dos autores, ora citados, fora a de apresentar a complexidade em torno de uma definição de livro didático, haja vista a existência de diferentes visões a esse respeito. Nesse sentido, em nossa busca por responder o que entendemos ser o livro didático e após realizamos a leitura do texto de Lajolo (1996, p. 4), optamos pela perspectiva apresentada por ela, qual seja:

[...] utilizado em aulas e cursos, que provavelmente foi escrito, editado, vendido e comprado, tendo em vista essa utilização escolar e sistemática. [...] o livro didático é instrumento específico e importantíssimo de ensino e de aprendizagem formal. Muito embora não seja o único material de que professores e alunos vão valer-se no processo de ensino e aprendizagem, ele pode ser decisivo para a qualidade do aprendizado resultante das atividades escolares. [...] para ser considerado didático, um livro precisa ser usado, de forma sistemática, no ensino-aprendizagem de um determinado objeto do conhecimento humano, geralmente já consolidado como disciplina escolar.

Ao caracterizar o livro didático como texto escrito, editado, vendido e comprado, a autora apresenta elementos que configuram o processo de produção e, dessa forma, assumi-lo como objeto de pesquisa, implica enredá-lo em cenário no qual atuam vários elementos dentre os quais, autores, editoras, professores, alunos (VALENTE, 2008). Isto posto, passamos a entender o livro didático como objeto cultural<sup>9</sup>, uma vez que nele observaremos sua produção e circulação.

Bittencourt (1993, p.18) afirma que o governo brasileiro, ao estabelecer a educação escolar, utilizou-se de vários mecanismos para direcionar e controlar o saber a ser disseminado, o que fez do livro didático, “[...] um instrumento privilegiado do controle estatal sobre o ensino e aprendizado dos diferentes níveis escolares” e, conforme Lajolo (1996, p. 4, grifos da autora), além de funcionar como mecanismo de controle

---

<sup>9</sup> Objeto cultural é “[...] toda e qualquer produção humana capaz de ser identificada a partir de uma materialidade física e/ou química que lhe serve de estrutura material” (OLIVEIRA, 2018, p. 27), caracterizando e identificando o quadro cultural no qual foi produzido, pois, é carregado de significado.

estatal, assumiu um papel relevante em virtude da precaríssima situação educacional no Brasil, “[...] determinando conteúdo e condicionando estratégias de ensino, marcando, pois, de forma decisiva, o *que se ensina e como se ensina* o que se ensina”.

Segundo Choppin (2004, p. 552), os livros didáticos exercem quatro funções essenciais e, “podem variar consideravelmente segundo o ambiente sociocultural, a época, as disciplinas, os níveis de ensino, os métodos e as formas de utilização”. Esse autor considera que documentos como esses podem ser analisados a partir de quatro funções: referencial, instrumental, ideológica e cultural, e documental.

Na função referencial, os livros didáticos refletem a fiel tradução do programa de ensino – “conhecimentos, técnicas ou habilidades que um grupo social acreditava que seja necessário transmitir às novas gerações”<sup>10</sup>. Os livros didáticos na função instrumental subtendem metodologias de aprendizagem propostas nos exercícios, visando “facilitar a memorização dos conhecimentos, favorecer a aquisição de competências disciplinares ou transversais, apropriação de habilidades, de método de análise ou resolução de problemas”<sup>11</sup>. Para esse autor, a função ideológica e cultural é a mais antiga, na qual, a partir do século XIX, “[...] o livro didático se afirmou como um dos vetores essenciais da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes”<sup>12</sup>, assumindo o papel de “aculturar – em certos casos, a doutrinar – as novas gerações”<sup>13</sup>, seja de maneira explícita ou implícita. A função documental surgiu há pouco tempo na literatura escolar, entendendo o livro didático como um objeto possível de fornecer “um conjunto de documentos, textuais ou icônicos, cuja observação ou confrontação podem vir a desenvolver o espírito crítico do aluno”<sup>14</sup>.

Tomaremos a primeira categoria de análise, isto é, a referencial, pois, pretendemos analisar os livros didáticos buscando as aproximações ou afastamentos dos conteúdos preconizados nos livros em relação aos programas oficiais.

Nesse sentido, consideraremos o conteúdo do livro e de como é abordado na obra, pois “[...] a história que o pesquisador escreve não é, na verdade, a dos livros

---

<sup>10</sup> Ibid, p. 552.

<sup>11</sup> Ibid, p.552.

<sup>12</sup> Ibid, p.552.

<sup>13</sup> Ibid, p.552.

<sup>14</sup> Ibid, p. 553.

didáticos: é a história de um tema, de uma noção, de um personagem, de uma disciplina” (CHOPPIN, 2004, p. 554). Nessa perspectiva, o livro didático apresenta-se como um instrumento pedagógico que compõe o ensino das disciplinas curriculares na formação primária.

Segundo Chartier (1999, p.18), cabe ao historiador responder quem foram os atores e quais processos tornaram o texto em livro, pois a “encadernação do texto numa materialidade específica carrega as diferentes interpretações, compreensões e usos de seus diferentes públicos”. Dessa forma, pretendemos realizar uma investigação caracterizada como o esforço de construir uma biografia dos livros didáticos de Aritmética, como sugere Valente (2008).

Uma biografia que leva em consideração vários aspectos de um determinado contexto histórico, tais como a investigação de sua origem; do seu autor; sua materialidade; a análise do seu conteúdo interno; seu prefácio; a forma de abordagens do conteúdo.

Assim posto, entendemos ser o livro didático um elemento configurador da cultura escolar do curso primário, colocada por Julia (2001, p. 9) como o “[...] conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e inculcar, e um conjunto de práticas que definem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”. Ainda, segundo esse mesmo autor, a cultura escolar “[...] não pode ser estudada sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular”<sup>15</sup>.

Cabe-nos, ainda, ao cotejar a obra de Jardim com a Legislação, vigente à época, vislumbrar determinados saberes ligados à aritmética, pois conforme Bertini, Morais e Valente (2017, p. 21):

[...] Através da leitura e análise atenta desses documentos pode-se capturar métodos, didáticas, orientações pedagógicas que podem ser lidas como integrantes do movimento de constituição de *saberes para ensinar e saberes a ensinar*.

---

<sup>15</sup> Ibid, p. 10.

Mas o que viria ser *saberes a ensinar* e *saberes para ensinar*? Bem, o grupo de pesquisa, no qual este trabalho está atrelado, tem-se debruçado sobre um novo aporte teórico-metodológico, que se utiliza da abordagem sócio-histórica, para tratar a questão dos *saberes a ensinar* e *para ensinar*, advindos das pesquisas de Hofstetter; Schneuwly e Borer, membros da Equipe de Pesquisa em História das Ciências da Educação (ERHISE) da Universidade de Genebra, na Suíça. Antes de responder a pergunta anterior, com base nos estudos realizados por essa Equipe, faz-se necessário, em termos teórico-metodológicos conceituar *saber* como

[...] fruto de sistematização, de caráter mais consensual, passível de generalização e objetivação, produto cultural historicamente institucionalizado cujo resultado é a sistematização e organização de determinados conhecimentos com o fim de propiciar a sua comunicação (VALENTE, 2018, p. 381).

Hofstetter e Schneuwly apresentam duas significações da palavra *saber*, elaborada por Barbier, quais sejam:

[...] ‘saberes incorporados’, que se inscreve na zona semântica das capacidades, dos conhecimentos, das competências, das aptidões, das atitudes, das profissionalidades, [...] (HOFSTETTER; SCHNEUWLY, 2017, p. 131)

[...] ‘saberes objetivados’ que remete a realidade com o estatuto de representações [...] dando lugar a enunciados proposicionais e sendo objeto de uma valorização social sancionada por uma atividade de transmissão-comunicação. Elas, essas representações, têm conseqüentemente uma existência distinta daquelas que as enunciam ou daquelas que delas se apropriam. São conserváveis, acumuláveis, apropriáveis (BARBIER, 1996, apud HOFSTETTER; SCHNEUWLY, 2017, p. 131).

Posteriormente, esses autores afirmam que: “[...] colocamos os saberes formalizados no centro de nossas reflexões, tentando conceitualizar o seu papel nas profissões do ensino e da formação”<sup>16</sup>. Nesse contexto, os estudos realizados pela Equipe (ERHISE) indicam que as dinâmicas de constituição dos saberes para a formação de professores no nível primário e secundário ligam-se à compreensão

[...] de como se articulam de um lado os saberes constitutivos do campo profissional, no qual a referência é a expertise profissional (*saberes profissionais* ou *saberes para ensinar*); e, de outro, os saberes emanados dos campos disciplinares de referência produzidos pelas disciplinas universitárias (*saberes disciplinares* ou saberes concernentes aos *saberes a ensinar*) (BORER, 2009, apud VALENTE, 2017, p. 208).

---

<sup>16</sup> Ibid, p. 131.

Os saberes *a ensinar* são os objetos do trabalho dos formadores-professores. Também definidos pela expressão *saberes aos quais formar*. “[...] eles se tornam objetos de saberes constituindo conjuntos de enunciados coerentes e reconhecidos por uma comunidade científica, profissional ou de experts”(WITTORSKI, 2007, apud HOFSTETTER & SCHNEUWLY, 2017, p. 133), todavia, o processo de escolha e transformação dos saberes em saberes *a ensinar* é um processo “[...] complexo que transforma fundamentalmente os saberes *a ensinar* a fim de torná-los ensináveis”<sup>17</sup>. Nesse contexto, têm-se os saberes *para ensinar*, capaz de tomar o objeto de trabalho docente, constituindo como ensinável, dito de outra forma, os saberes *para ensinar* constituem as ferramentas do trabalho docente, pois

Tratam-se principalmente de saberes sobre “o objeto” do trabalho de ensino e de formação (sobre os saberes *a ensinar* e sobre o aluno, o adulto, seus conhecimentos, seu desenvolvimento, as maneiras de aprender etc.), sobre as práticas de ensino (métodos, procedimentos, dispositivos, escolha dos saberes *a ensinar*, modalidades de organização e de gestão) e sobre a instituição que define o seu campo de atividade profissional (planos de estudos, instruções, finalidades, estruturas administrativas e políticas etc) (HOFSTETTER; SCHNEUWLY, 2017, p. 134).

Tendo em consideração as categorias *saberes a ensinar* e *saberes para ensinar*, pesquisadores brasileiros<sup>18</sup> têm mobilizados os termos *matemática a ensinar* e *matemática para ensinar* destacando que a distinção entre essas expressões ligue-se, diretamente, à construção do saber profissional do professor que ensina matemática. Segundo Valente (2017, p. 215, grifo do autor) a “[...] Matemática, Desenho, Geometria, entre outros, são referências do saber matemático presente, a depender da época histórica, na formação de docentes dos anos iniciais escolares. Constituem a ‘matemática a ensinar’ que integra a formação do normalista”. Contudo, este autor, explicita que a história da formação de professores pode colocar em evidência o movimento de transformação dessas disciplinas. Já em relação à matemática *para ensinar*, assim como a caracterização dos saberes *para ensinar*, devem envolver saberes matemáticos formalizados, objetivados e passíveis de serem estudados. Bertini, Morais e Valente (2017, p. 68, grifos dos autores) ao falarem dos “saberes *para ensinar matemática*” e “matemática *para ensinar*”, assim as caracteriza:

---

<sup>17</sup> Ibid, p. 133.

<sup>18</sup> Membros do GHEMAT – Grupo de Pesquisa em História da Educação Matemática do Brasil.

No primeiro caso, ao que parece, poderiam ser arrojados um conjunto de saberes colocado na grade de formação de professores. Todo esse conjunto comporia o que se poderia entender por ‘saberes *para* ensinar matemática’, eles seriam os saberes de formação do professor. De modo diferente, a ‘matemática para ensinar’ refere-se a objetivação<sup>19</sup> de um saber matemático.

Valente (2017, p. 217, grifos do autor) ao levantar a questão: “como investigar a evolução dos ‘saberes para ensinar’ matemática, da matemática para ensinar?”, sinaliza que isso só poderá acontecer pelas vias da investigação histórica, semelhante as realizadas pela Equipe (ERHISE). Uma investigação dos processos; dinâmicas; apropriações e sistematizações que

[...] podem ser lidas em documentos como programas de ensino, revistas pedagógicas, livros e manuais didáticos, dentre outros. O estudo dessa documentação num dado período deverá buscar analisar que elementos vão sendo decantados a partir de relatos de experiências, de discursos sobre processos didático-pedagógicos, de orientações metodológicas, de orientações oficiais para o ensino etc. relativos aos conhecimentos que o futuro docente deverá ter para o ensino de uma dada rubrica matemática (VALENTE, 2017, p. 217).

Ao buscarmos investigar a história da educação matemática no ensino primário, precisamos ter em mente que “[...] em meio a tantas matérias escolares, à diversidades de saberes [...] está a matemática. E ela se dá a conhecer por intermédio de diferentes rubricas: cálculo, aritmética, geometria, [...]” (VALENTE, 2015, p. 358). Nesse sentido, por desdobramento, passaremos a utilizar neste trabalho “aritmética a ensinar” e “aritmética para ensinar”. A primeira delas, aritmética *a* ensinar, refere-se aos saberes instituídos como objeto de ensino da disciplina aritmética, ou seja, aos saberes/conteúdos próprios do ensino primário; a segunda, a aritmética *para* ensinar, compreende a *expertise*<sup>20</sup> necessária para o ensino da disciplina aritmética<sup>21</sup>.

<sup>19</sup> A objetivação de saberes é um produto histórico, na qual acontece a naturalização do “objeto” e a *expertise* participa desse processo. Isso implica que a “[...] a profissão construa saberes *para ensinar* que tomam por objetos os *saberes a ensinar*, sua apropriação pelos formandos assim como os procedimentos de ensino e de formação” (HOFSTETTER; SCHNEUWLY, 2017, p. 137).

<sup>20</sup> “[...] uma instância, em princípio reconhecida como legítima, atribuída a um ou a vários especialistas – supostamente distinguidos pelos seus conhecimentos, atitudes, experiências, a fim de examinar uma situação, de avaliar um fenômeno, de constatar fatos” (HOFSTETTER; SCHNEUWLY 2017, p. 57).

<sup>21</sup> Importante mencionar, que na década de 1870, o termo Matemática, não aparecia nas legislações referentes ao ensino primário, mas sim Aritmética. Em se tratando das Escolas Normais, as legislações fazem referência aos termos: Aritmética, Geometria e Desenho Linear.

Feitas essas considerações preliminares, as quais se farão presentes ao longo de todo o texto passamos a apresentar a organização do trabalho desenvolvido, estruturado em três capítulos.

No primeiro capítulo, identificamos algumas dissertações de mestrado e teses de doutorado que dialogavam com nosso objeto de estudo, ou seja, livros didáticos de aritmética adotados na escola primária nos entremeios do século XIX e XX. Para tanto, consultamos os acervos do Repositório de Conteúdo Digital, hospedado no diretório da Universidade Federal de Santa Catarina. Além, da pesquisa realizada nesse repositório, realizamos buscas na plataforma da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações; no portal de Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e bancos de dados da Universidade Federal do Espírito Santo.

O segundo capítulo tem como objetivo apresentar o inventário dos livros de aritmética que circularam pelo Estado do Espírito Santo, no período de 1878 a 1919. Essa investigação foi realizada a partir de notícias veiculadas em jornais que circularam a época no Estado, nos proporcionando elencar onze títulos, dos quais elegemos uma obra para análise.

Analisamos no terceiro capítulo a *Arithmetica Elementar* de Miguel Maria Jardim, publicada em 1879, além de identificarmos alguns dos elementos biográficos nela presentes e o cotejamento da aritmética *a ensinar*, preconizada, com os Programas de Ensino vigentes na década de 1870.

## CAPÍTULO 1

### OUTROS OLHARES QUE SUSCITAM UM NOVO OLHAR

**A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente.**

(MARC BLOCH, 2001, p. 65)

Em nossa revisão de literatura, buscamos dissertações de mestrado e teses de doutorado que dialogassem com o nosso objeto de estudo, a princípio: livros didáticos de aritmética adotados na escola primária, na Primeira República. Assim, ao realizarmos o mapeamento da literatura, priorizamos os trabalhos que trouxessem colaborações importantes para o estudo sobre a história da aritmética na escola primária e que perpassaram pelo período da Primeira República no Brasil.

Diante do levantamento bibliográfico, nos deparamos com algumas pesquisas sobre os saberes elementares da matemática no curso primário e sobre as mudanças no ensino da matemática na escola primária, a partir da década de 1880 até 1960, na França e no Brasil, por meio de dois projetos nacionais coordenados pelo professor Dr. Wagner Rodrigues Valente, coordenador do Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática do Brasil (GHEMAT). O primeiro com apoio do CNPq, intitulado “A Constituição dos Saberes Elementares Matemáticos: A Aritmética, a Geometria e o Desenho no curso primário em perspectiva histórico-comparativa, 1890-1970”<sup>22</sup>, e o segundo com o apoio da CAPES-COFECUB, “O Ensino de Matemática na Escola Primária nos Séculos XIX-XX: estudos comparativos entre o Brasil e a França”<sup>23</sup>. A partir desses projetos, dissertações e teses foram desenvolvidas em diversos estados brasileiros.

Ao mapearmos as teses e dissertações publicadas, a partir dos descritores aritmética; aritmética na Primeira República; livros didáticos de aritmética; ensino primário no Espírito Santo; livros didáticos na Primeira República, pesquisados nos

---

<sup>22</sup> Desenvolvido entre 2012 e 2016.

<sup>23</sup> Na cidade de Limoges, França, em novembro de 2017 aconteceu o Seminário de encerramento desse projeto.

acervos do Repositório de Conteúdo Digital (RCD)<sup>24</sup>, hospedado no diretório da Universidade Federal de Santa Catarina; na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD); no portal de Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e, por fim, no banco de dados da Universidade Federal do Espírito Santo<sup>25</sup>, foi-nos possível categorizá-las em dois períodos, ou seja, de 2013 a 2017 (Quadro 1), em função de uma pesquisa acerca do estado da arte da Aritmética, realizada por um grupo de professores do GHEMAT, e de 2008 a 2015 (Quadro 2), em função da produção espírito-santense que abarcava alguns elementos de nossa temática.

Quadro 1 – Dissertações e Teses produzidas no período de 2013 a 2017 com foco na aritmética que perpassam o período republicano no Brasil.(continua)

Ano	Autor	Orientador	D / T	Título
2013	Carlos Alberto Marques de Souza	Lucia Maria Aversa Villela	D	Às Portas da República: curso primário e aritmética em Vassouras, 1887-1904.
	Marcus Aldenison Oliveira	Ilka Miglio de Mesquita	D	Antônio Bandeira Trajano e o método intuitivo para o ensino de aritmética – (1879-1954).
2014	Rogério dos Santos Carneiro	Lucia Maria Aversa Villela	D	O método intuitivo na aritmética primária de Calkis e Trajano.
	Wellington Pereira das Virgem	Maria Célia Leme da Silva	D	A resolução de problemas de aritmética no ensino primário: um estudo das mudanças no ideário pedagógico - (1920-1940).
	Lidiane Gomes dos Santos Felisberto	Neuza Bertoni Pinto	D	A concepção de concreto na aritmética da escola primária do Paraná: (1901-1932).
	Márcia Guedes Soares	Wagner Rodrigues Valente	D	A aritmética de Lourenço Filho: Um estudo sobre as dinâmicas de transformações do saber escolar em face de uma nova pedagogia
2015	Claúdio Henrique Ziviani	Denise Medina de Almeida França	D	A Aritmética em programas das séries iniciais: Minas Gerais (1961 e 1965).
2016	Antônio Flavio Claras	Neuza Bertoni Pinto	T	As finalidades da Aritmética no Ensino Primário Paranaense – 1903 a 1932.
	Tarcísio Luís Leão e Souza	Aparecida Rodrigues Silva Duarte	T	História das finalidades do ensino de aritmética em instituições educacionais amazonenses (1870-1910).

<sup>24</sup> Neste repositório é possível acessar dissertações e teses produzidas em consonância com os projetos de pesquisa desenvolvidos pelo GHEMAT. Existem ainda, diferentes tipos de documentos históricos (livros didáticos, revistas pedagógicas, cadernos de aluno e professor, provas e exames, legislação educacional, etc.) de mais de duas dezenas de Estados brasileiros disponíveis gratuitamente. O repositório pode ser acessado em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1769>>.

<sup>25</sup> Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE: <<http://www.educacao.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/>> e Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica – PPGEEB: <<http://ensinonaeducacaobasica.ufes.br/>>.

Quadro 1 – Dissertações e Teses produzidas no período de 2013 a 2017 com foco na aritmética que perpassam o período republicano no Brasil. (continua)

Ano	Autor	Orientador	D / T	Título
2016	Adriana Bortoli	Marcos Vieira Teixeira	T	Uma análise dos livros de André Perez y Marin: um momento da história da matemática escolar brasileira no início do século XX.
	André Francisco de Almeida	Neuza Bertoni Pinto	D	Apropriação de tabuadas no ensino de Aritmética da escola primária paranaense: 1903-1932.
	Margarida Célia Patrocínio	Gladys Denise Wielewski	D	A constituição da Aritmética para as escolas primárias de Mato Grosso (1910-1946) na perspectiva dos documentos oficiais.
	Thuysa Schlichting Souza	David Antonio da Costa	D	Entre o ensino ativo e a escola ativa: os métodos de ensino de aritmética nos grupos escolares catarinenses – (1910-1946).
	Jacqueline Policarpo de Limas	David Antonio da Costa	D	Orientações para o ensino de aritmética no curso complementar Jerônimo Coelho em Laguna – Santa Catarina – (1911-1947).
	Wilma Fernandes Rocha	Ivanete Batista dos Santos	D	Saberes elementares aritméticos no ensino primário em Sergipe – (1890-1944).
2017	Alana Godoy Lacava	David Antonio da Costa	D	Um estudo sobre diferentes abordagens da prova dos nove presentes em livros didáticos de aritmética – (1890-1970).
	Elisabete Pereira Fernande	Mercedes Bêta Quintano C. P. Santos	D	Os problemas aritméticos e os métodos pedagógicos: pontos para um diálogo sobre a história da educação matemática no ensino primário alagoano (1924-1952).
	Andréia Fernandes de Souza	Luciane de Fatima Bertini	D	Discursos sobre problemas aritméticos (São Paulo, 1890 – 1930).
	Fernando da Silva Batista	Luiz Carlos Pais	D	Análise histórica do estudo escolar de algoritmos da aritmética com base em explicações teóricas e exercícios propostos em livros didáticos de matemática (1870 – 1930).
	Cintia Shneider	David Antonio da Costa	D	Jogos para o ensino de aritmética em manuais pedagógicos de 1930-1960 no Brasil.
	Cézar Jesus da Rocha	Moysés G. Siqueira Filho	D	A formação de professores sob a égide da Reforma Anísio Teixeira: indicativos de uma aritmética para ensinar na escola primária da Bahia (1924 – 1929).
	Marcus Aldenison de Oliveira	Wagner Rodrigues Valente	T	A Aritmética Escolar e o Método Intuitivo: um novo saber para o curso primário – (1870-1920).
	Nara Vilma Lima Pinheiro	Wagner Rodrigues Valente	T	A aritmética sob medida: a matemática em tempos da pedagogia científica.
	Martha Raíssa Iane Santana da Silva	Wagner Rodriues Valente	T	A Matemática para a Formação do Professor do Curso Primário: aritmética como um saber profissional (1920-1960).

Quadro 1 – Dissertações e Teses produzidas no período de 2013 a 2017 com foco na aritmética que perpassam o período republicano no Brasil. (conclusão)

Ano	Autor	Orientador	D / T	Título
2017	Roberto João Eissler	Neuza Bertoni Pinto	T	Aritmética na Escola Teuto-Brasileira: o saber contar como princípio.
	Rosália Policarpo Fagundes de Carvalho	Ubiratan D' Ambrosio	T	A Aritmética no ensino primário de Brasília: 1957-1970.

Fonte: quadro elaborado a partir do levantamento de teses e dissertações em bancos digitais.

Quadro 2 – Dissertações e Teses produzidas no Espírito Santo, 2008 a 2015.

Títulos dos Trabalhos	Dissertação/ Tese	Autor	Ano
O livro didático no Espírito Santo e o Espírito Santo no livro didático: história e representações.	Dissertação	André Luiz B. Pirola	2008
Encontros e desencontros entre o mundo do texto e o mundo dos sujeitos nas práticas de leitura desenvolvidas em escolas capixabas na Primeira República.	Tese	Maria Alayde Alcantara Salim	2009
Espaços e tempos de grupos escolares capixabas na cena republicana no início do século XX: arquitetura, memória e história.	Tese	Andrea Brandão Locatelli	2012
Ensino primário e matemática dos imigrantes e descendentes germânicos em Santa Leopoldina – 1857 a 1907	Tese	Arildo Costelluber	2014
Ilustrações de Cartilhas escolares na Primeira República (1889-1930): a historiografia da Educação no Espírito Santo por entre traços e espaços em branco.	Dissertação	Valter Natal Valim Carlos	2015

Fonte: quadro elaborado a partir do levantamento de teses e dissertações produzidas pelo PPGE - UFES.

Note-se que buscamos pesquisas que tratassem do ensino de aritmética na escola primária do Espírito Santo nos entremeios do século XIX e XX. Os primeiros trabalhos de pesquisa com foco na História da Educação Matemática, produzidos sobre os saberes elementares matemáticos que circularam no estado, têm início a partir da primeira turma do curso de Mestrado Acadêmico em Ensino na Educação

Básica do CEUNES-UFES. Atualmente, as pesquisas são realizadas por cinco mestrados<sup>26</sup> vinculados ao PPGEEB - CEUNES/UFES, organizados na linha de pesquisa Ensino de Ciências Naturais e Matemática. Quatro dissertações<sup>27</sup> foram concluídas nos anos de 2015, 2017 e 2018. Diante das pesquisas desenvolvidas por esse grupo, identificamos vinte e cinco trabalhos científicos publicados em eventos ou revistas, dentro da área história da educação matemática, listados e postos no quadro a seguir.

Quadro 3 – Produção dos membros do PPGEEB vinculados ao GHEMAT-BRASIL, 2014 a 2018. (continua)

Título Dos Trabalhos	Local	Autor	Ano
Indícios da Matemática Ensinada no Grupo Escolar Capixaba Gomes Cardim.	XI Seminário Temático Local: UFSC	Moysés Gonçalves Siqueira Filho	2014a
A Reforma Gomes Cardim e os Programas de Ensino de Aritmética, Geometria e Desenho dos Grupos Escolares Capixabas (1908-1928).	XII Encontro Luso-Brasileiro de História da Matemática Local: Óbitos/PT	Moysés Gonçalves Siqueira Filho	2014c
Quatro Obras, Duas Reformas.	XIV SNHCT Local: UFMG	Moysés Gonçalves Siqueira Filho	2014d
Apontamentos Iniciais do Ensino de Matemática nas Primeiras Décadas do Século XX no Estado do Espírito Santo.	XVIII EBRAPEM Local: UFPE	Ana Cláudia Pezzin	2014
Vestígios do Ensino da Matemática em um Grupo Escolar Capixaba.	II ENAPHEM Local: Bauru/SP	Ana Cláudia Pezzin e Moysés Gonçalves Siqueira Filho	2014

<sup>26</sup> Coordenado pelo professor Dr. Moysés Gonçalves Siqueira Filho que orienta as pesquisas de: Hairley Figueira Mesquita com o título provisório: O Ensino da Álgebra na Formação de Professores Primários do Espírito Santo: uma análise a partir dos livros didáticos; Luana Kathelena Ribeiro Brandão com o título provisório: A Geometria do Ensino Primário e os vestígios da Matemática Moderna na formação do professor (1960-1970); Renata Cristina Araújo Gomes com o título provisório: A Aritmética da Escola Primária Capixaba Prescrita nos Programas de Ensino de 1927 e 1936; Rosângelo Jesus da Rocha com o título provisório: A Escola Normal da Bahia: saberes matemáticos veiculados na formação dos professores primários; Rosiane Moraes dos Santos Feitosa com o título provisório: A Aritmética na Escola Primária do Espírito Santo na década de 1870: percepções a partir da obra de Miguel Maria Jardim.

<sup>27</sup> A saber: **2015**. Ana Cláudia Pezzin: A educação pública primária espírito-santense: vestígios da matemática na formação de professores no período de 1892 a 1960. **2017**. César Jesus da Rocha: A formação de professores sob a égide da Reforma Anísio Teixeira: indicativos de uma aritmética para ensinar na escola primária da Bahia (1924-1929); Mirian Gelli da Costa Andrade: O desembarque da Matemática Moderna no Ensino Normal de Itamaraju: contextos do ginásio augusto carvalho e do colégio vera cruz (1964-1970). **2018**. Rosangela Miranda dos Santos: Formação de Professores Primários na Reforma da Instrução Pública proposta por Attílio Vivácqua nos idos 1928-1930: vestígios do Ensino de Arithmetica.

Quadro 3 – Produção dos membros do PPGEEB vinculados ao GHEMAT-BRASIL, 2014 a 2018. (continua)

<b>Título Dos Trabalhos</b>	<b>Local</b>	<b>Autor</b>	<b>Ano</b>
O Methodo Analyttico Intuitivo na Escola Primária Espírito-Santense e o Discurso de Carlos Alberto Gomes Cardim.	Revista Interfaces Científicas Educação	Moysés Gonçalves Siqueira Filho	2015
A Formação Matemática de Professores Primários no Espírito Santo no início do Século XX.	X ECEM Local: Vitória/ES	Ana Cláudia Pezzin e Moysés Gonçalves Siqueira Filho	2015a
Revista de Educação: uma publicação capixaba nos entremeios do século XX.	XII Seminário Temático Local: PUC-PR	Ana Cláudia Pezzin e Moysés Gonçalves Siqueira Filho	2015b
A Álgebra Elementar de Antonio Trajano: entre teorias e concepções na década de 1930	XIV Seminário Temático Local: Natal/RN	Jéssica Otaviano Virgens e Moysés Gonçalves Siqueira Filho	2016
Conteúdos de Álgebra Elementar e métodos destinados ao curso médio na década de 1920: possíveis leituras.	XIV Seminário Temático Local: Natal/RN	Hairley Figueira Mesquita e Moysés Gonçalves Siqueira Filho	2016
A Reforma do Ensino na Primeira Gestão de Anísio Teixeira como Diretor da Instrução Pública na Bahia: alguns indicativos da matemática proposta.	III ENAPHEM Local: São Mateus/ES	César Jesus da Rocha e Moysés Gonçalves Siqueira Filho	2016
O Desembarque do Movimento da Matemática Moderna no Ensino Baiano (1960-1970).	III ENAPHEM Local: São Mateus/ES	Miriam Gelli da Costa Andrade e Moysés Gonçalves Siqueira Filho	2016
Os Saberes Matemáticos e suas Metodologias em um Manual de Ensino de 1958: o repercutir de uma reforma.	III ENAPHEM Local: São Mateus/ES	Moysés Gonçalves Siqueira Filho e Rosangela Miranda Santos	2016
A Arithmética e o Método Intuitivo nos manuais escolares do ensino primário (médio e superior/complementar) no Brasil e na França no final do século XIX e início do século XX.	Revista Perspectiva UFSC	Moysés Gonçalves Siqueira Filho e Valérie Legros	2016
A Matemática na Formação de Professores Primários no Espírito Santo (1890-1908).	Revista Diálogo Educacional PUC-PR	Moysés Gonçalves Siqueira Filho	2016a

Quadro 3 – Produção dos membros do PPGEEB vinculados ao GHEMAT-BRASIL, 2014 a 2018. (conclusão)

<b>Título Dos Trabalhos</b>	<b>Local</b>	<b>Autor</b>	<b>Ano</b>
Manuais Escolares e o Óleo de Lorenzo: entrelaços possíveis de (des)caminhos trilhados em busca de conhecimento.	Revista de História da Educação Matemática	Moysés Gonçalves Siqueira Filho	2016b
A Arithmetica Intuitiva de Olavo Freire Designada ao Curso Elementar.	III Congresso Ibero-Americano de História da Educação Matemática Belém/PA	Moysés Gonçalves Siqueira Filho	2016c
O Ensino da Matemática no interior do Espírito Santo: o que se pode ver e um caderno escolar?	Revista de História da Educação Matemática	Andressa Cesana e Moysés Gonçalves Siqueira Filho	2017
Tese de Ceciliano Abel de Almeida: um candidato à cadeira de Geometria preliminar e Trigonometria Rectilínea, no Gymnasio Espírito-Santense, 1918.	Revista de Matemática, Ensino e Cultura.	Moysés Gonçalves Siqueira Filho	2017
História da Educação Matemática e História Cultural: entre diálogo e reflexões.	Revista de História da Educação Matemática	César Jesus da Rocha e Moysés Gonçalves Siqueira Filho	2017
Mello e Souza, o Malba Tahan, em busca da cátedra de matemática no Colégio Pedro II (1933-1934).	Revista de Educação Matemática	Moysés Gonçalves Siqueira Filho	2018
Vestígios de uma Aritmética nas provas do Curso de Adaptação: Colégio Nossa Senhora Auxiliadora - Espírito Santo, 1934.	XVI Seminário Temático Local: UFRR	Renta Cristina Araújo Gomes e Rosiane Moraes dos Santos Feitosa	2018
Provas de Matemática do 4º ano de uma escola de Aquidauana/MS: possíveis vestígios da Matemática Moderna nos conteúdos de Geometria.	XVI Seminário Temático Local: UFRR	Luana Kathelena Ribeiro Brandão e Andressa Cesana	2018
O Ensino da Álgebra: investigando provas escolares da década de 1930 de uma Escola Normal do Espírito Santo.	XVI Seminário Temático Local: UFRR	Hairley Figueira Mesquita e Géssica Gonçalves Martins	2018
Uma Aritmética a ensinar na escola primária da Bahia: vestígios deixados em duas provas escolares.	XVI Seminário Temático Local: UFRR	César Jesus da Rocha e Rosângelo Jesus da Rocha	2018

Fonte: quadro elaborado a partir do levantamento de artigos científicos localizados em revistas e eventos relacionados à história da educação matemática dos membros do PPGEEB.

A análise dos títulos elencados no quadro 3 permite-nos enumerar aspectos relacionados ao ensino de aritmética na escola primária do Espírito Santo. Nessas publicações, há referências que contribuem para o avanço da nossa pesquisa como a identificação dos saberes aritméticos preconizados nos Programas de Ensino, métodos e materiais de ensino, todavia, não há indicação dos possíveis livros didáticos adotados no estado.

A leitura dos trabalhos de Siqueira filho (2015; 2016) nos ajudaram na compreensão e diferenciação dos métodos sintético, analítico e intuitivo, noções que apresentaremos no capítulo 3; além de proporcionar um entendimento sobre o processo de formação de professores primários no Espírito Santo, nos entremeios do século XIX e XX. Conforme esse autor, em 1908, a instrução pública espírito-santense passou por uma reforma, idealizada por Gomes Cardim<sup>28</sup>, cujo método de ensino adotado fora o intuitivo. Em relação à formação de professores, inicialmente, o Curso Normal no Espírito Santo acontecia no Colégio Normal Nossa Senhora da Penha (durante o segundo império), no entanto, em 14 de julho de 1892, foi fundada a Escola Normal do Espírito Santo, passando a ser denominada Escola Normal Dom Pedro II no ano de 1925. Já em relação aos saberes aritméticos, destinados a escola primária espírito-santense, Pezzin (2014) e Siqueira Filho (2015), respectivamente, apresentam os programas de ensino de 1892 e 1908, pontuando os conteúdos de aritmética e discorrendo sobre as orientações de como ensinar tais conteúdos.

Dando continuidade a nossa revisão de literatura, extraímos do Quadro 1 as pesquisas de Oliveira (2013), Souza (2013), Carneiro (2014), Soares (2014), Bortoli (2016), Lacava (2017), Batista (2017) e Oliveira (2017), e no Quadro 2, a pesquisa de Pirola (2008), nas quais buscamos identificar o referencial teórico-metodológico, o(os) objetivo(os), as fontes, a questão norteadora, resultados da pesquisa e outras peculiaridades que podem contribuir para a nossa investigação. A escolha desses trabalhos foi determinada em função de algumas características comuns e que aproximam da nossa pesquisa: período de investigação, fontes utilizadas, objeto de estudo. Entretanto, um ponto incidiu em nossa decisão ao selecionar as pesquisas

---

<sup>28</sup> Professor Carlos Gomes Cardim, diplomou-se na Escola Normal Paulista em 1894. Em 1908, a convite de Jerônimo de Souza Monteiro, presidente do Estado do Espírito Santo de 1908 a 1912, reformulou a instrução pública capixaba tendo como objetivos por “[...] em prática os métodos e processos do ensino contemporâneo” (SIQUEIRA FILHO, 2015, p. 35).

supracitadas, o fato de algumas considerarem o livro didático como fonte de pesquisa e, em outras, como objeto de estudo.

A pesquisa realizada por Pirola (2008), intitulada “O livro didático no Espírito Santo e o Espírito Santo no Livro Didático: história e representações”, com intuito de analisar as representações construídas, reiteradas e consolidadas nos textos didáticos de História e Estudos Sociais do Espírito Santo do período da Ditadura Militar, remonta a construção da trajetória histórica do Livro Didático no/do Espírito Santo. O autor fundamentou a pesquisa em Chartier (1990, 2000, 2002, 2007) trazendo os conceitos estruturantes de Representação e Apropriação.

Na tentativa de delinear o percurso histórico do livro didático no Espírito Santo, o autor constatou que a partir de 1854, no Brasil, o livro didático passou a ser um instrumento fundamental para a estratégia de concretização de projetos educacionais, no âmbito da política de unidade nacional, empreendidas pelo ministro, Couto Ferraz<sup>29</sup>, os quais propõem, para todo o país, as experiências educacionais realizadas durante sua administração no Estado. O autor apresenta inúmeros títulos de livros didáticos adotados no Espírito Santo, sendo alguns de autoria capixaba, e em sua conclusão destaca a obra **Princípios de Aritmética Mercantil**, do professor Azambuja Suzano, em 1859. É mencionada a venda de duas obras de aritméticas pela **Papelaria Nelson Costa & C**, em 1894, dos autores, Trajano e Couturier.

Ao assumir livro didático como objeto de estudo, elencou as seguintes questões: O que é um livro didático? Que objeto cultural é esse ao qual é atribuída uma autoridade tão ampla? Em busca de possíveis respostas constatou que tais interrogações eram partilhadas por muitos pesquisadores, os quais, na medida em que desenvolveram suas pesquisas, passaram a identificar no livro didático não apenas a produção e concepção da obra, mas suas leituras, consumo, circulação e discurso. A leitura desse trabalho nos proporcionou uma visão panorâmica do círculo

---

<sup>29</sup> Luis Pedreira Couto Ferraz foi presidente de duas Províncias, Espírito Santo (1848), Rio de Janeiro (1849) e Ministro dos Negócios do Império. Regulamentou a instrução primária e secundária por meio de três reformas [1] Regulamento das Escolas de Primeiras Letras da Província do Espírito Santo, em 20 de fevereiro de 1848; [2] Regulamento da Instrução Primária da Província do Rio de Janeiro, em 14 de dezembro de 1849 e, [3] Regulamento do Município da Corte, em 17 de fevereiro de 1854. Esses regulamentos, em domínios distintos, tinham como objetivo “levar a nação à luz da modernidade” (GONDRA, TAVARES, 2004, p.1-2).

do livro didático no estado do Espírito Santo e da produção didática de autores capixabas.

Oliveira (2013), em sua dissertação “Antônio Bandeira Trajano e o método intuitivo para o ensino de aritmética – (1879-1954)”, teve como objetivo analisar a configuração do método intuitivo presente na composição das obras *Arithmeticas* de Trajano. O fio condutor da pesquisa foi a seguinte questão: Como o método intuitivo se apresenta na composição das *Arithmeticas* de Antônio Trajano?

O autor dialogou com estudiosos que tratavam de objetos de pesquisas relacionados ao produto cultural, ao livro didático e ao método intuitivo, tendo em vista o campo da Nova História Cultural, História da Educação e da História da Educação Matemática. Assim, estudos foram realizados tendo como base os textos de Munakata (1999), Lajolo (1996), Choppin (2004), Bittencourt (2004), Valdemarin (2004), Valente (2010), Costa (2010), dentre outros.

Os resultados da pesquisa apontaram que Antônio Trajano utilizou para ensinar a Aritmética no Brasil oitocentista, o método intuitivo. Portanto, os estudos de Oliveira (2013) assinalaram que a trilogia *Arithmetica* (progressiva, elementar ilustrada e primária) teve a finalidade de modernizar o ensino de Aritmética das escolas públicas e privadas do país, num tempo marcado pelo final do século XIX até meados do século XX.

Souza (2013) elaborou a dissertação “Às Portas da República: curso primário e aritmética em Vassouras, 1887-1904”. Objetivou investigar que tipo de cultura escolar para o ensino de aritmética revela-se no curso primário no Município de Vassouras no início dos tempos republicanos, respondendo a seguinte pergunta: Quais são os elementos da cultura escolar no curso primário em Vassouras no início dos tempos republicanos? As fontes utilizadas foram provas de professores e alunos; livros didáticos; legislação e produções acadêmicas. A pesquisa teve como base teórico-metodológica a História Cultural fundamentada por Bloch (2001), De Certeau (2007; 2008), Chartier (1990), Geertz (1989), Chervel (1990), Julia (2001), Viñao (2008) e Choppin (2004).

O autor concluiu que o ensino religioso, o método intuitivo e o novo sistema de pesos e medidas eram elementos presentes na cultura escolar no curso primário às

portas da República no Município de Vassouras. Os exames de seleção para professores em Vassouras realizados neste período revelam que a finalidade religiosa fazia parte da cultura escolar desta região. As provas de alunos analisadas e até mesmo os livros didáticos como, por exemplo, a *Arithmetica Ilustrada*, de Trajano, que circulou em Vassouras neste período, apontam que o método intuitivo estava presente neste cenário.

A pesquisa realizada por Carneiro (2014) intitulada “O método intuitivo na aritmética primária de Calkins e Trajano”, investigou a conceituação e disseminação do método intuitivo, e a sua presença no Manual de Lições de Coisas, mais especificamente, no que se refere ao ensino de aritmética e na *Arithmetica Primária*, de Antônio Bandeira Trajano. Tal pesquisa teve como base teórico-metodológica a História Cultural fundamentada por Marc Bloch, André Chervel, Alain Choppin e Dominique Julia.

Como fonte de pesquisa, Carneiro (2014) recorreu a Leis e Decretos direcionados ao ensino primário, recorte de jornais e a dois livros dos seguintes autores: Trajano e Calkins. A análise dessas fontes revelou “novas” práticas pedagógicas, mudanças de significado para o ensino de número e a introdução de novos conteúdos na aritmética escolar, à medida que vinha sendo constatada a presença do ensino alicerçado pelo método intuitivo na aritmética primária de Trajano e Calkins.

A pesquisa evidenciou a importância desses livros, e conseqüentemente seus autores, para os desenvolvimentos educacionais vivenciados durante o século XIX e início do século XX. Esmiuçando a leitura analítica de cada uma das aritméticas analisadas, interligando as ilustrações vinculadas aos conteúdos, atividades, e as organizações dos exercícios, Carneiro (2014) pode apurar os contextos metodológicos utilizados por seus autores.

Na dissertação de Soares (2014) “A Aritmética de Lourenço Filho: um estudo sobre as dinâmicas de transformações do saber escolar em face de uma nova pedagogia”, a autora teve como objetivos: “compreender a inserção de Lourenço Filho num contexto que melhor possibilite uma aproximação a seu modo de pensar e organizar sua obra didática para o ensino de aritmética; analisar as dinâmicas de transformações da aritmética na pedagogia como arte de ensinar e na pedagogia da escola ativa; analisar a aritmética de Lourenço Filho dada a ler em *Aprenda por si!*”.

Tais objetivos foram elencados a partir da seguinte questão: “Quais transformações da aritmética para o ensino primário podem ser lidas em *Aprenda por si!*”? No intuito de responder esta pergunta e atingir os objetivos assumiu-se como fonte de pesquisa o livro didático, *A aritmética de Lourenço Filho em Aprenda por si!*, uma série graduada de exercícios de aritmética, publicada pela Biblioteca de Educação da Companhia Melhoramentos entre 1941 e 1953. As análises e a escrita da pesquisa foram embasadas em dados verificáveis e referências, pautadas em Roger Chartier (1991; 2009) e Michel De Certeau (1998; 2002).

Os resultados do estudo indicaram que para a produção de seu livro didático para o ensino de aritmética, Lourenço Filho traz prescrições encontradas na *Nova Metodologia da Aritmética* de Edward Lee Thorndike (1936), presentes na forma gráfica e na apresentação do material. Porém, os exercícios propostos, muito se assemelham às orientações de Oscar Thompson em seu artigo *Arithmetica escolar*, publicada em revista pedagógica da Escola Normal de São Paulo, em 1895. Assim, os resultados indicam uma prática de apropriação de Lourenço Filho que põe em cena um processo de hibridação das redes de relações que o constituíram.

Outra investigação que merece destaque é a tese de Bortoli (2016), “Uma análise dos livros de André Perez y Marin: um momento da história da matemática escolar brasileira no início do século XX” que examina as obras com o intuito de entender tendências e propostas de ensino que possam ter deixado contribuições para a Educação Matemática. As fontes utilizadas na pesquisa foram os livros didáticos do referido autor, principalmente, e, decretos, portarias e leis normalizadores do ensino brasileiro.

O fio condutor da pesquisa foi a seguinte questão: Quais propostas didático-metodológicas de ensino de Matemática estão presentes nas obras de André Perez y Marin?. Em busca de respostas para tal questão, o estudo teve como base teórico-metodológica a *História Cultural* fundamentado por Bloch (2001), Chervel (1990), Choppin (2004) e Bittencourt (1993). A análise valeu-se das buscas pelas estratégias editoriais e políticas de vendagem das obras do referido autor e da metodologia de organização do conhecimento (método analítico ou sintético).

Segundo Bortoli (2016), André Perez y Marin, apresentou alguns conceitos matemáticos que não estavam nos programas de ensino vigentes à época, como o conceito de funções que, inclusive, não era um assunto comumente presente nos livros didáticos do período. Quanto à proposta didático-metodológica, fez uso, principalmente, do método analítico, nas obras **Elementos de Álgebra (1909)** e **Aritmética Teórico-Prática (1909)**, e do método sintético na obra **Elementos de Geometria (1917)**.

Lacava (2017), em sua dissertação “Um estudo sobre diferentes abordagens da prova dos nove presentes em livros didáticos de aritmética – (1890-1970)”, teve como objetivos: Compreender a prova dos nove enquanto conteúdo de ensino; Identificar a presença deste conteúdo em livros didáticos de aritmética, para o ensino primário, editados no período de 1890 até 1970; Elencar as diferentes abordagens e procedimentos deste conteúdo matemático, no recorte temporal da pesquisa; Destacar os “marcos” e categorizar aspectos relacionados com a prova dos nove de acordo com as análises realizadas. Tais objetivos foram elencados a partir da seguinte questão: Quais são as diferentes abordagens das provas dos nove presentes em livros didáticos de aritmética, em tempos de Grupos Escolares no Brasil?. Em busca por responder tal questão e atingir os objetivos traçados utilizou-se de livros didáticos de aritmética como fonte de pesquisa, um total de treze obras editadas no período de 1890 a 1963, os quais, estão depositados no acervo do Repositório de Conteúdo Digital. Ao analisar os livros didáticos, levou em conta a forma material, o conteúdo e buscou compreender quais objetivos e propostas dos autores que os escreveram.

A autora assumiu como embasamento teórico-metodológico as perspectivas teóricas de Michel De Certeau, Paul Veyne, Alain Choppin, André Chervel. Os resultados da pesquisa apontam que a prova dos nove fora abordada de diferentes maneiras pelos autores das obras analisadas, os quais a definiam como uma forma de verificação das operações fundamentais e os conteúdos associados eram na maioria das vezes as operações fundamentais ou a divisibilidade. Em alguns casos a prova dos nove aparecia apenas ilustrada nas tabuadas das operações, e poucos explicavam o motivo da não confiabilidade dessa forma de verificação.

A dissertação realizada por Batista (2017), “Análise histórica do estudo escolar de algoritmos da aritmética com base em explicações teóricas e exercícios propostos em livros didáticos de matemática (1870 – 1930)”, objetivou analisar elementos históricos das práticas de estudo escolar de algoritmos da aritmética elementar em textos didáticos brasileiros do período de 1870 a 1930. A principal fonte utilizada na pesquisa foi a sétima edição da obra didática intitulada “**Explicador da Arithmetica**”, de Eduardo de Sá Pereira de Castro, publicada pela Editora Nicolau Alves do Rio de Janeiro, em 1885.

O aporte teórico adotado por Batista (2017) envolve autores como Marc Bloch, André Chervel, Alain Choppin e Wagner R. Valente. O autor constatou na referida obra a existência da chamada **lógica da lição**, com a valorização de detalhados textos explicativos sobre os principais elementos e funcionamento dos algoritmos clássicos usados para realizar operações aritméticas fundamentais, bem como uma ênfase reduzida na **lógica do exercício**, aspecto que começou a aparecer em textos publicados no início do século XX.

Oliveira (2017), em sua tese “A Aritmética Escolar e o Método Intuitivo: um novo saber para o curso primário (1870-1920)”, buscou analisar as dinâmicas de reorganização da aritmética do curso primário em tempos da pedagogia de ensino intuitivo, respondendo a seguinte pergunta: Como se caracteriza a Aritmética intuitiva da escola primária a partir de livros didáticos escolares para uso do aluno durante o período da vaga intuitiva? A partir dessa questão norteadora foram elencados os seguintes objetivos: caracterizar as diretrizes didático-epistemológicas da pedagogia de ensino intuitivo no tocante à estruturação dos saberes da aritmética do curso primário; caracterizar a sistematização dos saberes da aritmética do curso primário a partir da análise de livros didáticos que circularam no período pré-pedagogia de ensino intuitivo; investigar a constituição de uma aritmética intuitiva lida em livros didáticos. A fim de atingir tais objetivos, vários documentos foram utilizados como: jornais, revistas pedagógicas, decretos, leis, programas de ensino, sendo os livros didáticos, fonte privilegiada.

O referencial teórico-metodológico que subsidiou a análise e escrita da pesquisa, pautou-se em estudos realizados por Alian Choppin – Perspectivas de análise do Livro Didático, Alain Trouvé – Categorias de análise do saber elementar, Michel

Develay e Jean-Pierre Astolfi – Epistemologia do saber escolar, André Chervel – As dinâmicas de constituição de uma *vulgata* e de uma matéria/disciplina escolar, Roger Chartier – Apropriação como prática criativa, Vera Tereza Valdemarin – História dos métodos de ensino (*Método intuitivo*) e Wagner Valente – Ensino da Matemática (*Aritmética*) no curso primário.

A pesquisa realizada por Oliveira (2017) evidenciou a constituição de novo saber escolar da pedagogia moderna, a aritmética intuitiva, como um resultado das tentativas de tornar intuitivo, prático e utilitário o ensino da aritmética no curso primário, sempre buscando relacionar o que na escola se ensina e na vida se pratica.

O exame desses trabalhos ofereceu informações que permitiram elaborar a questão norteadora desta investigação, informando do que já foi feito e do que ainda pode ser explorado. Por exemplo, Pirola (2008) inferiu que as abordagens históricas sobre o livro didático no Espírito Santo, em sua quase totalidade, subsidiam pesquisas cujos interesses não apontam como objeto de estudo, mas, sobretudo, como fonte, e ainda sim, são exíguas pesquisas. A leitura desse trabalho, ainda, nos proporcionou identificar duas obras didáticas de aritmética (Couturier e Trajano) que circularam nas escolas primárias do Espírito Santo.

Em se tratando dos métodos de ensino disseminados nos entremeios do século XIX e XX, as pesquisas realizadas por Oliveira (2013) e Carneiro (2014), ao analisar livro didático de aritmética, nos ajudaram a compreender o processo de disseminação do método intuitivo e sua presença na aritmética primária de Trajano. O que nos levou a princípio a questionar qual método de ensino (sintético, analítico, intuitivo) era disseminado pelos livros de aritmética que circularam no Espírito Santo? Condição com o que estava previsto na legislação capixaba? Outra inferência, é que tais trabalhos nos levaram a perceber o livro didático não apenas como depósito do conteúdo didático, mas como objeto cultural, o qual segundo esses autores, buscou e busca, até os dias de hoje, instaurar ordens: sejam elas didáticas-pedagógicas, sejam elas políticas. Assim, entendemos que nos livros didáticos existem informações que vão além dos seus conteúdos pedagógicos.

Lacava (2017) corrobora com Oliveira (2013), os autores, ao investigar os livros didáticos, assumiram esse gênero literário como sendo um produto cultural, fruto do trabalho humano, que possibilita compreender as relações sociais que se deram por meio dos fatos e seus contextos históricos. Segundo esses autores, ao assumir o livro didático como objeto cultural, a análise realizada permite saber qual a metodologia de ensino utilizada por uma população escolar.

Bortoli (2016) constatou na obra investigada a presença de conceitos matemáticos que não estavam previstos nos programas de ensino no início do século XX, como o conceito de função, conseqüentemente, esse conteúdo matemático passou a ser disseminado em função da circulação dessa obra.

Essa etapa da pesquisa nos proporcionou, ainda, a formulação de outros questionamentos, como por exemplo: Que possíveis conceitos matemáticos estavam presentes nos livros didáticos que circularam no estado do Espírito Santo, mas, não contemplados nos Programas de Ensino? Que novas práticas eram apontadas? Que transformações da aritmética para o ensino primário podem ser lidas a partir dos livros didáticos?, cujas respostas pretendemos encontrar nos capítulos que se seguem.

## CAPÍTULO 2

### LIVROS DE ARITMÉTICA QUE CIRCULARAM NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO<sup>30</sup>: BREVES OBSERVAÇÕES

**‘Escutar os mortos com os olhos’. [...] o escrito é transmitido a seus leitores ou auditores por objetos ou vozes, cujas lógicas materiais e práticas precisamos entender.**

(CHARTIER, 2010, p. 14)

A epígrafe apresenta um ponto de vista do historiador francês Roger Chartier. Em suas pesquisas sobre o escrito, ele defende que, cabe ao pesquisador, compreender os diferentes textos que possuem lógicas de apresentação e de interpretação diversas. Ao estudar um texto, o leitor pode fazer uma interpretação diferente daquela do autor que o produziu. Observando por esse ângulo, “escutar os mortos com os olhos”, envolve conhecimentos de documentos produzidos por uma sociedade distante no tempo e no espaço, onde o historiador precisa ultrapassar a leitura estritamente textual.

“A pesquisa que requer imersão nos arquivos também permite o historiador ouvir vozes” (OLIVEIRA, 2018, p. 18). Nesse sentido, foram feitas visitas à Biblioteca Municipal de Vitória, à Biblioteca Estadual do Espírito Santo e ao Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, com o intuito de identificar e localizar, possíveis livros didáticos de aritmética, que foram adotados pela instrução pública do Estado supra citado em tempos republicanos.

No acervo da Biblioteca Municipal de Vitória<sup>31</sup>, tomamos conhecimento de dois possíveis textos, que nos ajudariam a compreender a história do Estado em que está inserida esta investigação: “Uma História da Educação no Espírito Santo” de

<sup>30</sup> Oliveira (2018, p. 4 e 14) apresenta um estudo sobre o tema “circulação”, no qual afirma que esta “[...] só pode ser caracterizada se existir algo para ser difundido e, por consequência, recepcionado”. Dessa forma levanta a seguinte questão: “como descrever a dinâmica da circulação de algo?” Pensando na circulação de livros didáticos de Aritmética no Estado do Espírito Santo, buscaremos apresentar a circulação, difundida a partir dos jornais impressos, existentes no final do século XIX e início do século XX, pois os meios de comunicação disponíveis e acessíveis em cada época e em cada contexto representam as dinâmicas de circulação de algo.

<sup>31</sup> Biblioteca Adelphi Poli Monjardim fora inaugurada em 1941. Atualmente funciona no Casarão Cerqueira Lima, localizado na rua Muniz Freire, 23 – Centro de Vitória.

José Maria Coutinho (1993) e “História do Estado do Espírito Santo” de José Teixeira de Oliveira (1951).

A Biblioteca Pública do Espírito Santo<sup>32</sup> - BPES possui uma repartição, nomeada Setor Capixaba, cujo acervo, em sua grande maioria, é oriundo do final do século XIX e início do século XX. Na ocasião, em decorrência de férias do servidor responsável pelo setor, não foi possível o acesso, ficando essa investigação para mais adiante. Assim, finalizando nossa primeira busca às obras didáticas de aritmética, visitamos o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo<sup>33</sup> – APEES, em função de contar com uma biblioteca de apoio<sup>34</sup>.

Segundo Alain Choppin (2002, p. 8 e 9), um dos obstáculos a ser enfrentado pelo historiador interessado em investigar os manuais antigos e sua história se dá em função “das dificuldades de acesso às coleções”, pois “[...] a conservação dos manuais não foi corretamente assegurada”. O que torna muitas vezes, o “trabalho de inventário prévio evidentemente bem dissuasivo”.

Embora não tendo identificado nenhum livro de aritmética nesses locais, a visita ao APEES nos mostrou um caminho a seguir. Tomou-se conhecimento da pesquisa realizada por Valter Natal Valim Carlos, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. A pesquisa assumiu como fonte, **cartilhas escolares**, adotadas no Estado do Espírito Santo durante a Primeira República. A leitura desse texto nos indicou o caminho seguido pelo autor na identificação das cartilhas. Em sua revisão de literatura, Carlos (2015) após realizar a leitura da dissertação de Gomes (2008) – “A alfabetização na história da educação do Espírito Santo no período de 1924 a 1938”; relacionou como corpus de pesquisa, as seguintes cartilhas: Cartilha Maternal ou

---

<sup>32</sup> Considerada a 6ª biblioteca estadual a ser criada no país, fundada em 16 de julho de 1855. No período de 1910 a 1979, funcionou junto ao Arquivo Público Estadual em Vitória, quando então ganhou sede própria na Praia do Suá, localizada na Av. João Batista Parra, 165 – Vitória (ESPÍRITO SANTO, 2018).

<sup>33</sup> Durante o governo do Presidente Jerônimo Monteiro, em 18 de julho de 1908, foi criado com o nome *Archivo Público Espírito-Santense*, com a missão de realizar a gestão de documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo Estadual, tratando também, de documentos públicos após o cumprimento das razões que foram gerados. Atualmente, funciona no Edifício Getúlio Rezende, localizado na rua Sete de Setembro, 414 – Centro de Vitória (APEES, 2018b).

<sup>34</sup> Biblioteca Maria Stella de Novaes foi criada para auxiliar na pesquisa junto às fontes documentais primárias (APEES, 2018a).

Método João de Deus, Cartilha Infantil de Gomes Cardim e Cartilha de Mariano de Oliveira, todas adotadas pela Instrução Pública do Estado do Espírito Santo.

Após relacionar essas cartilhas, buscou-se localizá-las em arquivos e/ou bibliotecas do Espírito Santo, entretanto deparou-se com a ausência dessas obras didáticas, algo que, também, testemunhamos ao tentar localizar livros didáticos de aritmética.

Carlos (2015, p. 189, grifos nosso), afirma que em sua busca por cartilhas em acervos capixabas, não encontrou “[...] vestígios materiais da existência de algumas dessas obras, a não ser registros, que lhes fazem referência, em documentos oficiais e **informações nos jornais da época**”.

O uso dos jornais como fonte de investigação passou a ser um documento de grande importância em seu trabalho, pois forneceu informações valiosas sobre as cartilhas por ele investigada, incluindo livros adotados no ensino primário durante a Primeira República.

Os jornais podem ser estudados desde o ponto de vista dos editoriais até os classificados e propagandas, sendo uma fonte de pesquisa riquíssima para o historiador, pois segundo Capelato (1988, p. 21), o jornal é

[...] uma verdadeira mina de conhecimento: fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio de expressão de idéias e depósito de cultura. Nele encontramos dados sobre a sociedade, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas e políticas.

Ainda que a utilização da imprensa como fonte de pesquisa seja algo recente, segundo Farias (2014, p. 45), nas últimas décadas, os jornais têm se tornado uma fonte histórica importante “[...] para o estudo da História da Educação e da Pedagogia, bem como para o estudo da História da Educação Matemática no Brasil, principalmente quando aborda um período ainda pouco investigado, como o século XIX”. Essa fonte permite ao historiador novas interpretações de um determinado acontecimento histórico, que antes analisava apenas os registros políticos de grupos considerados dominantes, ampliando dessa forma as possibilidades de leitura dessas fontes na construção da história.

Assim posto, passamos a adotar os jornais como fonte de investigação e identificação dos livros de aritmética que circularam no Estado e que foram adotados

pela Instrução Pública Espírito-santense, uma vez que “é razoável indicar que os meios de comunicação, por caracterizarem os processos de difusão de mensagem, são elementos que injetam certos impactos na recepção e apropriação da mensagem propagada” (OLIVEIRA, 2018, p.27).

Investigamos os periódicos disponíveis no Portal da Hemeroteca Digital<sup>35</sup>, de circulação capixaba<sup>36</sup>, em busca de registros que fazem referência às obras didáticas de aritmética. Inicialmente, identificaram-se quatro obras didáticas: **Arithmetica e Metrologia da Infância**, de Monsenhor Carlos Couturier; **Arithmetica Primaria**, de Antônio Trajano; **Noções de Arithmetica e de systema metrico decimal: para uso das escolas**, de Rodrigues da Costa e **Arithmetica Elementar**, do autor Amâncio Pinto Pereira<sup>37</sup>. Continuamos no encalço dos livros didáticos de aritmética investigando jornais que circularam a época no Estado. Por meio dessa investigação, identificamos notícias publicadas em jornais, cujo detalhamento faremos mais adiante, que apontam um total de onze livros adotados pela instrução pública no estado durante a Primeira República. No Quadro 4, apresentamos os livros didáticos de aritmética identificados e seus respectivos autores, bem como o ano dos jornais em que são citados.

QUADRO 04 – Relação de livros de Aritméticas identificados em Jornais do Estado do Espírito Santo – 1878 a 1919 (continua).

OBRA	AUTOR	JORNAL	ANO
<b>Arithmetica Elementar</b>	Miguel Maria Jardim	A Actualidade: órgão do Partido Liberal (ES)	1878
		A Folha da Victoria	1886

<sup>35</sup> A Hemeroteca Digital trata-se de um portal de periódicos nacionais que proporciona ampla consulta, pela internet, ao seu acervo de periódicos: jornais, revistas, anuários, boletins etc. Por meio desse portal é possível, por exemplo, acessar os primeiros jornais criados no país no ano de 1808 (BNDIGITAL, 2018).

<sup>36</sup> Os jornais utilizados nesta investigação foram localizados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital do Brasil: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Como recurso de busca por documentos que interessassem a esta pesquisa foram utilizadas palavras-chave, a saber: Aritmética, escola primária, livro didático, compendio, instrução publica, Aritmética Primária, etc.

<sup>37</sup> Com o intuito de localizar a obra do professor Amâncio Pinto Pereira, visitamos a Biblioteca da UFES objetivando consultar a Coleção Heráclito Amâncio Pereira, que pertencia ao filho do professor (ESPÍRITO SANTO, 1922). Essa coleção faz parte da seção de Coleções Especiais da Biblioteca Central. Na ocasião não localizamos essa obra, mas, identificamos outros dois livros do autor: **Homens e Cousas Espírito Santenses**, publicado por Artes Graphicas de Victoria em 1914 e **Noções abreviadas de geographia e história do Estado do Espírito Santo**, 4ª edição, publicada pela Typographia Nelson Costa, em 1906 e a 6ª edição publicada pela Typographia Coelho, em 1922.

QUADRO 04 – Relação de livros de Aritméticas identificados em Jornais do Estado do Espírito Santo – 1878 a 1919 (conclusão).

OBRA	AUTOR	JORNAL	ANO
<b>Arithmetica Elementar</b>	Miguel Maria Jardim	O Estado do Espírito Santo	1890
		O Estado do Espírito Santo	1895
<b>Arithmetica e Metrologia da Infância</b>	Monsenhor Carlos Couturier	O Estado do Espírito Santo	1890
<b>Arithmetica Primaria</b>	Antônio Bandeira Trajano	O Estado do Espírito Santo	1893
		O Estado do Espírito Santo	1898
<b>Noções de Arithmetica e de systema metrico decimal: para uso das escolas</b>	Manoel Olympio Rodrigues da Costa	O Estado do Espírito Santo	1893
<b>Arithmetica das Escolas Primarias</b>	Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho	O Estado do Espírito Santo	1902
<b>Arithmetica Elementar</b>	Amâncio Pinto Pereira	O Estado do Espírito Santo	1903
<b>Elementos de Arithmetica</b>	João José Luiz Vianna	A Folha de Victoria	1886
		A Folha de Victoria	1890
		Diário da Manhã	1909/1910
		Commercio do Espírito Santo	1910
<b>Elementos de Arithmetica: curso secundário</b>	F.T.D <sup>38</sup>	Diário da Manhã	1911/1912
<b>Arithmetica Escolar – Exercícios e problemas para Escolas primárias, famílias e collegios</b>	Ramon Roca Dordal	Diário da Manhã	1916
<b>Arithmetica Gymnasial</b>	Arthur Thirè	Diário da Manhã	1916
<b>Elementos de Arithmetica</b>	F.I.C <sup>39</sup>	Diário da Manhã	1916/1919

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados coletados em jornais capixabas.

<sup>38</sup> As iniciais da Editora FTD são uma homenagem ao Irmão Superior-Geral do Instituto Marista de 1883 a 1907, Frère Théophile Durand. Durante sua gestão incentivou os irmãos a escrever livros escolares que passaram a integrar a coleção, intitulada, Coleção de Livros Didáticos FTD. Em 1897, Théophile, determinou a vinda dos primeiros Maristas para o Brasil, e com eles também vieram os livros da FTD. Em 1902 foi publicado o primeiro livro da FTD no Brasil: Exercícios de Cálculos sobre as Quatro Operações, acompanhado de problemas (FTD EDUCAÇÃO, 2018).

<sup>39</sup> A sigla F.I.C. que significa Frères de l'Instruction Chrétienne, refere-se a uma congregação católica da França que organizou, por meio de seus frades-professores, grandes obras didáticas nas várias áreas do conhecimento. Os livros didáticos da F.I.C. surgiram no Brasil no final do século XIX, traduzidos e adaptados por Eugênio de Barro Raja Gabaglia, professor do Colégio Pedro II (VALENTE, 1999, 2000).

Antes, porém, de falarmos mais, detalhadamente, acerca dessas obras, consideramos prudente uma “classificação” mais apurada sobre livros didáticos. Aliás, o que são livros didáticos? De acordo com Choppin (2004, p. 549), “o livro didático é designado de inúmeras maneiras”, assim, definir livro didático ou os elementos que o caracterizam não é uma tarefa fácil, pois os obstáculos a serem superados nessa empreitada “reside no fato de que, o livro didático poder-se-á ter compreensões distintas e variáveis, só possíveis de serem captadas no dinamismo em que são escritas as representações dos livros no decorrer dos tempos” (GHEMAT, 2016, p.10).

Nesse sentido, os jornais analisados e que fazem referência aos livros adotados pela Instrução Pública do Estado do Espírito Santo, no final do século XIX e início do século XX, apresentam os livros pelo termo compêndio<sup>40</sup>. Mas o que eram os compêndios? Segundo Bittencourt (1993, p. 22, grifos da autora), o matemático francês Condorcet “[...] concebeu dois tipos de livros didáticos. Um para o professor e outro destinado aos alunos. Existiriam os **compêndios** ou **manuals escolares**, dos alunos, e os livros dos mestres ou dos professores.” Desse modo, compêndio é um termo adotado pelos legisladores brasileiros para designar o livro do aluno a partir da concepção dos franceses sobre livro didático. Os responsáveis pelos projetos educacionais no Brasil optaram pela definição francesa de livro didático, especificando sua natureza e finalidades das obras de acordo com seu público consumidor (BITTENCOURT, 1993).

Retomando os títulos elencados no Quadro 4, passaremos a delinear esse inventário, expondo cada título na mesma ordem em que se apresentam, podendo em algum momento, dois títulos serem citados simultaneamente, em virtude de serem citados no mesmo documento, descrevendo dessa forma a dinâmica de difusão dessas obras a partir das notícias publicadas em jornais de circulação capixaba<sup>41</sup>.

---

<sup>40</sup> Os jornais, em alguns momentos, além de compêndio apresentam os termos: livro, obra e livro didático. Este último, por exemplo, aparece no título de um artigo publicado pelo jornal *O Fluminense*, em 1899, que trata inicialmente da qualidade dos livros que circulavam pelas escolas primárias (página 118 deste trabalho).

<sup>41</sup> Apresentaremos um comentário mais ampliado sobre os autores daquelas obras que não tivemos acesso à materialidade.

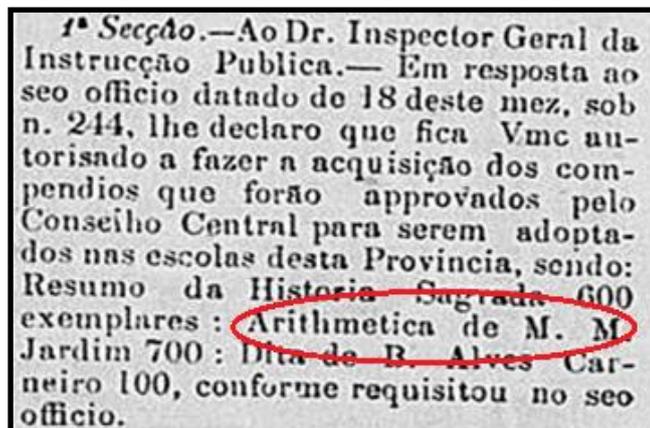
Ainda, levando em consideração o público para os quais os livros de Aritmética eram destinados, subdividiu-se os títulos em duas seções: Escola Primária e Escola Secundária. Destacamos que esta última era dividida em dois segmentos: Escola Normal, cuja finalidade era formar futuros professores primários, e Escola Ginásial que objetivava preparar o aluno secundarista para o Curso Superior. Em função de sua organização e público alvo, tais escolas, muito provavelmente, adotavam livros didáticos distintos.

## 2.1 LIVROS DE ARITMÉTICA ADOTADOS NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS

### 2.1.1 ARITHMETICA ELEMENTAR – M. M. JARDIM

A Instrução Pública do estado do Espírito Santo, mediante decisão do Conselho Central, adotou o compêndio **Arithmetica Elementar** de Miguel Maria Jardim, conforme noticiado no jornal *A Actualidade: órgão do Partido Liberal*, em 14 de junho de 1878 (Figura 1).

FIGURA 01 - Actos Officiaes - Governo - 1878



Fonte: A Actualidade: órgão do Partido Liberal, 14 de jun. 1878a (Hemeroteca Digital)

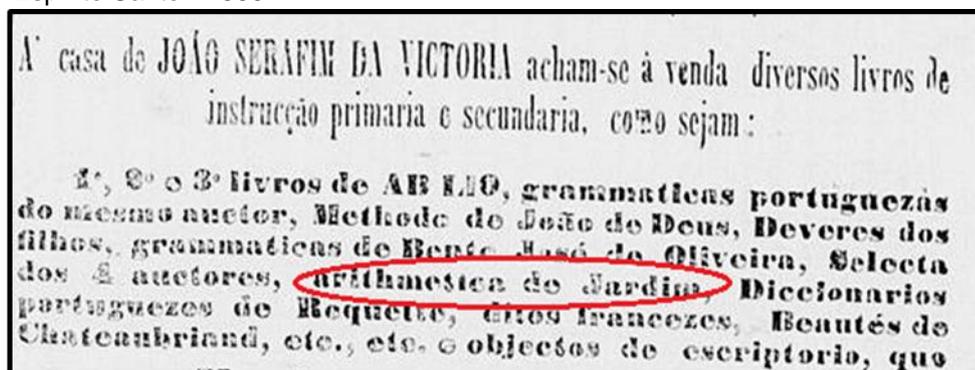
O presidente da província do Espírito Santo, em 1878, Manoel da Silva Mafra<sup>42</sup>, procurando atender as necessidades da instrução pública capixaba, no que concerne a falta de livros de aritmética, em 22 de maio, autorizou a compra de 700

<sup>42</sup> Presidente da Província do Espírito Santo assumindo a função no dia de 04 de abril de 1878 (ESPÍRITO SANTO, 1878b) e nomeado ministro da justiça em 1882 (ESPÍRITO SANTO, 1882c).

(setecentos) exemplares da Arithmetica de Miguel Maria Jardim, para serem distribuídas pelas escolas públicas.

Nos anos seguintes, essa obra continuou a circular pelo estado, pois conforme os jornais, as pessoas que quisessem adquiri-la poderiam dirigir-se a duas livrarias distintas. Em 1886, a Casa de João Serafim da Victoria (Figura 2), e em 1890, a livraria Livro Azul (Figura 3).

FIGURA 02 - Venda de livros pela Casa João Serafim da Victoria na Capital do Estado do Espírito Santo - 1886



Fonte: A Folha da Victoria, 25 de fev. 1886 (Hemeroteca Digital)

#### Transcrição do documento:

QUADRO 05 –Venda de livros pela Casa João Serafim da Victoria na capital do Estado do Espírito Santo – 1886

À casa de JOÃO SERAFIM DA VICTORIA acham-se à venda diversos livros de instrução primaria e secundaria, como sejam: 1º, 2º e 3º livros de ABILIO, grammaticas protuguezas do mesmo auctor, Methodo de João de Deus, Deveres dos filhos, grammaticas de Bento José de Oliveira, Selecta dos autores, arithmetica de Jardim, Diccionarios portugueses de Requette, ditos francezes, Beautés de Chateaubriand, etc, etc, e objetos de escriptorio, que...

Fonte: A Folha da Victoria, 25 de fev. 1886 (Hemeroteca Digital)

FIGURA 03 - Livro Azul - Espírito Santo - 1890

Olhe no *Livro Azul*, chegou...  
 — O que, minha filha?  
 Um sortimento de livros. Tem  
 1º, 2º, 3º e 4º livros de Hilario, geo-  
 metria, grammatica de Abilio,  
 arithmetica de Jardim, taboadas,  
 um grande sortimento de livros  
 de historias, romances, poesias,  
 livros de medicina, Museu pitto-  
 resco, Galeria historica da Re-  
 publica, Historia do Russinho,  
 diccionarios portuguez e francez.

Fonte: O Estado do Espírito Santo, 29 de out. 1890b (Hemeroteca Digital)

Mais um registro de difusão dessa obra, em terras capixabas, consta na relação de livros fornecidos pela Instrução Pública, em 1895, que fora publicado no jornal *O Estado do Espírito Santo*, em 16 de outubro do referido ano, conforme Figura 4.

FIGURA 04 - Factos e Boatos - Espírito Santo - 1895

INSTRUÇÃO PUBLICA

A Secretaria da Instrução Publica  
 forneceu 144 compendios de Hilario  
 Ribeiro, Arithmetica de Jardim, 1º,  
 livros de Abilio—à escola mixta da  
 villa Alfredo Chaves, a do sexo mas-  
 culino—do Ubû, e da Barra do Ita-  
 pëmerim, e a cada uma—4—livros  
 —para termos de exames, visitas,  
 matriculas e faltas diarias.

Fonte: O Estado do Espírito Santo, 16 de out. 1895 (Hemeroteca Digital)

Assim, diante dos elementos veiculados nos jornais (propaganda de livrarias, ordem de compra e distribuição de livros pelo governo) essa pesquisa sinaliza a circulação da obra, **Arithmetica Elementar** de Jardim, por quase duas décadas em terras capixabas (1878 a 1895) o que comprova sua adoção, como já dissemos, pela Instrução Pública Primária Espírito-Santense.

Conforme a Figura 5, identificamos um exemplar na Biblioteca Nacional de Portugal–BNP<sup>43</sup>, localizada em Lisboa. O livro foi editado em 1879, no Rio de Janeiro, pela Typographia da Reforma (Figura 6).

FIGURA 05 - Pesquisa realizada no Catálogo - BNP

The screenshot shows the PORBASE (Base Nacional de Dados Bibliográficos) search results page. The search term 'Arithmetica Elementar' is entered in the search bar. The results show the book 'ARITHMETICA ELEMENTAR / M. M. JARDIM' with the following details:

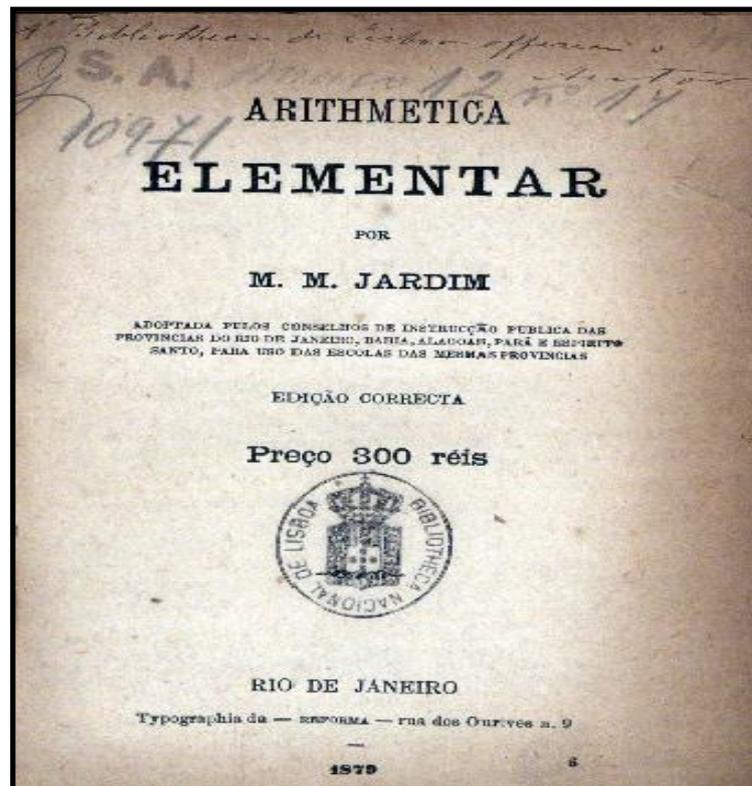
- AUTOR(ES): Jardim, M. M.
- EDIÇÃO: Edição correcta
- PUBLICAÇÃO: Rio de Janeiro : Typ. da Reforma, 1879
- DESCR. FÍSICA: 128 p. : in-8

Below the details, there is a table of 'Exemplares' (copies) with the following information:

Biblioteca	Cota
BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL	S.A. 10971 P.

Fonte: PORBASE – BNP, 2018.

FIGURA 06 - Folha de rosto - Arithmetica Elementar de Jardim - 1879



Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional de Portugal, 2018

<sup>43</sup> A Biblioteca Nacional de Portugal tem mais de 200 anos. Em 29 de fevereiro de 1796, por meio do Alvará régio, fundou a Real Biblioteca Pública da Corte, a mais antiga antecessora formal da BNP. Em 1834, a Instituição foi transformada em Biblioteca Nacional de Lisboa. Com a Proclamação da República, a biblioteca incorporou livrarias de congregações religiosas extintas (BNP, 2018). A identificação foi possível, acessando a Biblioteca Nacional de Portugal: <http://www.bnportugal.pt/>, Coleções – Fundo Geral.

Mas quais as circunstâncias ou motivos fizeram com que um livro didático de aritmética, de publicação brasileira, destinado às escolas primárias, fosse depositado no acervo da Biblioteca Nacional de Lisboa<sup>44</sup>? Uma possível resposta a essa questão, pode ser elucidada por meio da frase assentada na parte superior da folha de rosto que indica a doação do autor para a referida biblioteca, “A Bibliotheca de Lisboa oferece o autor”. Todavia, perduram outras dúvidas, como por exemplo, em quais circunstâncias aconteceu essa doação? Não é possível afirmar que a letra disposta na folha pertencia a Miguel Maria Jardim, entretanto, podemos afirmar que foi ele o doador da obra.

### 2.1.2 ARITHMETICA E METROLOGIA DA INFÂNCIA – MONSENHOR C. COUTURIER

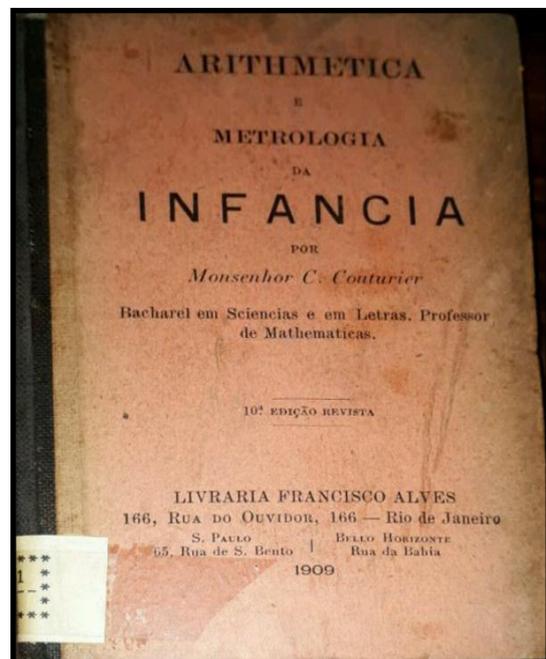
A Secretaria de Instrução Pública, em 20 de dezembro de 1889, adotou o livro **Arithmetica e Metrologia da Infância**, que ainda foi encontrado em 1909, em sua 10ª edição.

FIGURA 08 - Arithmetica de Couturier - 1891



Fonte: Instituto Educacional Caetano de Campos, 2013.

FIGURA 07 - Arithmetica de Couturier - 1909

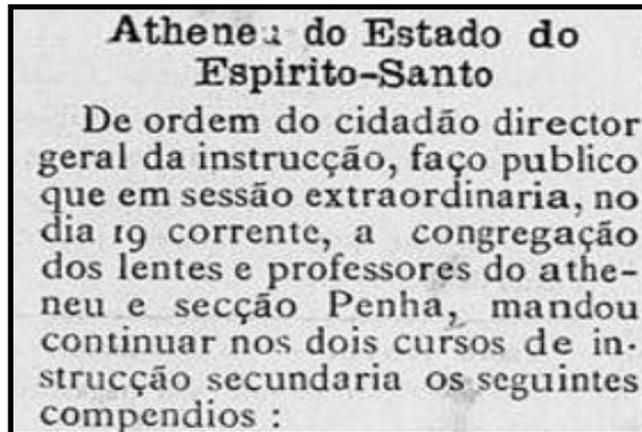


Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 2018.

<sup>44</sup> Após identificarmos a obra, entramos em contato com o serviço de reproduções da BNP pelo e-mail: [reproduções@bnportugal.pt](mailto:reproduções@bnportugal.pt), solicitando a reprodução da obra – digitalização integral. O pedido de reprodução ficou registrado sob o nº 69/2018 a ser encaminhado, a nosso pedido, por correio eletrônico, *DropBox*. Pelo serviço de reprodução (digitalização realizada pela BNP), foram cobrados 38,70 euros.

Os professores das escolas secundárias, Atheneu do Estado do Espírito Santo<sup>45</sup> e Colégio Nossa Senhora da Penha<sup>46</sup>, reuniram-se no dia 19 de dezembro de 1889 para decidir quais livros deveriam ser utilizados no próximo ano letivo, nos dois cursos de instrução secundária (Figura 09).

FIGURA 09 - Reunião de professores realizada em 19 de dezembro de 1889 para a escolha de livro didático em Vitória.



Fonte: O Estado do Espírito Santo, 5 de jan. 1890d (Hemeroteca Digital)

A reunião determinou ainda, os compêndios que deveriam ser adotados pela instrução primária. De acordo com Gontijo e Gomes (2013, p. 40), o diretor do Atheneu, além de chefiar o ensino secundário, dirigindo dessa forma as escolas normais, era responsável em “organizar o regimento interno, os programas e instruções que dissessem respeito às escolas primárias”. Nesse sentido, a congregação dos lentes<sup>47</sup> e professores, presidido pelo diretor do Atheneu “era responsável por adotar métodos de ensino, aprovar compêndios e propor a tradução e publicação de obras didáticas”, evidenciando dessa forma que a

<sup>45</sup> De acordo com o Jornal *O Cachoeirano*, datado de 24 de julho de 1892, esta escola deixou de funcionar em 1892, pois “o governo do sr. Moniz Freire extinguiu o referido estabelecimento de instrução secundária, substituindo-o por uma Escola Normal” (ESPÍRITO SANTO, 1892a, p.1).

<sup>46</sup> Conforme Siqueira Filho (2016, p. 369-370) o Colégio Normal Nossa Senhora da Penha, criado a partir do Decreto nº 674 de 06 de dezembro de 1869, tinha como objetivo precípua, a habilitação de professores para atuar no ensino primário. “Essa instituição contava com duas escolas primárias anexas, que funcionavam como escolas de aplicação”. O Colégio N. S. da Penha tratava exclusivamente da instrução das meninas, enquanto o Atheneu da instrução dos meninos.

<sup>47</sup> Segundo Bittencourt (1993, p. 22, grifos da autora), no final do século XIX e início do XX, existia no Brasil, uma distinção discriminatória quanto ao emprego da palavra professor, usada comumente em relação ao nível de ensino que ele ocupava: professor secundário e professor primário. O termo lente era utilizado “[...] para designar o professor secundário concursado das escolas oficiais e mestre o assistente de tais professores”. No período Imperial o termo “mestre de 1ª letras” foi utilizado para designar o professor que atuava no ensino primário, e posteriormente, na República foi usual o termo “professor primário”.

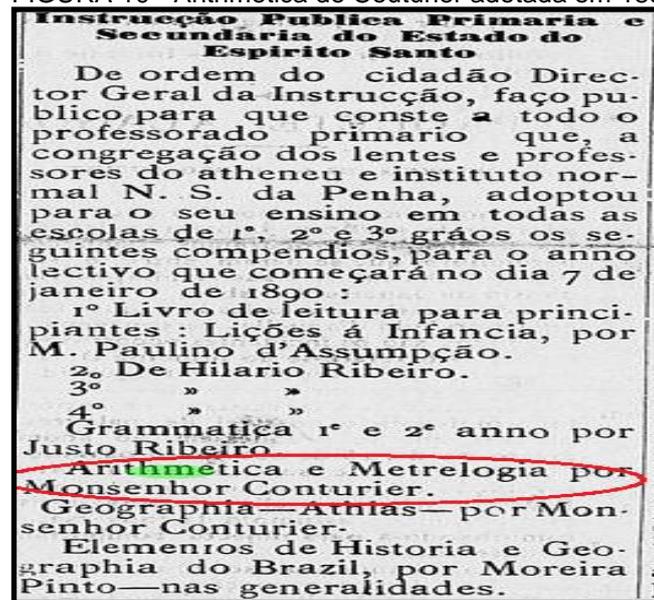
congregação possuía um certo poder e que tais instituições eram tidas como referência para o ensino nas demais escolas do Estado do Espírito Santo, assim como o Colégio D. Pedro II no Rio de Janeiro era referência para o restante do país.

Para tornar público à decisão da congregação, o secretário do Instituto Atheneu, o padre Francisco Antunes Siqueira, também lente da cadeira de Português e, o secretário da Instrução Pública do Estado, Josino V. Pinto d’Azevedo, redigiram dois comunicados, datados de 20 de dezembro de 1889, nos quais apresentavam os livros escolhidos, entretanto, tais comunicados só foram publicados no jornal *O Estado do Espírito Santo*, em 05 de janeiro de 1890. O texto redigido pelo secretário da Instrução Pública (Figura 10) apresenta os compêndios destinados às escolas primárias, no qual consta a obra de Monsenhor Couturier<sup>48</sup>.

---

<sup>48</sup> Monsenhor Carlos Couturier (padre) – bacharel em ciências e letras, professor de Matemáticas. Obteve o título de capacidade profissional, em 1870, para atuar com as seguintes matérias: “francez, latim, grego, historia, geographia, mathematicas elementares e filosofia” (BRASIL, 1870, p. 255). Em 1877, foi nomeado pelo papa Pio IX, capelão do Collegio São Vincente de Paula, na Corte do Rio de Janeiro, onde preparava os meninos, conforme solicitados pelos pais, ensinando as matérias exigidas para entrarem no Collegio Imperial de D. Pedro II. Antes foi cônego da Basílica de S. Estaquio de Roma e, posteriormente, monsenhor, camarista de sua Santidade o Papa (RIO DE JANEIRO, 1877b). Publicou as seguintes obras: Catechismo da Doutrina Christã; Curso Completo da Instrução Christã, Historia Sagrada; Arithmetica e Systema Metrico Decimal; Geographia e Atlas e Arithmetica e Metrologia da Infância (RIO DE JANEIRO, 1886). Couturier esteve na França em 1877, onde fez imprimir na cidade de Paris duas grandes edições em francês e português da obra Cathecismo da Doutrina Chistã (RIO DE JANEIRO, 1877b). Essa obra, em 1889, foi adotada pelo Conselho Superior da Instrução Pública para ser ensinado nas escolas do governo imperial (RIO DE JANEIRO, 1889). Conforme o catálogo da Livraria Clássica de Alves & Comp. publicado pela *Revista Sul Americana (RJ)*, em 1889, Couturier publicou a 3ª edição da Arithmetica da Infância em 1888. Não identificamos o ano da 1ª edição, todavia, o jornal *A Folha Nova (RJ)*, em 1883, cinco anos antes da terceira edição, já fazia referência à essa obra.

FIGURA 10 - Arithmetica de Couturier adotada em 1890



Fonte: O Estado do Espirito Santo, 5 de jan. 1890d (Hemeroteca Digital)

E diante da escolha realizada pela congregação dos lentes das duas escolas, ora citadas, os professores primários das escolas de 1º, 2º e 3º graus, no ano letivo de 1890, não poderiam adotar títulos diferentes dos elencados no comunicado, pois se assim fizessem, estariam sujeitos a penalidades, uma vez que os inspetores e delegados literários foram instruídos a incorrer multa ao professor (ESPÍRITO SANTO, 1890d). Com relação à classificação apresentada, categorizando as escolas primárias em 1º, 2º e 3º graus, conforme o regulamento em vigor, a instrução primária era graduada em três níveis ou etapas, dividida em elementar, suplementar e complementar. “As escolas elementares estavam situadas principalmente nos centros agrícolas; as suplementares em centros de maior desenvolvimento e densidade de população; e as complementares, nas vilas e cidades que tivessem maior desenvolvimento comercial e industrial” (GONTIJO E GOMES, 2013, p. 41).

Anos mais tarde, em 1894, conforme publicações realizadas pelo jornal *O Estado do Espírito Santo*, a obra de Couturier continuou a circular pelo estado, pois era possível adquiri-la na Papelaria Commercial, situada na capital do estado. A publicação trata de um catálogo de livros comercializado pela loja, conforme reprodução, na íntegra (Figura 11).

FIGURA 11 - Livros vendidos pela Papelaria Commercial - Espírito Santo - 1894

**PAPELARIA  
COMMERCIAL**

Catalogo dos livros á venda neste estabelecimento

*Cartilha Nacional de Hilario Ribeiro, ensino simultaneo de leitura e escripta*  
*Primeiro Livro do mesmo (syllabario)*  
*Primeiro Livro de Abilio Cezar Borges*  
*Novo Segundo Livro de Hilario Ribeiro, scenario infantil*  
*Novo Terceiro Livro do mesmo, Na terra, no mar e no espago*  
*Novo Quarto Livro do mesmo, Patria e dever*  
*Quarto Livro do mesmo, os Homens e as Cousas*  
*Primeiro Livro de Felisberto de Carvalho*  
*Segundo Livro do mesmo*  
*Terceiro Livro do mesmo*  
*Grammatica Portugueza, curso prim. (1º anno.) por J. Ribeiro*  
*Grammatica Portugueza, curso medio (2º anno), pelo mesmo*  
*Grammatica Portugueza, curso superior (3º anno), pelo mesmo*  
*Grammatica Portugueza, curso primario por Abilio C. Borges*  
*Grammatica Franceza de Halbout*  
*Grammatica Franceza de Sevens*

*Grammatica Franceza de Sevens*  
*Diccionario Grammatical de João Ribeiro*  
*Diccionario Portuguez de Roquet*  
*Diccionario Portuguez-Francez e Francez-Portuguez de Fonseca Roquet*  
*Epitome da Historia do Brazil, por Moreira Pinto*  
*Geographia do Brazil do mesmo*  
*Noções de Geographia Geral, por Moreira Pinto*  
*Geographia Moderna e Cosmographia por F. d'Abreu*  
*Geographia da Infancia, curso primario, por Joaquim Maria de Lacerda*  
*Geographia Atlas, dedicada á infancia, por Couturier*  
*Geographia Atlas, curso superior por Delamarche*  
*Chorographia do Brazil (curso primario), por Moreira Pinto*  
*Fletoes de Arithmetica, de João José Luiz Vianna*  
*Arithmetica e Metrologia da Infancia, por Couturier*  
*Arithmetica Primaria, por Antonio Trajano*  
*Seleção litteraria, por Fausto Barreto e Vicente Souza*  
*Estudinhos da Lingua Patria*  
*Silon, Charles-André*  
*Trechos dos Autores Clasticos por Guilherme Prado*  
*Noções da vida pratica, por Felix Ferreira*  
*Guia do Jardineiro*  
*O Amigo do Lacerador*  
*Cosmômetro Nacional*

Rua 1º de Março N. 24

Fonte: O Estado do Espírito Santo, 12 de jan. 1894 (Hemeroteca Digital)

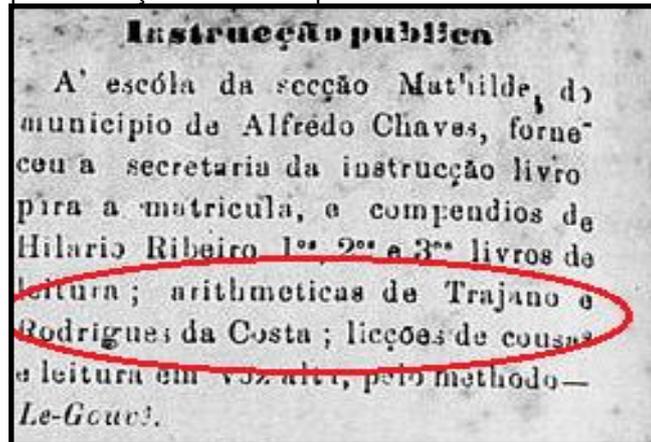
Nesse registro podemos destacar que a obra de Monsenhor Couturier<sup>49</sup> foi comercializada, ao mesmo tempo em que circularam os compêndios de aritmética de autoria de Antônio Trajano e João José Luiz Vianna, duas obras, que circularam pelo Estado do Espírito Santo e que compõem esse inventário.

<sup>49</sup> Ao realizarmos uma busca no Google, localizamos o site de memórias do antigo Instituto Educacional Caetano de Campos – São Paulo, onde identificamos a existência de um exemplar, no acervo particular da professora Maria Lúcia De França Camargo, ex-professora do Instituto Educacional Caetano de Campos. Conforme descrito por ela, “o livro **Arithmetica e Metrologia da Infância** de Monsenhor Carlos Couturier, de 1891, deve ter sido de meu avô paterno, que nasceu em 1881, e pela data, Campinas, 1893, com 12 anos, deve ter estudado nele” (CAMARGO, 2013). Realizamos pesquisa em catálogos online de várias bibliotecas e instituições de ensino superior pelo Brasil em busca dessa obra, entretanto, sem êxito. Podemos citar, por exemplo, a consulta feita ao Catálogo Online de Obras Raras da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - BN. A investigação realizada apresentou 125 resultados para **arithmetica** e mais de 1221 resultados para **aritmética**, no entanto, a obra de Couturier não apareceu nessa pesquisa. Posteriormente, solicitamos junto a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, o Serviço de Pesquisa a Distância, pedindo informações sobre os livros identificados no Quadro 4. Decorrido mais de dois meses da solicitação, obtivemos a resposta que dois livros encontram-se depositados no acervo da BN, **Arithmetica da Infância e Metrologia**, do Monsenhor Carlos Couturier e **Arithmetica das Escolas Primárias**, do autor Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho. A princípio solicitamos o serviço de digitalização ou microfilmagem, o qual não pode ser realizado, entretanto, foi possível por meio de uma colega, professora do Instituto Federal do Rio de Janeiro, realizar cópias das obras utilizando o celular. A **Arithmetica e Metrologia da Infância**, 10ª edição, exemplar único no acervo da BN, foi publicada em 1909 pela Livraria Francisco Alves. Em função do estado de conservação (páginas esfarelado) não foi possível realizar a cópia integral do livro.

### 2.1.3 ARITHMETICA PRIMARIA DE TRAJANO E NOÇÕES DE ARITHMETICA E DO SISTEMA MÉTRICO DECIMAL DE RODRIGUES DA COSTA

Tais obras, de acordo como o Jornal *O Estado do Espírito Santo*, em 1893, foram fornecidas pela Secretaria de Instrução Pública à escola de Mathilde (Figura 12).

FIGURA 12 - Distribuição das Arithmeticas de Trajano e Rodrigues da Costa pela Instrução Pública Capixaba - 1893



Fonte: O Estado do Espírito Santo, 20 de jul. 1893 (Hemeroteca Digital)

#### Transcrição do documento

QUADRO 06 – Distribuição das Arithmetica de Trajano e Rodrigues da Costa pela Instrução Pública Capixaba – 1893

À escola da secção Mathilde, do município de Alfredo Chaves, forneceu a secretaria da instrução livro para matrícula, e compendios de Hilario Ribeiro 1º, 2º e 3º livros de leitura, arithmetica de Trajano e Rodrigues da Costa; lições de cousas e leitura em voz alta, pelo methodo – Le-Goez.

Fonte: O Estado do Espírito Santo, 16 de out. 1895 (Hemeroteca Digital)

Em conformidade com o Decreto nº. 2 de 4 de julho de 1892, o governo era responsável pela compra de vestuários e livros para os alunos de pais “pobres”<sup>50</sup>. Constatamos, por meio das leituras de alguns ofícios emitidos pelo diretor da Instrução Pública durante a década de 1890, que existia uma carência de livros didáticos nas escolas para que fossem fornecidos aos alunos cujos pais não tinham

<sup>50</sup> Filhos de pais pobres, conforme o Decreto nº. 2 de 4 de julho de 1892 eram os que não tinham condições financeiras para adquirir o material (ESPÍRITO SANTO, 1892e).

condição financeira para realizar a compra. E, em conformidade com o Decreto, ora citado, era responsabilidade do governo sanar tais pendências.

Os professores, diante de tal problemática, relatavam aos inspetores e delegados literários a situação dos alunos carentes. Aqueles, por sua vez, comunicavam ao diretor da Instrução Pública, que informava ao presidente do Estado. Por exemplo, o diretor José Joaquim Pessanha Pova, em 1896, “para cumprir o Regulamento e fielmente ser observado o Programma de Ensino” (ESPÍRITO SANTO, 1896b, p.1), em 22 de janeiro, por meio do ofício nº. 11, comunicou ao Presidente do Estado a carência de livros didáticos de aritmética solicitando a compra imediata desse gênero literário. Diante da solicitação, o governo autorizou a compra de um total de cinco mil livros de aritmética que chegaram pela Companhia de Vapores no mês de maio do ano transato (ESPÍRITO SANTO, 1896c). Conforme a Figura 13, tais livros foram distribuídos entre os alunos, filhos de pais pobres.

FIGURA 13 - Ofício direcionado ao Presidente do Estado do Espírito Santo em 1896

n.º 57  
 Ao Sr. Presidente do Estado em 18 de julho  
 de 1896 Com offício, nº 11, do governo anterior  
 - sobre a falta de livros de aritmética para  
 os alunos pobres.  
 Por offício de 22 de janeiro deste ano  
 autorizado pela Ex.ª Presidência do Estado a  
 mandar fornecer - Compendios de Aritmética  
 para os alunos e alunos filhos de pais pobres.

Fonte: Ofício nº 57 de 18 de julho de 1896c (Arquivo Público do Estado do Espírito Santo)

Transcrição do documento

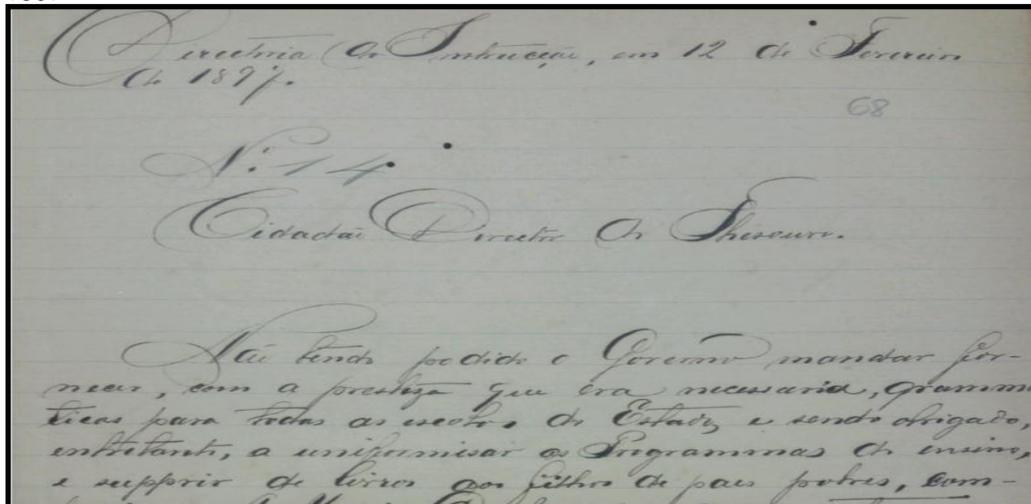
QUADRO 07 – Ofício direcionado ao Presidente do Estado do Espírito Santo em 1896

Nº. 57  
 Ao Sr. Presidente do Estado em 18 de julho de 1896  
 Por officio de 22 de janeiro este com o fim auctorizado pela Exma Presidencia do Estado de mandar fornecer – compendios de Arithmetica para os alumnos e alumnas filhos de pais pobres.

Fonte: Ofício nº 57 de 18 de julho de 1896c (Arquivo Público do Estado do Espírito Santo)

No ano seguinte, o fornecimento de compêndios para os alunos carentes que estavam devidamente matriculados nas escolas primárias era um problema que persistia e que preocupava o diretor da Instrução, entretanto, como podemos verificar na Figura 14, a carência agora era de compêndios de gramática.

FIGURA 14 - Ofício direcionado ao Diretor do Tesouro do Estado do Espírito Santo em 1897



*Directoria da Instrução, em 12 de Fevereiro  
 de 1897.*

*N.º 14.*

*Cidadã Prudente do Tesouro.*

*Seu tendo pedido e gerado, mandar fornecer, com a pressa que era necessaria, Grammaticas para todas as escolas do Estado, e sendo obrigado, entretanto, a uniformisar os Programmas de ensino, e supprir de livros aos filhos de pais pobres, com-*

Fonte: Ofício nº 14 de 12 de fevereiro de 1897 (Arquivo Público do Estado do Espírito Santo)

Transcrição do documento

## QUADRO 08 – Ofício direcionado ao Diretor do Tesouro do Estado do Espírito Santo em 1897

Directoria da Instrucção, em 12 de fevereiro de 1897

Nº. 14

Cidadão Director do Thesouro

Não tendo podido o governo mandar fornecer, com a presteza que era necessaria, grammaticas para todas as escolas do Estado, e sendo obrigado, entretanto, a uniformisar os Programmas de ensino, e supprir de livros os filhos de pais pobres, comprei...

Fonte: Ofício nº 14 de 12 de fevereiro de 1897 (Arquivo Público do Estado do Espírito Santo)

As leituras desses ofícios nos levaram a perceber nas publicações dos jornais, quando estes noticiavam à distribuição ou fornecimento de compêndios as escolas pela Secretaria de Instrução Pública, que tais livros, muito provavelmente, foram comprados para serem distribuídos aos alunos, filhos de pais pobres, em função do Decreto nº 2 de 4 de julho de 1892, buscando nesse sentido uniformizar os Programas de Ensino, o que nos leva a conjecturar que se tratava de obras adotadas pelas escolas do Estado do Espírito Santo. Nesse sentido, provavelmente, as obras de Trajano e Rodrigues da Costa<sup>51</sup> foram utilizadas pelos professores primários durante o ano letivo de 1893.

<sup>51</sup> Identificamos a existência de um exemplar do compêndio de Rodrigues da Costa na Biblioteca Pública Pelotense, em consulta ao acervo pelo endereço <http://sistema.biblioteca.org.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/scripts/>. Entramos em contato por e-mail solicitando a digitalização. Posteriormente, por telefone, fomos informados que a obra não fora localizada. O Cento de Documentação e Obras Valiosas da Biblioteca Pública Pelotense fora interditado para reorganização.

Manoel Olympio Rodrigues da costa, filho de João Rodrigues da Costa, nasceu em 1841. Aos vinte e seis anos atuou como professor na província da Bahia. Foi nomeado em 23 de julho de 1873, professor da cadeira de português, geografia e aritmética, do 1º ano do externato do Imperial Collegio de Pedro II, no Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 1873a). Em 1877, foi presidente e fundador do Atheu Pedagógico. Após exercer a função do magistério por mais de 20 anos e como professor vitalício da cadeira de português, do Imperial Collegio de Pedro II, aposentou-se em 1890 (RIO DE JANEIRO, 1890). Faleceu no dia 12 de junho de 1891, aos cinquenta anos. Costa publicou as obras, *Grammatica Portugueza* (1ª edição 1876, 2ª edição 1877, 3ª edição 1887) e *Noções de Arithmetica e do systema métrico decimal: para uso das escolas*. Esta última, foi publicada em 1874, sendo vendida pela Livraria Clássica de Nicolau Alves (RIO DE JANEIRO, 1874b). Já a 2ª edição fora publicada em 1877 pela Livraria Seraphim José Alves, editor da coleção *A Escola*. *A Escola* era uma coleção de livros elementares (destinados aos alunos dos primeiros anos) criada em 1875. (RIO DE JANEIRO, 1877a).

Nos anos posteriores, com relação à obra de Rodrigues da Costa, não há indícios de sua circulação em terras capixabas, entretanto, verificamos que a **Arithmetica Primaria** de Trajano<sup>52</sup>, continuou a circular pelo Estado conforme a Figura 15.

FIGURA 15 - Distribuição da Arithmetica de Trajano pela Instrução Pública Capixaba - 1898



Fonte: O Estado do Espírito Santo, 25 de dez. 1898 (Hemeroteca Digital)

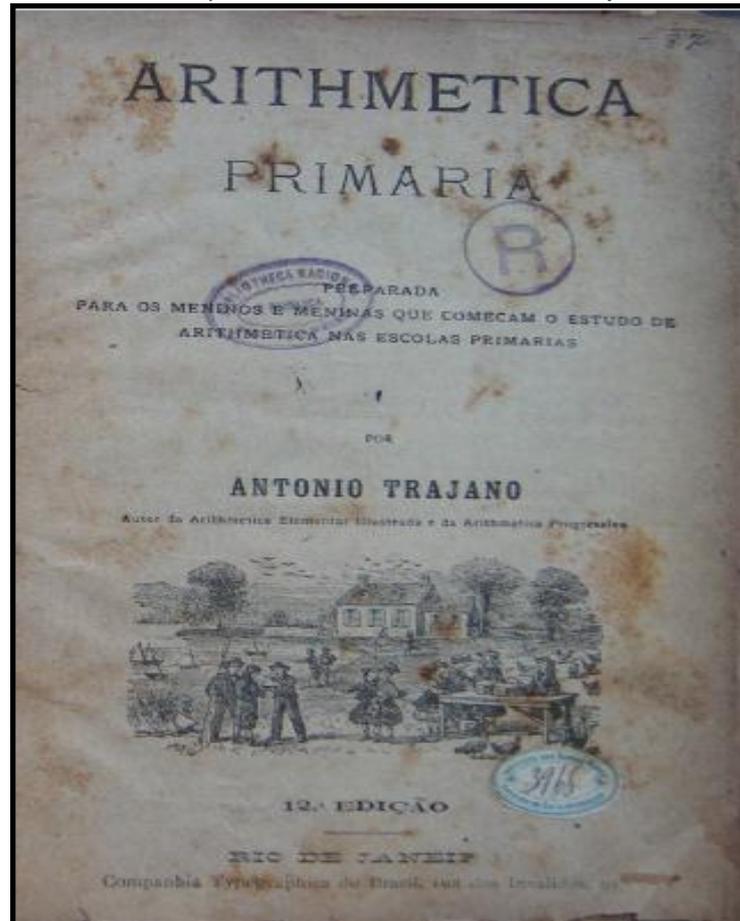
As informações contidas nesse documento, além de difundirem a circulação da obra de Trajano, são peças basilares que solidificam as ideias conjecturadas nessa pesquisa, ou seja, a Secretaria, ao notificar por meio dos jornais que havia fornecido ou distribuído livros às escolas, fazia a função de cumprir com o Programa de Ensino, pois, tratava-se de obras adotadas pelo governo do Estado do Espírito Santo.

Constatamos, ainda, na mesma notícia, que o livro de Geografia do professor Amâncio Pinto Pereira, autor de uma das obras de aritmética desse inventário, fora distribuído às escolas públicas e privadas. Bem, em nossa investigação, identificamos uma publicação realizada pelo jornal *O Estado do Espírito Santo*, em 04 de abril de 1892, na qual o professor Amâncio Pinto Pereira, busca aprovação dessa obra, por parte da congregação do Atheneu (Figura 16).

<sup>52</sup> Antônio Bandeira Trajano foi professor, pastor da Igreja Presbiteriana e autor das *Arithmeticas* – Progressivas, Elementar Ilustrada e Primaria. Nasceu em Portugal, em 1843 e tornou-se brasileiro por naturalização após chegar ao Brasil em 1857. De acordo com Oliveira (2013, p. 43), a *Arithmetica Primaria*, tratava-se de um compêndio preparado para meninos e meninas que começariam o estudo de Aritmética nas escolas primárias. A primeira edição foi publicada “por volta das décadas de 80 e 90 dos Oitocentos”, chegando na 114ª edição, no ano de 1947.



FIGURA 18 - Capa da Arithmetica Primária de Trajano - 12ª edição



Fonte: Repositório de Conteúdo Digital

Os elogios tecidos à obra de Trajano cogitam-se os motivos que levaram a instrução pública a adotá-lo, como assim fizeram outros estados, pois segundo Oliveira (2013), as obras de Trajano tiveram uma circulação expressiva no território brasileiro.

#### 2.1.4 ARITHMETICA DAS ESCOLAS PRIMARIAS – FELISBERTO DE CARVALHO

A secretaria de Instrução Pública, em 1902, adotou o livro **Arithmetica das Escolas Primárias** do autor Felisberto Pereira Rodrigues de Carvalho para ser utilizado nas escolas primárias no decorrer no ano transato. Conforme publicação de 26 de fevereiro de 1902 pelo jornal *O Estado do Espírito Santo* (Figura 19), os professores primários reuniram-se com o único objetivo de escolher os compêndios a serem

adotados nas escolas e que mais se ajustassem ao estudo da criança. O Diretor geral da Instrução Pública dirigiu a reunião que deliberou em favor da adoção dos livros de Felisberto de Carvalho.

FIGURA 19 - Escolha de livro didático para as escolas primárias - 1902

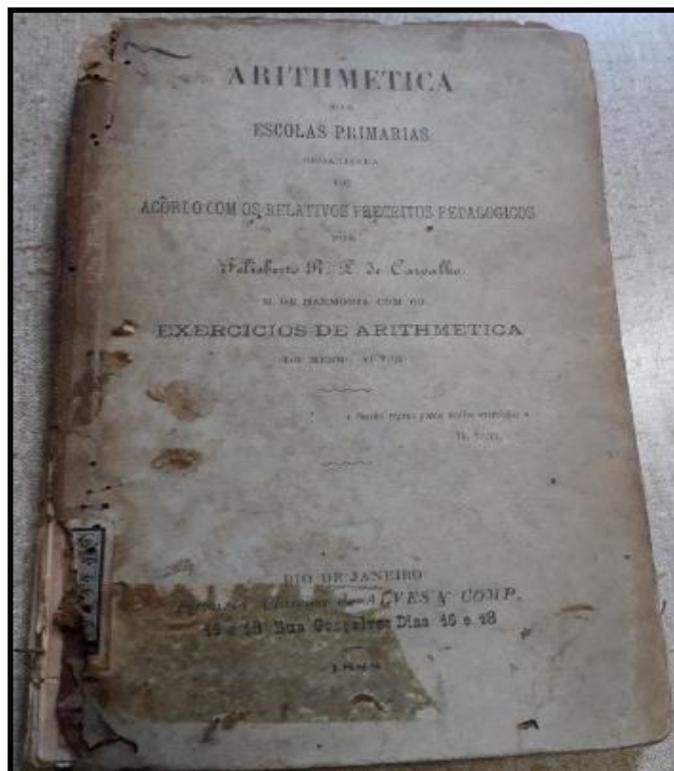
Na sala da Directoria da Instrução Pública e sob a presidencia do Sr. Dr. Director Geral, reuniu-se hontem o professorado primario da Capital, sendo o principal fim da sessão assentar-se no compendio a adoptar nas escolas e o que mais convem ao estudo das crianças.

Discutido o assumpto, foram pela maioria escolhidos os livros de Felisberto de Carvalho até o tomo 4º e para a ultima classe o «Brasil», de Alberto Brandão.

Assentou-se do mesmo modo no compendio mais pratico para ensinar a grammatica, arithmetica e geographia do Estado.

Fonte: O Estado do Espírito Santo, 26 de fev. 1902 (Hemeroteca Digital)

FIGURA 20 - Arithmetica das Escolas Primarias de Felisberto de Carvalho - 1888



Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – 2018

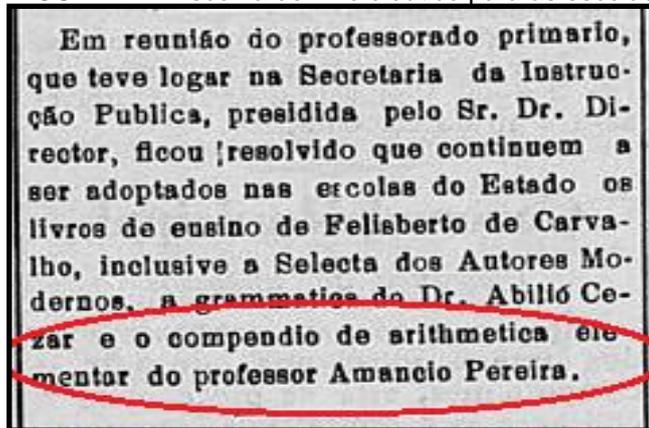
Identificamos um exemplar da **Arithmetica das Escolas Primarias** de Felisberto de Carvalho (Figura 20), na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Trata-se da 1ª

edição, publicada em 1888 pela Livraria Clássica de Alves & Comp., sediada no Rio de Janeiro.

### 2.1.5 ARITHMETICA ELEMENTAR – AMÂNCIO PINTO PEREIRA

O livro **Arithmetica Elementar**<sup>53</sup> do professor primário, Amâncio Pinto Pereira<sup>54</sup>, foi adotado pela Secretária de Instrução Pública no ano de 1903 (Figura 21), conforme noticiado no jornal O Estado do Espírito Santo (1903, p. 1).

FIGURA 21 - Escolha de livro didático para as escolas primárias - 1903



Fonte: O Estado do Espírito Santo, 12 de fev. 1903 (Hemeroteca Digital)

Em relação a essa obra, temos algumas indagações como: em que ano foi publicada? Quantas edições tiveram? Qual a editora? Durante quanto tempo circulou pelas escolas capixabas? No entanto, não conseguimos localizar informações que respondessem tais questões.

Em relação à escolha de livros para o ensino primário no Estado do Espírito Santo, vimos que na última década do século XIX, a congregação dos lentes do Atheneu

<sup>53</sup> Por se tratar de um livro didático de Aritmética de autor capixaba, tivemos a preocupação inicial de localizar este compêndio. Foi realizada uma pesquisa em locais prováveis, como o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Biblioteca Pública Estadual do Estado e Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, entretanto, como dito anteriormente, não localizamos a obra.

<sup>54</sup> Amâncio Pinto Pereira, professor atuou como professor primário durante 23 anos, sendo inicialmente nomeado, em 1882 para a cidade de Itapemirim-ES (ESPÍRITO SANTO, 1882b,1906). Formado em direito, exerceu por mais de uma vez o cargo de promotor público. Foi redator dos jornais “Sete de Setembro” e “Baluarte”, conforme o jornal “Lucifer: órgão do povo” de 1884 (ESPÍRITO SANTO, 1884). Foi sócio do Gremio Litterario Victoriense, criado em 1888, onde exercia a função de 1º secretário (ESPÍRITO SANTO, 1888).

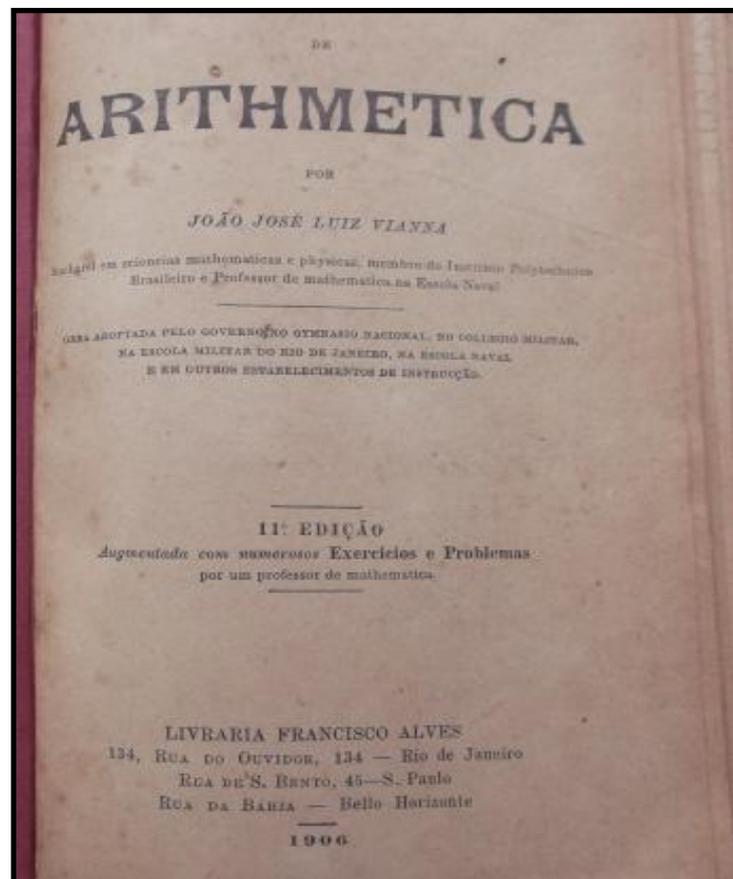
era responsável em realizar essa tarefa. Entretanto, no início do século XX, os professores primários da capital, presididos pelo Diretor da Instrução Pública, assumem esse legado, passando a definir quais livros deveriam ser adotados para a instrução primária, algo que aconteceu em 1902 e 1903.

## 2.2 LIVROS DE ARITMÉTICA ADOTADOS NAS ESCOLAS SECUNDÁRIAS

### 2.2.1 ELEMENTOS DE ARITHMETICA - JOÃO VIANNA

O livro **Elementos de Arithmetica** (Figura 22), do autor João José Luíz Vianna, circulou pelo Espírito Santo por mais de duas décadas, sendo a primeira referência, data de 1886, ano em que o jornal *A Folha de Victoria* anunciava ao professorado do estado que o compêndio estava à venda pela Casa Manoel Corrêa de Jesus (ESPÍRITO SANTO, 1886).

FIGURA 22 - Folha de rosto da Arithmetica de Vianna - 1906

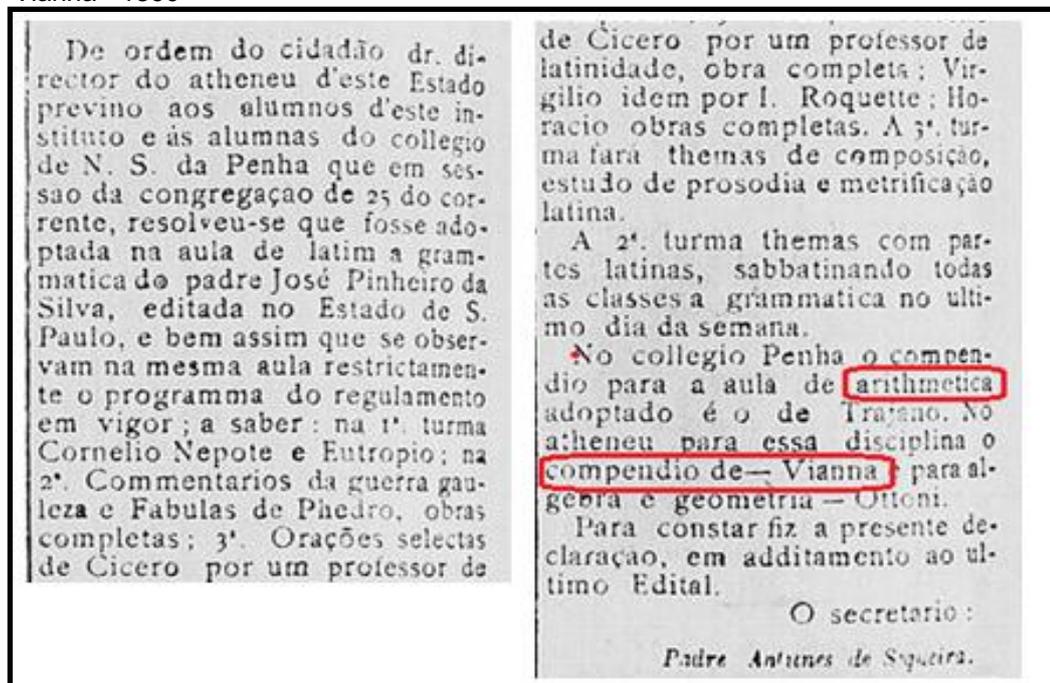


Fonte: Repositório de Conteúdo Digital - 2018

De acordo com Batista (2017), essa obra foi bem referendada em termos de indicação de utilização no país, sendo adotada no Colégio Pedro II, em outros estabelecimentos de ensino secundário e escolas militares.

No Espírito Santo, foi adotada em 1890, com aprovação em sessão da congregação dos professores do Instituto Atheneu e do Collegio de Nossa Senhora da Penha, conforme ata publicada, em 26 de janeiro de 1890, no jornal *A Folha de Victoria*, assinada pelo secretário, padre Antunes de Siqueira (Figura 23).

FIGURA 23 - Instituto Atheneu adota o compêndio Elementos de Arithmetica de João Vianna - 1890



Fonte: A Folha da Victoria, 26 de jan. 1890c (Hemeroteca Digital)

#### Transcrição do documento

QUADRO 09 – Instituto Atheneu adota o compêndio Elementos de Arithmetica de João Vianna. Vitória, 1890. (continua)

De ordem do cidadão dr. Diretor do atheneu d'este Estado previno aos alumnos d'este instituto e as alumnas do collegio de N. S. da Penha que em sessão da congregação de 25 do corrente, resolveu-se que fosse adoptada na aula de latim a grammatica do padre José Pinheiro da Silva, editada no Estado de S. Paulo, e assim que se observam na mesma aula restrictamente o programma do regulamento em vigor; a saber: na 1ª turma Cornelio Nepote

QUADRO 09 – Instituto Atheneu adota o compêndio Elementos de Arithmetica de João Vianna. Vitória, 1980. (conclusão)

e Eutropio; na 2ª Commentarios da guerra gauleza e Fabulas de Phedro; Obras completas; 3ª Orações selectas de Cicero por um professor de latinidade, obra completa, Virgilio idem por 1. Roquette; Horacio obras completas. A 3ª turma fara themas de composição, estudo de prosódia e metrificacão latina. A 2ª turma themas com partes latinas, sabatinando todas as classes a grammatica no ultimo dia da semana. No collegio Penha o compendio para a aula de arithmetica adoptado é o de Trajano. No atheneu para essa disciplina o compendio de – Vianna e para álgebra e geometria – Ottoni.

Para constar fiz a presente declaração, em aditamento ao ultimo Edital.

O secretario:  
Padre Antunes de Siqueira

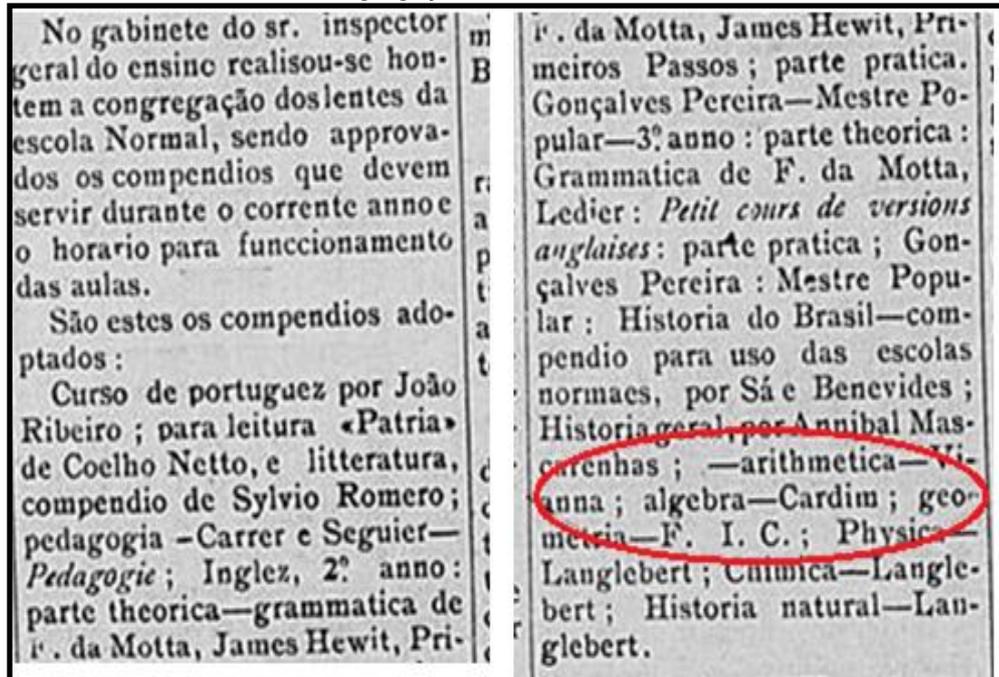
Fonte: O Estado do Espírito Santo, 26 de jan. 1890c (Hemeroteca Digital)

O Instituto Atheneu era destinado à instrução dos meninos, e o Collegio N. S. da Penha dedicava-se à instrução das meninas. Verificamos que, para o ensino de Arithmetica nestes dois estabelecimentos, eram adotados livros didáticos de diferentes autores o que, inicialmente, nos leva a perguntar por uma questão de gênero qual seria o motivo por trás desta escolha. Por que em duas escolas para a mesma série, o livro de Trajano foi escolhido para a instrução das meninas e o livro de Vianna para a instrução dos meninos? Qual(is) o(s) motivo(s) que levou(ram) os professores dessas duas instituições secundaristas a escolherem compêndios de aritmética diferentes? O livro de Vianna apresentava um rigor matemático que segundo o pensamento da época, só os meninos teriam condições de acompanhar? São questões que ainda não temos respostas, mas que a análise dos livros poderá trazer alguns apontamentos.

Ainda na ata assinada pelo Padre Antunes encontramos referência às obras do autor Benedicto Ottoni. Os compêndios de álgebra e geometria desse autor foram adotados no estado do Espírito Santo em 1890. Christiano Benedicto Ottoni é considerado reformador do ensino da matemática no Brasil (VALENTE, 2000). Entre as demais obras publicadas, encontram-se os livros Elementos de Trigonometria e Elementos de Arithmetica.

Nos anos que se seguiram, constatamos que o compêndio de Vianna continuou a circular pelo estado. A última referência que encontramos, data de 1910, conforme Figura 24:

FIGURA 24 - Reunião da congregação dos lentes da Escola Normal - 1910



Fonte: Diário da Manhã, 16 de fev. 1910a (Hemeroteca Digital)

A congregação da Escola Normal decidiu manter o compêndio **Elementos de Arithmetica** de Vianna para o ensino de aritmética no ano de 1910, e dessa forma, deu continuidade à escolha realizada no ano anterior (Anexo A). Para o ensino das matemáticas, além do livro de Vianna, a congregação<sup>55</sup>, em 15 de fevereiro de 1910, adotou os compêndios de Álgebra de Cardim e Geometria da F.I.C.

### 2.2.2 ELEMENTOS DE ARITHMETICA: CURSO SECUNDÁRIO – EDITORA F.T.D

O livro Elementos de Arithmetica: curso secundário, da editora F.T.D, circulou em terras capixabas nos anos de 1911 e 1912, sendo adotado pela Instrução Pública Secundária do Estado do Espírito Santo. Em 1911, o compendio da F.T.D. foi utilizado pelos alunos, tanto da Escola Normal (Figura 25) quanto do Gymnasio

<sup>55</sup> Estiverem presentes na reunião, além do Inspetor Geral do Ensino, Deocleciano Nunes de Oliveira, os professores da escola Escola Normal: Lordello dos Santos, Andrade e Silva, Ignacio Pessoa, Arthur Thompson, Aristildes Freire e Carlos Mendes (ESPÍRITO SANTO, 1910, p.2).

Espírito-Santense (Figura 26). A congregação da Escola Normal, composta pelos lentes Ignácio Pessoa, Andrade e Silva, João Lordello e Carlos Mendes e professores Aunõn Sierra e Arthur Thompson, reuniram-se em 1911 para definir entre outros, os livros didáticos a serem adotados no ano transato, conforme noticiado no jornal Diário da Manhã, em 07 de março de 1911.

FIGURA 26 - Arithmetica da F.T.D Escola Normal - 1911

Reuniu-se hontem a congregação da escola Normal, comparecendo os srs. lentes Ignácio Pessoa, Andrade e Silva, João Lordello e Carlos Mendes e professeres Aunõn Sierra e Arthur Thompson, faltando sem causa d.d. Anna Penna e Isabel Martinho.

Foram approvados o horario das aulas das escolas normaes e os livros para estudo das diversas materias, conforme a relação abaixo:

*Portuguez.*—(1º anno), Grammatica de Alfredo Gomes e Auctores contemporaneos de João Ribeiro; (2º anno), curso de portuguez de João Ribeiro, Caundés, Lusiadas; (3º anno), Mendes dos Remedios, Historia da Litteratura, Sylvio Romero, Historia da litteratura brasileira.

*Inglês.*—(2º anno), Gonçalves Pereira, Mestre Popular; James Howet, Primeiros Passos; (3º anno), Gonçalves Pereira, Mestre Popular; Estrada Suave.

*Arithmetica, Algebra e Geometria* por F. T. D.; (1º e 2º annos).

*Hygiene Natural* (2º anno).

Fonte: Diário da Manhã, 7 de mar. 1911a (Hemeroteca Digital)

FIGURA 25 - Arithmetica da F.T.D Ginásio Espírito Santense - 1911

**Livros adoptados no gymnasio Espírito Santense:**

1º. anno: Grammatica portugueza, curso medio, João Ribeiro; Anthologia nacional, Carlos de Laet; Grammatica franceza, Said Ali; Geographia geral, Horacio Scrosoppi; Arithmetica, curso medio, F. T. D.; Atlas de Geographia universal e do Brasil, Olavo Freire.

2º. anno: Grammaire française: 1º année, Lavire e Fleury; Lectures Courantes: Grammatica ingleza, Frederico, Fitzgerald; Algebra, F. I. C.; Geographia, Dr. J. Lacerda.

3º. anno: Grammatica portugueza, curso superior, João Ribeiro; Grammatica franceza, 2º anno, Larive et Fleury; Traduction: Joste et Cahen, 2 vol; Estrada suave, James Hervitt; Geometria, F. T. D.; Grammatica

Fonte: Diário da Manhã, 25 de mar. 1911b (Hemeroteca Digital)

Transcrição do documento

QUADRO 10 – Arithmetica da F.T.D – Escola Normal - 1911

Reuniu-se hontem a congregação da escola Normal, comparecendo os srs. lentes Ignacio Passos, Andrade e Silva, João Lordello e Carlos Mendes e professores Aunon Sierra e Arthur Thompson, faltando sem causa d.d. Anna Penna e Isabel Martinho.

Foram aprovados o horario das aulas das escolas normaes e os livros para estudo das diversas matérias, conforme relação abaixo:

Portuguez. – (1º anno), Grammatica de Alfredo Gomes e Auctores contemporâneos de João Ribeiro; (2º anno), curso de portuguez de João Ribeiro, Camões, Lusiadas; (3º anno), Mendes dos Remedios, Historia da Litteratura, Sylvio Romero, Historia da Litteratura brasileira. Inglez. – (2º anno), Gonçalves Pereira, Mestre Popular; James Howet, Primeiros Passos; (3º anno), Gonçalves Pereira, Mestre Popular; Estrada Suave. Arithmetica, Algebra e Geometria por F.T.D.; (1º e 2º anos).

Fonte: Diário da Manhã, 07 de mar. 1911a (Hemeroteca Digital)

#### Transcrição do documento

QUADRO 11 – Arithmetica da F.T.D – Ginásio Espírito Santense - 1911

Livros adoptados no gymnasio Espirito Santense:

1º anno: Grammatica portugueza, curso médio, João Ribeiro; Anthologia nacional, Carlos de Laet; Grammatica franceza, Said Ali; Geographia geral, Horacio Scrosoppi; Arithmetica, curso medio, F.T.D; Atlas de Geographia universal e do Brasil, Olavo Freire.

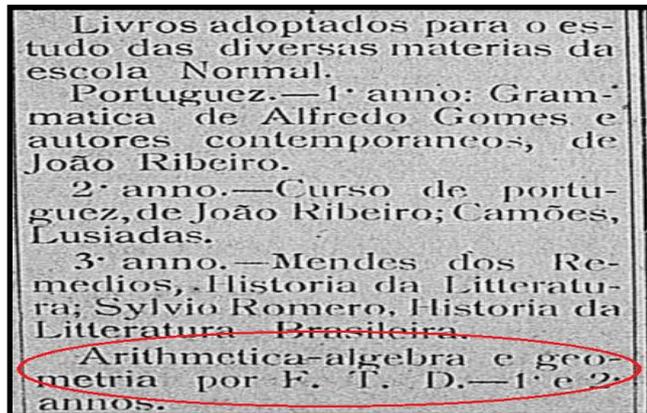
2º anno: Grammaire française: 1º anné, Lavire e Fleury; Lectures Courantes: Grammatica ingleza, Frederico, Fitzqerald; Algebra, F.I.C; Geographia, Dr. J. Lacerda.

3º anno: Grammatica portugueza, curso superior, João Ribeiro; Grammatica franceza, 2º anno, Larive et Fleury; Traduction: Josete et Cahen, 2 vol; Estrada suave, James Hervitt; Geometria, F.T.D; Gramatica...

Fonte: Diário da Manhã, 25 de mar. 1911b (Hemeroteca Digital)

No ano seguinte, os professores da Escola Normal, para a matéria de Aritmética decidiram continuar adotando o compêndio da editora F.T.D, conforme noticiado em 11 de abril de 1912, no jornal *Diário da Manhã* (Figura 27).

FIGURA 27 - Escola Normal adota Elementos de Arithmetica da F.T.D - 1912



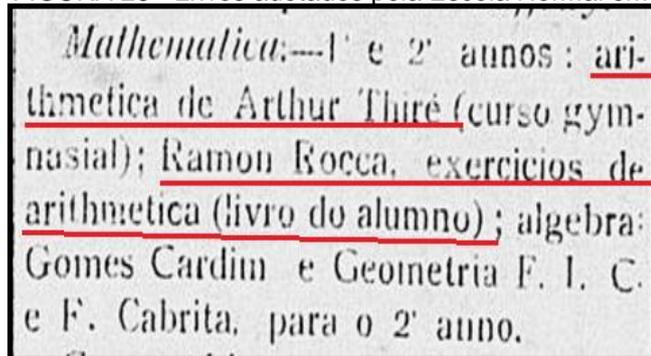
Fonte: Diário da Manhã, 11 de abr. 1912 (Hemeroteca Digital)

Constamos que a Escola Normal do Espírito Santo, para a matéria de Aritmética, durante dois anos seguidos (1909 e 1910) adotou o livro de Vianna e nos próximos dois anos (1911 e 1912), os livros da F.T.D. Verificamos ainda, que para a matéria de Álgebra e Geometria, dos 1º e 2º anos, a Escola Normal adotou em 1911 e 1912, livros também da editora F.T.D.

### 2.2.3 ARITHMETICA GYMNASIAL DE ARTHUR THIRÈ E ARITHMETICA ESCOLAR DE RAMON ROCA DORDAL

Conforme o jornal Diário da Manhã, datado de 01 de fevereiro de 1916, a congregação dos lentes da Escola Normal, reuniram-se no dia 31 de janeiro do corrente ano, tendo como objetivo precípua, definir quais livros deveriam ser adotados nas matérias de: Português, Francês, Matemáticas, Geografia, Cosmografia do Brasil, História Universal, História Natural, Física, Química, Higiene Escolar, Literatura, Pedagogia e Música. Em relação à matéria de Matemáticas, os professores optaram pelos títulos elencados na Figura 28.

FIGURA 28 - Livros adotados pela Escola Normal em 1916



Fonte: Diário da Manhã, 01 de fev. 1916a (Hemeroteca Digital)

#### Transcrição do documento

QUADRO 12 – Livros adotados pela Escola Normal em 1916

Mathematica: 1º e 2º annos: arithmetica de Arthur Thiré (curso gymnasial); Ramon Rocca, exercicios de arithmetica (livro do alumno); álgebra: Gomes Cardim e Geometria F.I.C. e F. Cabrita para o 2º Anno.

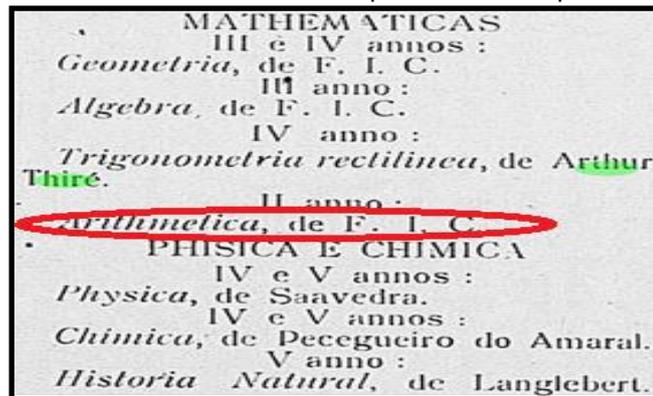
Fonte: Diário da Manhã, 01 de fev. 1916a (Hemeroteca Digital)

Com relação aos livros escolhidos em 1912, tem-se mudanças não só na escolha do compêndio de aritmética, mas, também nos títulos para as matérias de Álgebra e Geometria. A Escola Normal deixa de adotar os livros da Editora F.T.D e passa a utilizar no ensino da Álgebra a obra de Gomes Cardim e no ensino da Geometria o livro da Editora F.I.C.

#### 2.2.4 ELEMENTOS DE ARITHMETICA – EDITORA F.I.C

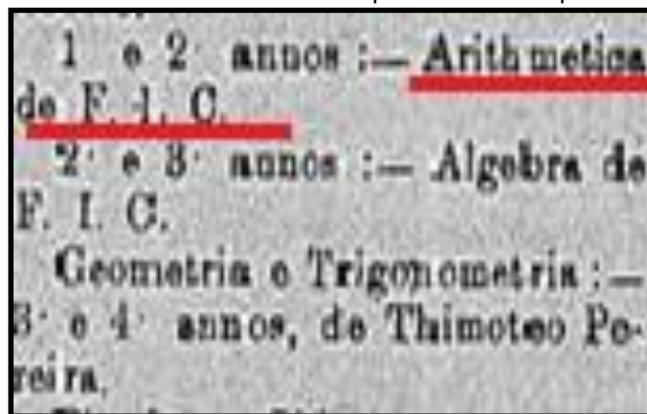
O Ginásio Espírito-Santense, em 1916 e 1919, para o ensino de aritmética adotou o livro da mesma editora conforme as Figuras 29 e 30.

FIGURA 29 - Livros adotados pelo Ginásio Espírito Santense - 1916



Fonte: Diário da Manhã, 04 de mar. 1916b (Hemeroteca digital)

FIGURA 30 - Livros adotados pelo Ginásio Espírito Santense - 1919



Fonte: Diário da Manhã, 05 de abr. 1919 (Hemeroteca digital)

Conforme os documentos, em 1916, a matéria de aritmética era ministrada no Ginásio Espírito-Santense, aos alunos matriculados no 2º ano, entretanto, em 1919, era ofertada no 1º e 2º ano. Com relação às demais matérias que constituíam o ensino das matemáticas, verificamos que o livro utilizado na matéria de álgebra permaneceu o da editora F.I.C, no entanto, houve mudança nos títulos de geometria, e trigonometria, pois os professores optaram pelos livros de Thimoteo Pereira, em vez, das obras da editora F.I.C (geometria) e de Arthur Thiré (trigonometria).

No quadro 13, são apresentados os livros adotados no ensino secundário, bem como o levantamento dos autores que foram escolhidos pelos professores da Escola Normal e do Ginásio Espírito-Santense, para o ensino das Matemáticas no período de 1911 a 1919.

QUADRO 13 – Autores dos livros das Matemáticas que foram adotados tanto pela Escola Normal quanto pelo Ginásio Espírito-Santense – 1911 a 1919.

	Escola Normal			Ginásio Espírito-Santense		
	1911	1912	1916	1911	1916	1919
<b>Aritmética</b>	F.T.D.	F.T.D.	Artur Tiré	F.T.D.	F.I.C.	F.I.C.
<b>Álgebra</b>	F.T.D.	F.T.D.	Gomes Cardim	-	F.I.C.	F.I.C.
<b>Geometria</b>	F.T.D.	F.T.D.	F.I.C.	F.I.C.	F.I.C.	Thimoteo Pereira

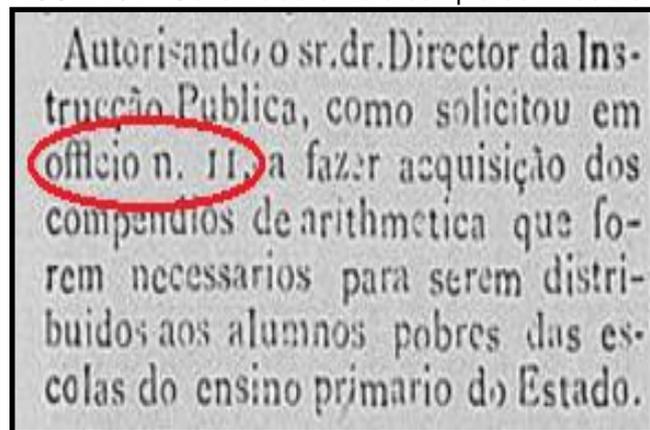
Fonte: Elaborado a partir das notícias veiculadas nos jornais capixabas.

Comparando as duas escolas, verificamos que em 1911, ambas adotaram o livro *Elementos de Arithmetica: curso secundário* da editora F.T.D. e que em 1916, adotaram os mesmos livros para o ensino de Geometria, cuja editora era F.I.C.

A investigação dos jornais, além de assinalar os livros de Aritmética apontou documentos oficiais que versam sobre a compra de livros didáticos. O jornal *O Estado do Espírito Santo*, publicou em 16 de outubro de 1894, o expediente do governo do dia 11 do corrente mês, que autorizava a compra de compêndios para as escolas do ensino primário em conformidade com as relações que acompanhara o ofício n. 45, emitido pelo Diretor da Instrução Pública.

Em 26 de janeiro de 1896, o jornal *O Estado do Espírito Santo* faz menção ao ofício n. 11, que autorizava a compra de livros didáticos, contudo, esse é mais específico, deixando claro o seu conteúdo. Trata-se de uma autorização para compra de compêndios de Aritmética (Figura 31).

FIGURA 31 - Governo autoriza a compra de livros didáticos de Aritmética



Fonte: O Estado do Espírito Santo, 26 de fev. 1896a (Hemeroteca Digital)

Dos ofícios, ora citados, localizoamos no acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, somente o ofício n. 11. O Diretor da Instrução Pública, José Joaquim Pessanha Pova, diante da preocupação em cumprir o Regulamento e observar fielmente o Programa de Ensino baixado pelo Presidente Muniz Freire por meio do Decreto n. 2 de 4 de junho de 1892, solicitou ao presidente do Estado, o fornecimento de compêndios de Aritmética. Segundo o diretor, para integralizar o ensino faltava suprir as escolas com esse gênero literário (ESPÍRITO SANTO, 1986).

A identificação de livros didáticos de Aritmética, que foram adotados no Estado do Espírito Santo, não concentrou apenas na investigação dos jornais, também, foi examinada a documentação oficial compreendida no período de 1890 a 1910 e que se encontra depositada no Fundo Educação do APEES. Todavia, o único vestígio encontrado faz referência a **Aritmética Primária** de Trajano. Existem outros ofícios que solicitam a compra de livro de Aritmética, ou tratam do pagamento a ser efetuado aos devidos fornecedores, não mencionando nem o título e/ou autor da obra.

A partir do todo exposto, tratamos neste capítulo da pesquisa realizada em jornais de circulação capixaba com o objetivo de inventariar os livros didáticos de aritmética que foram adotados pela Instrução Pública Espírito-Santense. Diante do *corpus* composto pelos onze livros, ora identificados na pesquisa, optamos por realizar a análise da **Arithmetica Elementar (1879)** de Miguel Maria Jardim. A princípio, o intento era realizar a análise de outras duas obras: **Arithmetica das Escolas**

**Primárias (1888)** de Felisberto de Carvalho e **Elementos de Arithmetica (1906)** de João Luiz Vianna, mas o percurso da pesquisa, tendo em consideração o tempo para realização do trabalho, acabou por restringir a escolha.

Em relação ao termo “circulação”, foram apresentados no início deste capítulo dois elementos importantes (OLIVEIRA, 2018) que o caracterizam e legitimam, ou seja, o processo de difusão, sob a responsabilidade dos jornais veiculados à época; e recepção, cuja adoção coube, em certo momento, à Instrução Pública do Estado do Espírito Santo, aprovada pelo seu Conselho; pelos lentes da Escola Normal e, a partir do início do século XX, pelos próprios professores primários da capital.

O inventário realizado permitiu, ainda, identificar diferentes autores de livros didáticos, dentre eles, Jardim, Couturier, Trajano, Vianna, os quais, com seus textos, contribuiriam, de alguma forma, para o ensino da aritmética. Entretanto, que elementos poderiam configurá-los, legitimá-los como *experts*? Para possíveis respostas a essa pergunta, tantas outras se fazem necessárias, tais como: quantas obras foram produzidas?; Aceitas pelo público?; Aprovadas pelos Conselhos de Instrução Pública, pelas Escolas Normais ou por professores primários?; Editadas?; Premiadas? Desvendar esses aspectos seriam suficientes? Essas questões, no nosso entendimento, concebidas como provocações, abrem espaços para outras investigações no campo da História da Educação Matemática.

## CAPÍTULO 3

### A ARITMÉTICA ELEMENTAR DE MIGUEL MARIA JARDIM E OS PROGRAMAS DE ENSINO NA DÉCADA DE 1870

**Como produto cultural complexo, o livro didático de matemática deverá ser compreendido para além do conteúdo de matemática que encerra. [...] o historiador da educação matemática buscará enredá-lo numa teia de significados, de modo a que ele possa ser visto e analisado em toda a complexidade que apresenta qualquer objeto cultural.**

(VALENTE, 2008, p.158-159)

O excerto acima nos mostra que o autor considera o livro didático um objeto cultural complexo, carregado de significado que caracteriza e identifica o quadro no qual ele foi produzido. Nesse sentido, o historiador da educação matemática, ao assumir o livro didático como objeto de investigação, precisa romper com a análise, estritamente interna dos conteúdos matemáticos, envolvendo-o numa teia de significados em que estão presentes múltiplos elementos: origem da obra, de seu autor, a que público se destina, sua materialidade (formato, edições, editoras, estruturação dos tópicos, organização e sequenciamento de capítulos), prefácio, as referências colocadas pelo autor/tradutor, análise do conteúdo interno da obra, denominados “elementos biográficos do livro didático.

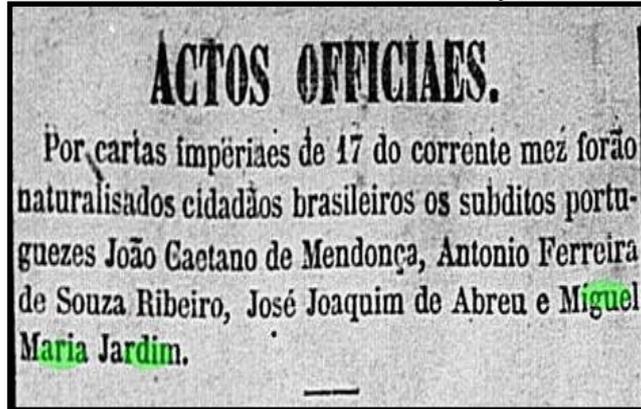
#### 3.1 MIGUEL MARIA JARDIM

Quem foi o autor da obra didática *Arithmetica Elementar*?

O português Miguel Maria Jardim, professor primário, exerceu a docência por 13 anos, 5 meses e 15 dias, no magistério público da província do Rio de Janeiro. Além de professor, exerceu a função de jornalista, comerciante e livreiro (RIO DE JANEIRO, 1880). Ele nasceu em 02 de dezembro de 1841, em Portugal. Formou-se pela Escola Normal da província do Rio de Janeiro, em 1866, e iniciou sua carreira de professor em 1867. Chegou ao Brasil em 26 de janeiro de 1857, desembarcando na cidade de Campos (RJ), mas só a partir de 1860 passou a viver, definitivamente no Brasil, fixando moradia na Corte, local em que exercia a profissão de

comerciante. Após cinco anos de residência no Brasil, naturalizou-se aos 24 anos, em 17 de maio de 1865, como podemos ver nas Figuras 32 e 33.

FIGURA 32 - Actos Officiaes - Naturalização de Portuguezes - 1865



Fonte: Correio Mercantil, Rio de Janeiro, 20 de mai. 1865 (Hemeroteca Digital)

FIGURA 33 - Relação de estrangeiros naturalizados em 1865

Relação dos estrangeiros que se naturalizárão durante o anno de 1865.						
NOMES.	Naturalidade.	Idade.	Profissão.	Tempo de residencia no Brasil.	Lugar de residencia no tempo da concessão.	Data da carta.
1 João da Costa Soares Silva.....	Portuguez...	Maior de 21 annos.	.....	14 annos.....	Côrte.....	14 de Jan.
2 Antonio Moreira da Silva.....	»	»	.....	30 »	Minas.....	» » »
3 Joaquim Antonio da Cunha.....	»	»	Proprietario.....	35 »	Côrte.....	» » »
4 José Antonio dos Santos.....	»	»	Maritimo.....	20 »	Rio de Janeiro.	28 » »
5 José Narciso de Lima.....	»	»	.....	27 »	»	11 » Fev.
6 José Gonçalves do Paço.....	»	»	.....	21 »	Bahia.....	4 » Março.
7 Aureliano do Almeida Rodrigues Isac.	»	»	Negociante.....	.....	Côrte.....	15 » »
8 Joaquim Antonio de Toledo.....	»	»	.....	20 annos.....	S. Paulo.....	» » »
9 João Antonio da Silva Barriga.....	»	»	Padre.....	4 »	Rio de Janeiro.	29 » »
10 José Joaquim Paes da Fonseca.....	»	»	.....	24 »	»	1.º » Abril.
11 Francisco Granert.....	Allemao.....	»	Commerciante.....	10 »	S. Pedro.....	12 » »
12 Manoel Moreira Duarte Mattos.....	Portuguez...	»	»	17 »	Côrte.....	22 » »
13 Francisco Maria de Souza.....	»	»	.....	12 »	Rio de Janeiro.	» » »
14 José Francisco Ramalho.....	»	»	Maritimo.....	14 »	Côrte.....	» » »
15 Gaspar Luiz Machado Brandão.....	»	51 annos.....	Fazendeiro.....	35 »	S. Pedro.....	29 » »
16 Miguel Maria Jardim.....	»	Maior de 21 annos.	Commerciante.....	»	Côrte.....	17 » Maio.
17 Antonio Martins de Lima.....	»	»	»	Mais de 2 annos	»	21 » »

Fonte: Brasil. Ministério do Império, 1866 (Hemeroteca Digital)

Passados três anos, após conseguir cidadania brasileira, em 1869, casou-se com Josefina Maria de Souza<sup>56</sup>, com quem teve onze filhos, sendo seis homens e cinco mulheres. São eles: Theodoro, Cornelio, Annibal, Juvenal, Balthazar, Cezar, Agueda, Clara, Leocádia, Olindina e Laura. Como pai, Jardim passou pela triste

<sup>56</sup> Casou-se com 27 anos em 21 de maio de 1869 (RIO DE JANEIRO, 1869).

experiência de sepultar seis filhos: Agueda<sup>57</sup> e Cezar<sup>58</sup>, quando ainda eram pequenos; Clara<sup>59</sup>, aos 15 anos de idade; o capitão Annibal Jardim<sup>60</sup>, que comandava o 1º regimento de artilharia da Guarda Nacional; o capitão de corveta Juvenal<sup>61</sup>; o professor Balthazar<sup>62</sup>. Sua esposa, Josefina Maria de Souza Lordello Jardim atuava como professora pública na cidade de Niterói em 1895, ano que veio a falecer, “deixando 9 filhos, dos quais 7 ainda menores” (RIO DE JANEIRO, 1895, p.2).

Jardim foi aluno da Escola Normal de Niterói, na província do Rio de Janeiro, instituição em que foi qualificado para exercer a função do magistério. A escola, sediada na cidade de Niterói, foi a primeira escola normal do Brasil, criada em 1835 e extinta, quatorze anos depois, por Couto Ferraz, presidente da província do Rio de Janeiro, “por considerá-la onerosa e ineficiente na formação de professores” (SIQUEIRA FILHO, 2016, p. 369). Anos mais tarde foi reaberta, em 1862<sup>63</sup>. Durante o período em que esteve desativada, conforme Siqueira Filho (2016, p. 369), “as pessoas habilitavam-se professores à medida em que atuavam como ajudantes do regente de classe, por meio da prática de ensino”.

Em 1862, o Programa de Ensino da Escola Normal era regulamentado pela Lei n. 1.127 de 4 de fevereiro de 1859, que destacava no art. 20 o estudo das seguintes matérias, assim, distribuídas em três cadeiras em um curso de dois anos:

**1ª cadeira:** língua Nacional, calligraphia, doutrina christã e **pedagogia**; **2ª cadeira:** arithmetica, inclusive metrologia, algebra até equações do segundo grão, noções de geometria theorica e pratica e desenho linear; **3ª cadeira:** elementos de cosmographia e noções de geographia e historia, compreendendo com maior desenvolvimento a do Brasil (RIO DE JANEIRO, 1859, p. 2, grifos nosso).

As três cadeiras eram compostas por rubricas contendo os saberes específicos para a profissão de ensinar, e conforme o art. 21, cada uma delas deveria ser regida por

<sup>57</sup> Faleceu ainda criança, com cinco anos de idade, em função de contrair tétano traumático. Foi sepultada em 25 de outubro de 1892 (RIO DE JANEIRO, 1892).

<sup>58</sup> Sepultado em 4 de junho de 1894 (RIO DE JANEIRO, 1894).

<sup>59</sup> Sepultada em 7 de setembro de 1904 (RIO DE JANEIRO, 1904).

<sup>60</sup> Sepultado em 14 julho de 1907 (RIO DE JANEIRO, 1907a).

<sup>61</sup> Capitão de corveta, sepultado em 10 de dezembro de 1917 (RIO DE JANEIRO, 1917b).

<sup>62</sup> Professor, sepultado em 12 de abril de 1921 (RIO DE JANEIRO, 1921).

<sup>63</sup> A Escola Normal da Província do Rio de Janeiro “foi inaugurada em 20 de junho de 1862 em presença de S. M. o Imperador” (RIO DE JANEIRO, 1866b, p. 5).

um professor selecionado mediante concurso e, posteriormente, designado um deles diretor da escola<sup>64</sup>.

A Escola Normal de Niterói, em sua segunda fase, foi caracterizada, segundo Villela (2002), como um modelo profissional de formação de professores, tendo a pedagogia como um diferencial do curso em relação à escola primária, local em que os normalistas aprenderiam a ensinar ou mesmo a buscar suas próprias vocações. Esse novo momento vivido pela Escola Normal de Niterói foi seguido de mudanças, entre elas, a entrada das mulheres nas salas de aula. Outro detalhe que gostaríamos de destacar refere-se à escolha do diretor da Escola Normal. Segundo Valente (2017, p. 214) “a escola normal é regida por um diretor, ele mesmo também professor, com ascendência sobre os demais, [...] tem responsabilidade administrativa e pedagógica, promovendo a articulação das atividades dos docentes na instituição”. Em busca de um profissional que tivesse os atributos exigidos para exercer o cargo, “detentor por sua experiência e supostamente melhor formação das lides do ensino” (VALENTE, 2017, p. 215), o imperador D. Pedro II convidou Filipe José Alberto Jr. para assumir a direção da Escola Normal. O “jovem professor, negro, formado pela Escola Normal da Bahia, viera ao Rio de Janeiro aperfeiçoar-se no método Castilho<sup>65</sup> e causou grande impressão no Imperador que acabou por escolhê-lo para o cargo” (VILLELA, 2008, p. 36). Conforme o jornal o *Diário do Rio de Janeiro*, além de gestor exerceu a função de professor, pois o jornal noticiara, em 24 de abril de 1862, que “pela presidência da província do Rio de Janeiro foram nomeados: professor da 1ª cadeira<sup>66</sup> de língua nacional, calligraphia, doutrina christã e pedagogia da escola normal, o diretor da mesma escola Felipe José Alberto Junior” (RIO DE JANEIRO, 1862b, p. 1). Permaneceu na direção da Escola Normal até 1868, tendo como sucessor, o professor José Carlos de Alambary Luz. Foi,

---

<sup>64</sup> Segundo publicação do jornal *Correio Mercantil*, em 1862, a diretoria da instrução abriu concurso apenas para a primeira e segunda cadeira (RIO DE JANEIRO, 1862a).

<sup>65</sup> Trata-se de um método para o ensino de leitura e escrita, baseado na utilização de uma cartilha desenvolvida pelo pedagogo e escritor português, Antônio Feliciano de Castilho. O Método Castilho, também conhecido por Leitura Repentina passou a ser divulgado no Brasil, em 1853, por João Vicente Martins. Em viagem a Portugal, assistiu as lições e exercícios de leitura pelo Método Castilho, tanto em Lisboa quanto no Porto. Impressionado pelos resultados e diante da opinião pública positiva, em Portugal e Espanha, achou-se no dever de fazer conhecido tal método no Brasil (RIO DE JANEIRO, 1853, p. 2).

<sup>66</sup> Em relação aos professores que assumiram a 2ª e 3ª cadeira do curso normal, foi nomeado em 1862, após realização de concurso, o professor Pedro de Alcantara Lisboa para atuar na 2ª cadeira; em 1863, o professor Ernesto de Souza e Oliveira Coutinho assumiu a cadeira de geografia e história (RIO DE JANEIRO, 1862c e 1863).

portanto, nesse novo cenário apresentado da Escola Normal da província do Rio de Janeiro, que Jardim realizou seus estudos em busca de uma formação profissional que o habilitasse a exercer a função de professor primário.

Em 04 de janeiro de 1866, Jardim “foi pensionista da escola Normal” e era considerado um “alumno mestre da mesma escola” (RIO DE JANEIRO, 1866a, p.3). Concluiu o Curso Normal em dezembro do ano transato, momento em que fora aprovado plenamente pela banca examinadora em gramática, pedagogia, aritmética, álgebra, geometria, historia geral e do Brasil (RIO DE JANEIRO, 1866c). Esse movimento a que se submeteu o tornou um sujeito legalmente habilitado para exercer a função de professor primário, ou seja, segundo Morais (2018, p. 14), um “especialista que detém saberes necessários para desempenhar tal função, que tem competência para realizar a tarefa que lhe foi designada”, em outras palavras, um “*expert*”. Mas qual seria sua *expertise*<sup>67</sup>? Muito provavelmente, advinda do lugar em que Jardim fora formado, isto é, a Escola Normal de Niterói, pois, nessa instituição adquiriu os conhecimentos do campo profissional que o habilitaria para atuar no ensino primário. Desse modo, em 1867, foi nomeado professor efetivo (Figura 34) da província do Rio de Janeiro, atuando como professor primário da freguesia de Nossa Senhora de Parquequer, em Nova Friburgo.

FIGURA 34 - Província do Rio de Janeiro - Nomeação de Jardim - 1867

**Província do Rio de Janeiro.**—Por acto da presidencia foram considerados professores vitalícios, em virtude dos artigos 53 e 54 do regulamento de 30 de Abril de 1862, Luiz Ferreira da Costa, Eduardo dos Santos Rodriguez, e José Romão Peixoto de Amorim. Nomeado: Miguel Maria Jardim, professor publico effectivo da freguezia de Nossa Senhora da Conceição de Paquequer, em Nova Friburgo; D. Felizarda Jaquina Leite de Castro, professora publica effectiva da freguezia de S José da Cacaria.

Fonte: Diário do Rio de Janeiro, 9 de fev. 1867 (Hemeroteca Digital)

<sup>67</sup> “Expertise empregada no sentido de competência do sujeito, do expert, que detém os saberes necessários para realizar tarefas que lhes são designadas. Tais expressões não são usuais na literatura brasileira, que mobiliza outros, tais como ‘intelectuais’, ‘especialistas’, desejando dizer ‘da mesma coisa’” (MORAIS, 2018, p. 18, grifos da autora).

Após trabalhar em Paquequer, durante dois anos, requereu sua transferência e, em dezembro de 1868, por ato de governo, sua remoção foi autorizada (Figura 35).

FIGURA 35 - Remoção de M. M. Jardim para Ponta de Areia - 1868

**Provincia do Rio de Janeiro.**— Por acto da presidencia, de 10 do corrente mez, foi removido, a seu pedido, o professor publico da escola de instrução primaria da freguezia de Nossa Senhora da Conceição de Paquequer, Miguel Maria Jardim para a escola da Ponta de Arêa, em Nitherohy.

Fonte: Diário do Rio de Janeiro, 15 dez. 1868 (Hemeroteca Digital)

Em 1869, na cidade de Niterói, capital da província do Rio de Janeiro à época, passou a exercer a função de professor primário no 1º Distrito – Ponta da Areia. Em 1872, requereu outra transferência, assumindo, em 1873, a regência da escola do sexo masculino do 2º Distrito – São Domingos (Figura 36).

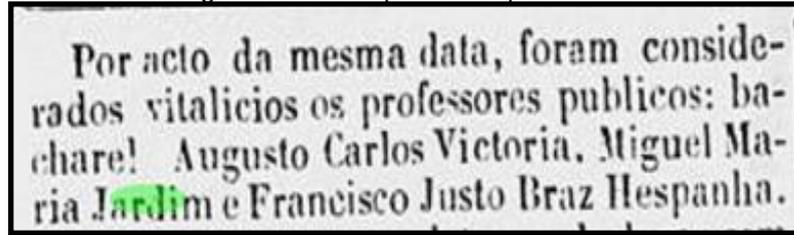
FIGURA 36 - Remoção de M. M. Jardim para São Domingos - 1872

Por actos da presidencia do Rio de Janeiro de 2 e 6 do corrente foram nomeados professores publicos effectivos de 1ª classe Philippe José Alberto Junior, Antonio José de Brito, João Candido de Castro Leal e D. Januaria Mourão, sendo removido a seu ped.do o professor publico Miguel Maria Jardim da escola da Ponta da Arêa, em Nitheroy, para a do bairro de S. Domingos, na mesma cidade.

Fonte: A Instrução Publica, 14 jul. 1872c (Hemeroteca Digital)

Mediante ato de governo, datado de 17 de junho de 1872 e publicado no jornal *A Patria*, em 23 de junho, foi considerado professor vitalício (Figura 37).

FIGURA 37 - Miguel M. Jardim passa ser professor vitalício em 1872



Fonte: A Pátria, 23 jun. 1872a (Hemeroteca Digital)

No Quadro 14 estão listadas, as escolas e cidades em que o professor trabalhou no Rio de Janeiro. Em maio de 1873, foi concedido a Jardim, o titulo de capacidade profissional que o habilitava a “ensinar instrução primária e sistema métrico” (BRASIL, 1874, p. 89).

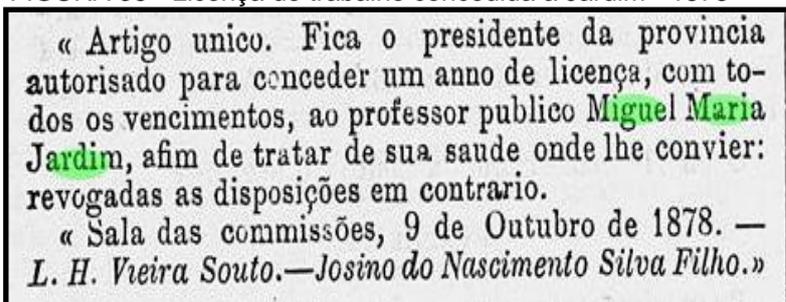
Quadro 14 – Locais em que M. M. Jardim atuou como professor na Província do Rio de Janeiro – 1867 a 1880.

Ano	Cidade	Escola
1867-1868	Nova Friburgo	Freguezia de N. Senhora da Conceição de Paquequer.
1869-1872	Niterói	1º Distrito – Ponta da Arêa
1873 - 1880	Niterói	2º Distrito – Escola do sexo masculino – São Domingos.

Fonte: Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (1867-1880) – Hemeroteca Digital

Após onze anos exercendo a função do magistério, precisou ausentar-se para cuidar de sua saúde. Nesse sentido, em 1878, requereu junto ao governo licença de um ano, com todos os vencimentos e, em 9 de outubro do mesmo ano, conforme decreto n. 2.382, foi dada concessão a seu pedido, como podemos verificar na Figura 38:

FIGURA 38 - Licença de trabalho concedida a Jardim - 1878



Fonte: Annaes da Assembleia Legislativa Provincial, 9 de out. 1878d (Hemeroteca Digital)

Após o presidente da província do Rio de Janeiro julgar favorável o pedido de afastamento, partiu com a família para Europa conforme noticiado pelo jornal *O Cruzeiro*, em 19 de dezembro de 1878 (Figura 39). Miguel M. Jardim, esposa e quatro filhos embarcaram no dia 18 de dezembro de 1878, no vapor inglês *Maskelyne*, em direção à Lisboa (RIO DE JANEIRO, 1878e).

FIGURA 39 - Miguel Maria Jardim embarca para Lisboa - 1878

**Movimento do porto**  
**SÁRIDAS NO DIA 18**  
**SOUTHAMPTON por Lisboa. - Vapor inglês *Maskelyne*. 1,704 tons., comm. H. Hairby, equip. 46, c. café. passag. o inglês Spencer Snow; o português Miguel Maria Jardim, sua mulher e 4 filhos, 21 de 3ª classe e mais 6 em transito.**

Fonte: *O Cruzeiro*, 19 de dez. 1878e (Hemeroteca Digital)

Decorrido o tempo de licença, retornou ao Brasil conforme noticiado em jornais da época, como se verifica a seguir (Figura 40):

FIGURA 40 - Jardim realiza tratamento de saúde na Europa - 1879

O distinto professor Miguel Maria Jardim, que se achava na Europa para onde tinha partido, licenciado pelo governo, afim de tratar-se d'um incommodo de saúde, já se acha entre nós. Felicitamos por isso ao bairro de S. Domingos, onde se acha a escola publica de que S. S. é digno professor.

Fonte: *O Fluminense*, 14 de dez. 1879a (Hemeroteca Digital)

Transcrição do documento

## QUADRO 15 – Jardim realiza tratamento de saúde na Europa – 1879

O distinto professor Miguel Maria Jardim, que se achava na Europa para onde tinha partido, licenciado pelo governo, afim de tratar-se d'um incomodo de saude, já se acha entre nós.

Felicitemos por isso ao bairro de S. Domingos, onde se acha a escola publica de que S. S. é digno professor.

Fonte: O Fluminense, 14 de dez. 1879a (Hemeroteca Digital)

Após retornar da Europa, Miguel Maria Jardim foi eleito presidente do Instituto Pedagógico. O fato de ser nomeado para esse cargo implica que era respeitado pelos colegas de profissão que viam em sua atuação qualidades específicas de um profissional engajado. Ressaltamos, ainda, que a posição ocupada por Jardim, dentro dessa associação de professores, não pode ser vista apenas por mérito, e sim como este se articulava à “rede de sociabilidade” (GUIMARÃES, 2017) que era tecida a partir da posição de cada individuo no espaço social.

Nesse ínterim, Jardim fora membro e fundador do Instituto Pedagógico<sup>68</sup>, no qual chegou a exercer a função de presidente<sup>69</sup> e de 1º secretário<sup>70</sup>. O instituto, com sede em Niterói, foi fundado em 1873. Era uma sociedade formada por professores públicos, da Província do Rio de Janeiro, tendo como objetivo precípua, a instrução e a beneficência de seus membros como se verifica a seguir:

Beneficiar os sócios e suas famílias; Promover o estudo em sessões litterárias; Conceder a mensalidade de 30\$ à família do sócio que houver fallecido quite com os seus cofres; Manter a sua custa nesta cidade, em casa de confiança da directoria, o alumno ou alumna da Escola Normal, filho ou filha do socio do interior, correndo por conta do mesmo Instituto as despesas de medico e botica; Tratar de todos os negócios dos sócios e promover sua defesa ou advogar seus interesses perante a directoria ou

<sup>68</sup> No ato da criação da associação, a directoria do Instituto Pedagógico, era assim composta: presidente – Honorato Ignacio de Carvalho; vice-presidente – José Alves Baptista Junior; 1º secretário – Braulio Jayme Muniz Cordeiro; 2º secretário – Vicente Antonio da Costa; orador – Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho (RIO DE JANEIRO, 1873c).

<sup>69</sup> Directoria eleita em 1879: “[...] **Miguel Maria Jardim**, presidente; Felisberto R. Pereira Carvalho, vice-presidente; José Alves Baptista, 1º secretario; Alberto Luiz dos Reis, 2º dito; Francisco Correa Madeira, procurador; Antonio José de Ornellas, thesoureiro; Honorato Ignacio de Carvalho, orador” (RIO DE JANEIRO, 1879c, p.1, grifos nosso).

<sup>70</sup> Directoria do Instituto Pedagógico do Rio de Janeiro, após 10 anos de criação: “Presidente, José M. da Veiga Nobrega, vice-presidente, Alberto Luiz dos Reis, 1º secretario, **Miguel Maria Jardim**, 2º secretario, Pedro Jorge Vidal, thesoureiro, Antonio José da Ornellas, procurador, Carlos A. de Mariz Sarmiento, orador, Paulo Vianna da Silva” (RIO DE JANEIRO, 1883, p.2, grifos nosso).

conselho de instrução; Enviar á assembleia provincial um de seus membros, depois de um escrutínio prévio (RIO DE JANEIRO, 1873b, p.12).

Além disso, fora também, um dos pioneiros na criação da Caixa Econômica Escolar<sup>71</sup> (CEE), que visava ensinar aos meninos os princípios de economia. Tratava-se de uma instituição, que tinha por fim “ensinar a criança quanto vale a economia deixando de gastar as moedinhas, guardando e acumulando com outros e mais outros, a fim de no futuro produzir e avultar” (RIO DE JANEIRO, 1877c, p. 145).

Jardim, provavelmente, não estava preocupado em só cumprir o currículo da escola primária, mas proporcionar aos seus alunos, uma experiência viva e dinâmica no que concerne à educação econômica, ensinando-os a administrar e a poupar o dinheiro e, para tanto, visava inculcar na criança, o ensino pelo livro; a educação moral pelo conselho e exemplo; o amor à ordem advinda pela disciplina, e dessa forma colocando todos esses elementos em jogo poderia “fazer de um menino um homem, e de um homem um indivíduo, um cidadão honesto e útil” (RIO DE JANEIRO, 1878b, p. 4). Essas ações, nos levam a conjecturar que ele estava atento às orientações pedagógicas que circulavam à época e as colocava em prática, fato esse que o deixava em uma posição de destaque em relação aos demais colegas de profissão.

Imbuído dessas intenções, em abril de 1878, na escola pública de São Domingos, em Niterói, onde atuava como professor, fundou a Caixa Econômica Escolar, cujo funcionamento se dava nos mesmos moldes da Caixa Econômica Federal (CEF).

Admitindo a CEE como um recurso didático, professores e alunos se utilizariam de variados conhecimentos, entre eles, os princípios do cálculo aritméticos, ou seja, o professor realizava os registros de entrada em uma espécie de livro caixa e o aluno em seu caderno. Posteriormente, assim que a quantia mínima aceita pela CEF, para depósito, fosse atingida, ela seria transferida para uma conta, individual, em nome dos alunos, passando a render juros.

---

<sup>71</sup> Coube a ele a fundação da 5ª Caixa Econômica Escolar do Brasil. A 1ª e 2ª Caixa foram fundadas na Paraná, a 3ª em Recife, a 4ª em Macaé no Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 1878c, p. 4).

Após terminarem os estudos ou quando atingissem a maioridade, conforme a vontade de seus pais, os alunos poderiam retirar “o pecúlio que economizaram e com elle os habitos de economia” (RIO DE JANEIRO, 1877c, p. 145).

A utilização dessa ferramenta, para a educação econômica, foi uma abordagem muito conhecida na Europa e adotada no Brasil a partir de 1877, no qual se criou duas caixas, uma na cidade de Curitiba e outra na cidade de Morretes, na província do Paraná. Na França, em 1876, muitos alunos já participavam desse programa de poupar como se verifica a seguir:

A França conta hoje 53 departamentos nos quaes a instituição caixas econômicas escolares foi introduzida, e livremente introduzida pelo concurso dedicado e desinteressado dos homens de bem. Mais de 1300 escolas estão munidas deste serviço e mais de 155.000 educandos já se acham inscriptos no grande livro caixa (RIO DE JANEIRO, 1878a, p. 5).

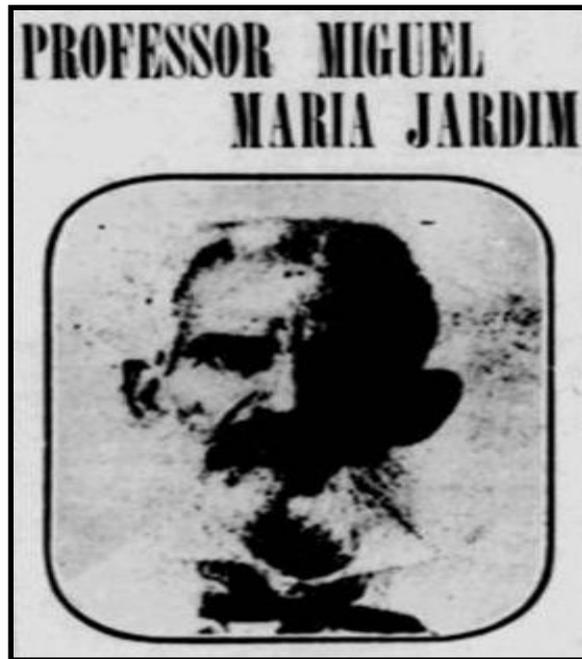
Após atuar na instrução pública primária da província do Rio de Janeiro, por mais de treze anos<sup>72</sup>, Jardim aposentou-se em 1880. Posteriormente, dedicou-se ao trabalho como comerciante, vindo a ser presidente, ora vice-presidente, da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Era dono de alguns imóveis na rua Marechal Deodoro, inclusive, uma livraria intitulada, “Livraria<sup>73</sup> Miguel Maria Jardim” (RIO DE JANEIRO, 1917a, p.1501).

---

<sup>72</sup> “foi fixado em 538\$330 o vencimento anual do professor jubilado Miguel Maria Jardim, correspondendo a 13 annos, 5 mezes e 15 dias de serviços” (RIO DE JANEIRO, 1880, p.3).

<sup>73</sup> Existe referência da livraria de Miguel Maria Jardim no Almanak, Administrativo, Mercantil do Rio de Janeiro no período de 1917 a 1926.

FIGURA 41 - Professor Miguel Maria Jardim - 1925 - Rio de Janeiro



Fonte: O Fluminense, 02 de dez. 1925b (Hemeroteca Digital)

Em 1885, Jardim voltou a atuar na instrução pública exercendo a função de inspetor na cidade de Niterói – Rio de Janeiro conforme a Figura 42.

FIGURA 42 - Miguel M. Jardim - Inspetor das escolas de Niterói - 1885

Foi nomeado inspetor das escolas do 1º districto d'esta capital o Sr. Miguel Maria Jardim.  
 Esta nomeação é muito acertada.  
 O nomeado é professor publico jubilado, conhece perfeitamente a materia de que o encarregaram, dedica-se pelo ensino publico e possui todos os predicados d'um bom cidadão.  
 Sem menoscabar os serviços de outros que têm occupado o lugar, acreditamos que muito se deve esperar do actual inspetor, a quem saúdamos como amigos dedicados que somos.

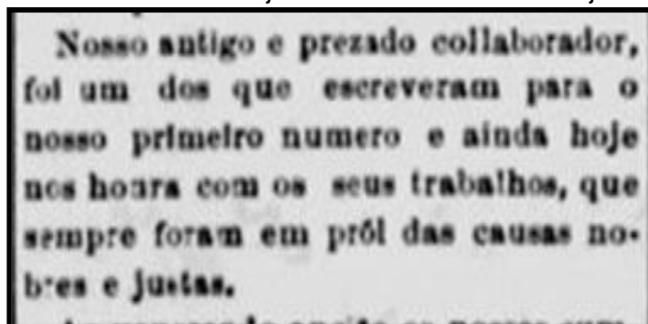
Fonte: O Fluminense, 09 de out. 1885 (Hemeroteca Digital)

Dez anos depois, exerceu a função de delegado literário na mesma cidade (RIO DE JANEIRO, 1895b).

Tais predicados veiculados no documento daria a ele o título de *expert*? De acordo com Hosfstetter (2017, p. 67, grifo da autora) a resposta seria sim, pois “[...] inspetores, professores do primário e do secundário, diretores de escola. Eles são ‘experts’ pelo fato de que conhecem perfeitamente o ofício docente e nele se destacam”, e conforme notícias veiculadas nos jornais (Figura 42), Jardim possuía esses predicados.

O jornal *O Fluminense*, datado de 02 de dezembro de 1925 (FIGURA 43) destaca que o professor “[...] foi um dos que escreveram para o nosso primeiro número e ainda hoje nos honra com seus trabalhos, que sempre foram em prol das causas nobres e justas” (RIO DE JANEIRO, 1925a, p. 1).

FIGURA 43 - Jardim: jornalista e colaborador do jornal O Fluminense

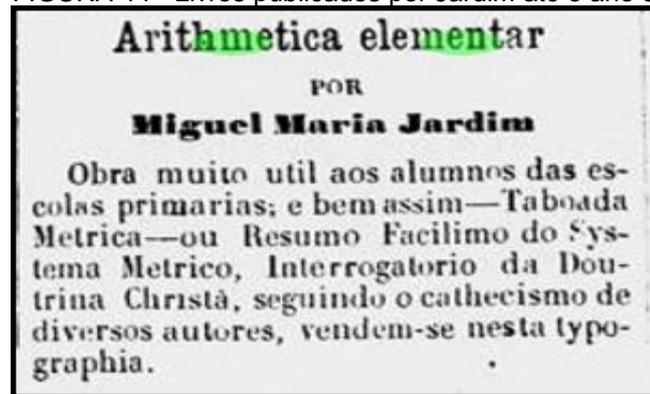


Fonte: O Fluminense, 02 de dez. 1925a (Hemeroteca Digital)

Vale lembrar que suas obras didáticas reúnem uma produção de seis títulos. Seus compêndios serviram de referência aos professores e, foram aprovados por autoridades de ensino em diversas províncias do Brasil.

No jornal *A Pátria*, um periódico publicado no Rio de Janeiro, que circulou no período de 1856 a 1889, localizamos uma publicação, data de 09 de agosto de 1874, na qual, consta três títulos publicados por Jardim conforme a Figura 44:

FIGURA 44 - Livros publicados por Jardim até o ano de 1874



Fonte: A Pátria, 06 de ago. 1874c (Hemeroteca Digital)

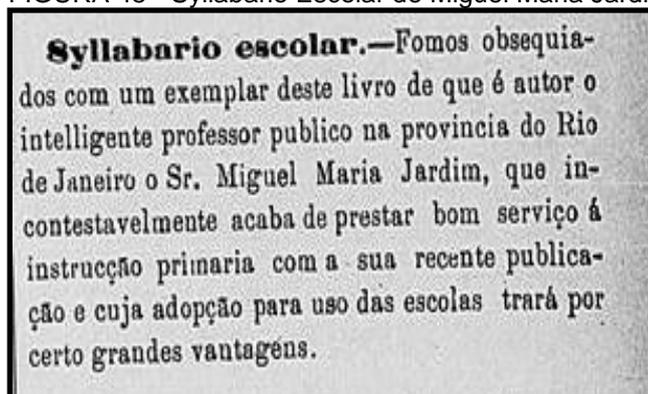
O primeiro livro a ser impresso foi a **Taboada Metrica**, com segunda edição datada de maio de 1872 e, terceira, quarta, quinta e sexta edições, respectivamente, datadas de 1873, 1875, 1878 e 1880. Conforme publicado em 21 de julho de 1872, no jornal *A Instrução Publica (RJ)*, tratava-se de

[...] um resumo do systema métrico de pesos e medidas, com a declaração dos valores das suas respectivas unidades comparadas com as que nos servem de padrão actual para da maior facilidade às conversões. [...] Por ella seu autor explica esta materia, hoje obrigatória nas escolas primarias, e della colhe os melhores resultados (RIO DE JANEIRO, 1872d, p. 10).

Em novembro de 1872, foi publicada a **Arithmetica Elementar** e, em 1873, a **Tabella Metrica Commercial**. Além de trabalhos voltados ao ensino envolvendo números, em 1878, publicou o livro **Syllabario Escolar**<sup>74</sup>, pela Imprensa Industrial do Rio de Janeiro. Essa obra fora destinada “para o ensino de leitura nas escolas primarias, com muitos emblemas, edição nítida, e em muito bom papel” (JARDIM, 1879). Jeronymo Penido Junior, redator e proprietário do jornal *O conservador*, periódico semanal publicado no Rio de Janeiro, em 1879, faz referência a essa obra (Figura 45).

<sup>74</sup> No acervo da Biblioteca Nacional de Portugal encontra-se depositado um exemplar, datado de 1878.

FIGURA 45 - Syllabario Escolar de Miguel Maria Jardim - 1879



Fonte: O Conservador, 22 de dez. 1879b (Hemeroteca Digital)

Quando esteve na Europa, Lisboa, em 1879, publicou pela Livraria Editora Mattos, a obra *Exercícios de contar adaptados a classe dos principiantes das escolas primarias, compreendendo as quatro operações fundamentais da arithmetica*<sup>75</sup> e, no ano de 1880, publicou o livro **Cathecismo da Doutrina Christã**.

Outros atributos ou detalhamentos conferidos a ele se encontram em alguns excertos dos jornais veiculados à época, como se verifica a seguir.

Falleceu hontem em Nictheroy com 84 anos de idade o sr. Miguel Maria Jardim, professor aposentado do Estado do Rio. Contava o professor Jardim um largo circulo de relações, sendo a **sua Livraria ponto de reunião de seus numerosos amigos**. Collaborou no "Fluminense" desde o primeiro numero desse jornal. Trabalhou com lucidez até recolher-se ha poucos dias enfermo ao leito.

Deixa dois filhos: o capitão de fragata Theodoro Jardim e o coronel Cornelio Jardim, do alto commercio desta praça, e ter filhas Olindina, casada com o professor Erasmo Braga; Laura, casada com o Sr. Claudomiro Pereira da Silva, e Leocadia, casada com o dr. Victor da Cunha, procurador geral da Fazenda do Estado do Rio.

O enterro effectuar-se-á hoje, ás 3 horas, saindo da rua Visconde do Rio Branco n. 739, na visinha capital (RIO DE JANEIRO, 1925c, p. 5, grifos nosso).

No cemiterio do S. Sacramento, em Nictheroy, foi seputado hontem a tarde o professor Miguel Maria Jardim.

O enterro que saiu da rua Visconde do Rio Branco, n. 739 **teve extraordinario acompanhamento**, sendo evultado o numero de corôas e palmas de flores naturaes depositadas sobre o ferreiro do provector e saudoso educado fluminense (RIO DE JANEIRO, 1925d, p.6, grifos nosso).

Na residencia de seu genro Dr. Victor da Cunha, curador dos Feitos da Fazenda, na visinha capital, veio a falecer ante-hontem, o velho professor

<sup>75</sup> Identificamos a existência de um exemplar no acervo da BNP, ano 1879, publicado em Lisboa pela Livraria Editora de Mattos Moreira, provavelmente, durante o período que o professor Jardim esteve na Europa para tratar de sua saúde. Encontramos uma nota, publicada em 1881, no Almanach do Diario de Notícias da Província da Bahia, na qual faz referência a venda dessa obra pela Loja de João do Prado Carvalho (BAHIA, 1881).

Miguel Maria Jardim, já octogenário, e **uma das mais antigas figuras de Nictheroy.**

O extinto deixa os seguintes filhos: coronel Cornelio Jardim, director da Associação Commercial, e chefe da **casa C. Jardim & C.**; capitão de fragata Theodoro Jardim; e tres filhas, uma casada com o Dr. Victor da Cunha, antigo jornalista e procurador dos Feitos da Fazenda estadual; outra casada com o professor e conhecido homem de letras Erasmo Braga, e a terceira casada com o negociante Claudionor Moreira da Silva (RIO DE JANEIRO, 1925e, p. 4, grifos nosso).

O falecimento de Jardim, que acontecera no dia 4 de dezembro de 1925, não passou despercebido, como é possível constatar nos excertos de jornais, ora apresentados. O livreiro, assim, também conhecido, era uma figura ilustre da sociedade fluminense, com um largo circulo de relações. Sua livraria era o local escolhido para reunir-se com os amigos. Em se tratando de sua família, era composta por pessoas respeitadas na sociedade, pois seus filhos e genros ocupavam cargos de grande destaque.

Jardim havia completado 84 anos de idade, três dias antes do falecimento, já enfermo e acamado, recebeu felicitações de amigos e familiares e, da própria imprensa conforme o excerto publicação pelo jornal O Fluminense.

Passa hoje o anniversario natalício do velho pedagogo Sr. Miguel Maria Jardim, **o decano dos Professores Publicos do Estado do Rio de Janeiro** e uma das mais acatadas figuras do nosso meio social. Homem de bem na mais positiva expressão, amigo nobilíssimos que delle se acercam, Professor e Jornalista, ele é uma tradição da cidade que elle ama, como se fora o próprio berço. [...]

Ao venerando ancião os nossos cumprimentos e votos de felicidade (RIO DE JANEIRO, 1925a, p.1, grifos nosso).

Seu filho, o coronel Cornelio Jardim, chefe da **Casa C. Jardim & C**, anos mais tarde, homenageou a memória do pai instituindo o Prêmio “Professor Miguel Maria Jardim” no valor igual a 100\$000 (cem mil réis). Em 1927, Joaquim Torres, aluno primário, recebeu o prêmio por se distinguir na aplicação ao estudo e apresentar boa conduta (RIO DE JANEIRO, 1927).

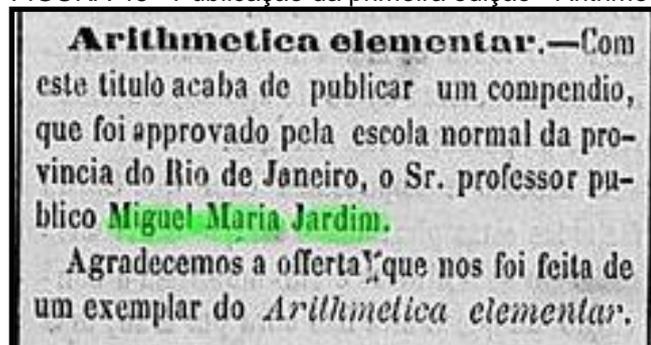
Esses poucos vestígios, sobre a vida de Miguel Maria Jardim, obtidos a partir dos jornais que circularam no Rio de Janeiro, nos levam a identificar as diferentes posições por ele ocupadas, ou seja, professor, pedagogo, inspetor, delegado literário, jornalista, comerciante, livreiro e autor de livros didáticos. Um profissional

estimado não só pelos professores do seu estado, mas também, de outros, como da capital paulista, por exemplo, pois chegou a receber o “diploma de Sócio Honorário do Instituto Pedagógico de São Paulo” (RIO DE JANEIRO, 1877d, p. 79).

### 3.2 ARITHMETICA ELEMENTAR DE MIGUEL MARIA JARDIM

A primeira edição da **Arithmetica Elementar** foi publicada na segunda metade do século XIX, precisamente no ano de 1872, tendo a aprovação da Escola Normal da província do Rio de Janeiro, conforme noticiado pela imprensa (Figuras 46 e 47).

FIGURA 46 - Publicação da primeira edição - Arithmetica Elementar



Fonte: A Reforma, 06 de nov. 1872e (Hemeroteca Digital)

FIGURA 47 - Arithmetica Elementar de Jardim para uso dos meninos



Fonte: A Patria, 07 nov. 1872f (Hemeroteca Digital)

## QUADRO 16 – Arithmetica Elementar de Jardim para uso dos meninos

O Sr. Miguel Maria Jardim, um dos mais dedicados e inteligentes professores publicos da província, e que já tem publicado alguns trabalhos uteis á instrucção, acaba de dar á luz a sua arithmetica elementar para uso dos meninos.

Agradecemos ao dedicado funcionario no professorado publico, carreira espinhosa quanto honrosa, a offerta que se dignou fazer-nos de seu livrinho.

Fonte: A Patria, 07 nov. 1872f (Hemeroteca Digital)

Nesse mesmo ano, Jardim, ex-aluno-mestre<sup>76</sup> dessa escola, tinha apenas seis anos que concluíra seus estudos, e cinco anos que exercia a carreira pública no magistério. Sobre sua atuação profissional, o jornal *A Instrucção Publica: Publicação Hebdomadaria*<sup>77</sup>, do Rio de Janeiro, em 21 de julho de 1872, assim se posicionou: “[...] O Sr. Miguel Maria Jardim, professor publico de uma das escolas da capital da província do Rio de Janeiro, [...] foi um dos melhores alumnos da Escola Normal, e hoje faz honra à numerosa classe a que pertence” (RIO DE JANEIRO, 1872d, p. 10).

O fato da obra de Jardim ter sido aprovada pela Escola Normal demonstra que estava de acordo com as diretrizes educacionais da época, pois, conforme Bittencourt (2004, p.479) “o autor de uma obra didática deve ser, em princípio, um seguidor dos programas oficiais propostos pela política educacional”. A Escola Normal era uma instituição de grande relevância educacional, assim, ao validar a obra, valorizou as ideias do autor, e muito provavelmente, fez com que houvesse uma aceitação do público, pois não demorou ser lançada a 2ª edição. Passados onze meses do anúncio de lançamento da Arithmetica de Jardim, era possível se ler em alguns jornais produzidos nas províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, a venda

<sup>76</sup> Conforme o Regulamento da Escola Normal do Espírito Santo (1873), “aluno-mestre” era o título dado ao aluno, que a partir do segundo ano do curso normal, após ouvir as lições do professor na matéria de pedagogia, as colocava em prática na escola anexa (primária), ficando encarregado da regência de uma classe, podendo, posteriormente, atuar como professor tomando a direção da escola, e dessa forma, em quanto um aluno dirigia a escola, os outros dirigiam as classes (ESPÍRITO SANTO, 1873b, p. 1).

<sup>77</sup> O periódico *A Instrucção Publica* é identificada como “folha hebdomadária”, isto é, semanal. Tratava-se de um jornal organizado por José Carlos Alambary Luz, ex-diretor da Escola Normal de Niterói (1868). Esse periódico, destinado aos professores do Rio de Janeiro, tinha como objetivo precípua, “guiar sua prática cotidiana, oferecendo informações sobre o conteúdo e o espírito dos programas oficiais, a conduta em classe e a didática das disciplinas” (BASTOS, 2009, p.1-2).

da nova edição, o que apoia nosso argumento da validação da obra pela Escola Normal.

Assim, em 1873 fora publicada a 2ª edição, anunciada a 300 réis<sup>78</sup>, pelo jornal *Diário do Rio de Janeiro* (Figura 48).

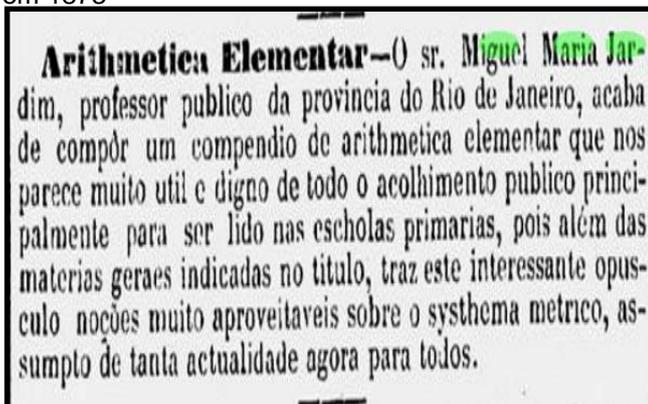
FIGURA 48 - Notícia aos professores - 1873



Fonte: Diário do Rio de Janeiro, 26 de nov. 1873d (Hemeroteca Digital)

Sobre o lançamento da nova edição, o jornal *Gazeta de Campinas*, um periódico que circulou na província de São Paulo, no período de 1869 a 1875, assim se posicionou (FIGURA 49):

FIGURA 49 - Arithmetica de Jardim foi divulgada na Província de São Paulo em 1873

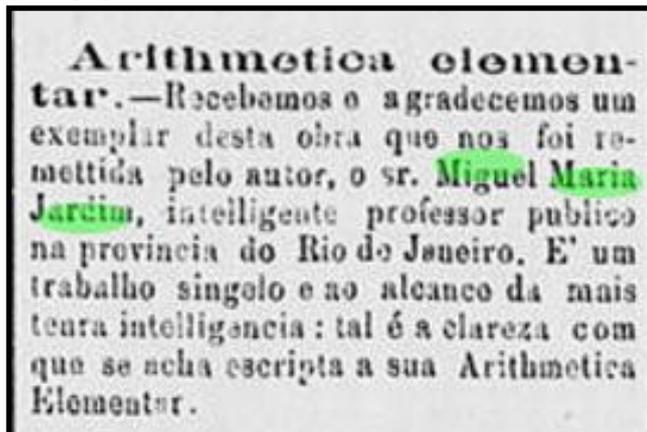


Fonte: Gazeta de Campinas (SP), 27 de fev. 1873b, (Hemeroteca Digital)

Conforme o excerto acima, na 2ª edição da Arithmetica de Jardim estava previsto o conteúdo de Sistema Métrico Decimal. Outro periódico Paulista, o *Diário de São Paulo*, em 1873, também, fez referência à obra, conforme Figura 50:

<sup>78</sup> O réis foi substituído pelo cruzeiro, em função de uma reforma monetária empreendida, a partir das várias que passou o Brasil. Segundo Siqueira Filho (2008, p. 42), em “1942 foi instituído o CRUZEIRO como equivalência a um mil réis, com centavos”.

FIGURA 50 - Arithmetica de Jardim foi divulgada na Província de São Paulo em 1873



Fonte: Diário de São Paulo (SP), 19 de fev. 1873a, (Hemeroteca Digital)

Bittencourt (1993, p. 114) afirma que “[...] quando autores se encarregavam da publicação de seus próprios textos, tinham o hábito de enviar um exemplar aos jornais, sendo que, várias vezes, os elogios jornalísticos eram incorporados nas edições sequenciais dos livros”. Em nossa investigação, constatamos que para divulgar a sua *Arithmetica* nas várias províncias do Brasil, Jardim presenteava os editores de jornais com um exemplar, os quais teciam elogios sobre a obra e sobre o desempenho profissional do autor. A abordagem adotada por Jardim fez com que vários jornais ajudassem no processo de difusão em várias províncias brasileiras, todavia, na edição de 1879, não há menção dos elogios jornalísticos realizados sobre as edições de anos anteriores.

Ainda, de acordo com Miorim (2014, p. 141), “[...] anúncios em jornais, declaração de personalidades conhecidas nas páginas iniciais dos livros, artigos sobre o autor e livro em periódicos e em revistas, catálogos, etc.” tornara-se uma prática com intuito de convencer os professores de que os livros didáticos eram adequados aos seus alunos. Outrossim, constatamos que apresentar um anúncio, um comentário sobre a obra em jornais de grande circulação foram práticas utilizadas na divulgação da *Arithmetica Elementar*, no intuito, provavelmente, de convencer professores e outros profissionais da educação da qualidade da obra.

No ano de 1874, nas páginas do jornal *Diário do Rio de Janeiro*, é possível constatar a venda das obras, **Arithmetica de Jardim** por 300 réis e a **Taboada Métrica de Jardim** por 150 réis (Figura 51).

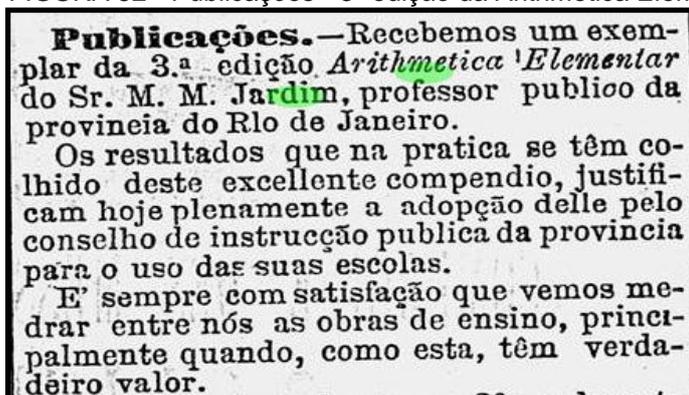
FIGURA 51 - Notícia aos professores – 1874



Fonte: Diário do Rio de Janeiro, 01 de jan. 1874a (Hemeroteca Digital)

A 3ª edição é publicada em 1875 e, adotada pelo Conselho de Instrução Pública da Província do Rio de Janeiro. Algumas considerações, feitas pela imprensa local, muito provavelmente, funcionaram como instrumentos de valorização da obra, pois conforme Oliveira (2018, p. 27), os meios de comunicação “injetam certo impacto na recepção e apropriação da mensagem propagada”. Assim, os periódicos que circulavam pela capital do Império, ao enaltecer o trabalho de Jardim, contribuíram para uma possível disseminação sobre seus métodos de ensino em outras províncias do Brasil, pois, como veremos mais adiante, esse compêndio foi adotado em vários estados brasileiros. Em 24 de março de 1875 podia se ler, por exemplo, no jornal O Globo (Figura 52).

FIGURA 52 - Publicações - 3ª edição da Arithmetica Elementar de Jardim



Fonte: O Globo, 24 de mar. 1875b (Hemeroteca Digital)

Em 01 de janeiro de 1875, foi publicado no jornal *Diário do Rio de Janeiro* o programa de ensino do Colégio Pujol (instituição particular da província do Rio de Janeiro), para o ensino primário e secundário. A orientação para o ensino da aritmética no curso primário, cujo livro adotado foi a *Arithmetica de Jardim*, e que deveria começar pelo cálculo mental antes do cálculo escrito. Tendo em vista a

orientação descrita no excerto abaixo, passamos a questionar: em que medida a Arithmetica de Jardim atendia essa orientação?

Não deve o professor abusar da memoria do menino, consumindo muito tempo em pura perda. “A *Metaphifica*, dizia Lhomond, não convem aos meninos, e o melhor livro elementar é a voz do mestre, que varia suas lições e a maneira de as apresentar, segundo as necessidades daqueles a quem se dirige”. [...] O cálculo mental deve preceder o estudo da arithmetica propriamente dita. [...] O cálculo mental fixa a atenção das crianças, desenvolve a memoria, forma o juízo, exercita singularmente a emulação dos discípulos. Recomendamos a nossos professores primários a não dar princípios ao calculo escripto senão quando seus alunos forem adiantados no calculo mental (RIO DE JANEIRO, 1875b, p.1, grifos do autor).

Assim sendo, pressupomos que houve circulação dessa obra em escolas privadas e públicas. Com relação ao seu uso para transmitir os ensinamentos matemáticos, pode-se pensar que a primeira escola a adotar o livro didático tenha sido a escola do 1º Distrito – Ponta da Areia, em Niterói, local em que Miguel Jardim ministrava suas aulas de Arithmetica.

A obra analisada foi publicada no Rio de Janeiro, em 1879, ano que Jardim ficou licenciado para cuidar de sua saúde na Europa. Assim, morando em Portugal, realizou a doação do novo compêndio à Biblioteca de Lisboa, conforme verificou-se a partir da análise da folha de rosto da obra.

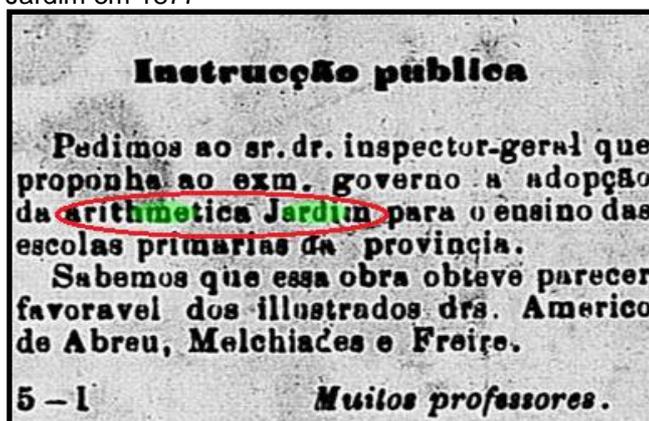
Foi publicada pela Typographia da Reforma, localizada na rua dos Ouveiros, nº. 9, que pertencia a Francisco Sabino de Freitas Reys, proprietário do Jornal *A Reforma: órgão democrático* (1869-1879). Em 1879, cessa a impressão do jornal após a tipografia ser vendida ao governo, passando a pertencer à Typographia Nacional. É provável que a mesma tipografia tenha publicado as edições anteriores, em virtude deste, ter sido um dos primeiros jornais, em 1872, a anunciar o lançamento da obra (RIO DE JANEIRO, 1872e).

O compêndio de Jardim podia ser encontrado em todas as livrarias e lojas de papel da Corte e províncias. Em São Paulo, Alagoas, Pará, Bahia e Rio de Janeiro – Niterói, existiam agências que realizavam as vendas, sendo que a de Niterói pertencia ao autor (JARDIM, 1879). Essa obra foi “adoptada pelos Conselhos de Instrucção Publica das províncias do Rio de Janeiro, Bahia, Alagôas, Pará e **Espirito Santo**, para uso das escolas das mesmas províncias” (JARDIM, 1879,

grifos nosso), o que implica que esse livro didático teve grande circulação pelas escolas primárias brasileiras. Dessa forma, podemos conjecturar que a arithmetica elementar de Jardim teve sua proeminência pela sua aceitação no cenário educativo brasileiro.

Identificamos a circulação dessa obra em outras províncias, como Amazonas, São Paulo, Maranhão e Minas Gerais. Na província de São Paulo, por exemplo, em 1877 muitos professores solicitaram ao governo a adoção do compêndio de Jardim para o ensino das escolas primárias (Figura 53).

FIGURA 53 - Professores Paulistas solicitam adoção da Arithmetica de Jardim em 1877



Fonte: Diário de São Paulo, 8 de mar. 1877a (Hemeroteca Digital)

A solicitação dos professores paulistas, que aparece no excerto acima, fora publicada no jornal *Diário de São Paulo* durante cinco edições seguidas. Conforme Chartier (2002, p. 17), “as representações do mundo social (...), embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de um grupo que as forjam”, estabelecendo, dessa forma, os modos de ver daqueles que falam em consonância com o lugar de onde falam. De acordo com a notícia veiculada é possível constatar que os referidos Americo de Abreu, Melchiades e Freire representavam referências no ensino para esses professores.

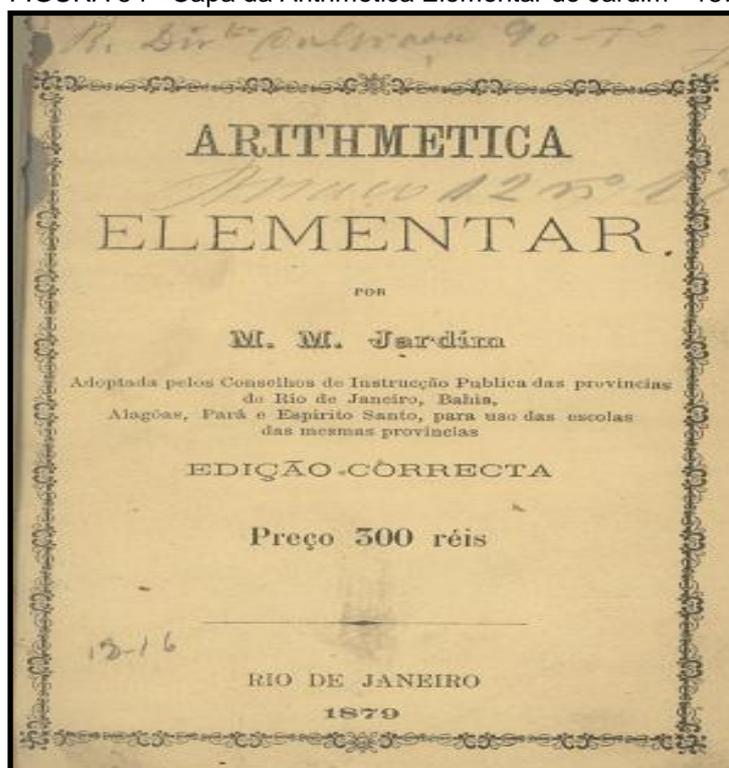
Américo Ferreira de Abreu, em 1877, era o diretor da Escola Normal da Província de São Paulo (SÃO PAULO, 1877b) e que Melchiades da Boa Morte Trigueiro era professor da primeira cadeira da Escola Normal de São Paulo (SÃO PAULO, 1876). Em relação a Freire, em 1877, atuou como examinador de exames finais da Escola

Normal em São Paulo. Dois anos antes, da publicação que consta na Figura 53, identificamos no mesmo periódico, uma notícia na qual Jardim solicitava o parecer do Inspetor Geral da Instrução e professor da Escola Normal de São Paulo, após encaminhar alguns exemplares de sua *Arithmetica* (SÃO PAULO, 1875).

Diante do exposto, assim como aconteceu no Rio de Janeiro, a Escola Normal de São Paulo valida a obra de Miguel Maria Jardim, o que corresponde para os professores daquela época um atestado positivo para que o governo de São Paulo passasse adotar tal obra nas escolas primárias da província.

Em relação a sua materialidade, a *Arithmetica Elementar* possui 128 páginas, de dimensões 13 cm (largura) por 19 cm (comprimento), com capa (Figura 54) e corpo do livro confeccionado em papel à base de polpa de madeira de processo de fabricação mecânica (BNP, 2018). Com relação ao número de páginas, de acordo com Oliveira (2013) as editoras adotavam a prática de formatar os livros de acordo com uma quantidade de páginas múltiplas de 8. Na folha de rosto são reproduzidas as mesmas informações que constam na capa com a inserção do nome da editora e seu endereço. A obra não apresenta prefácio.

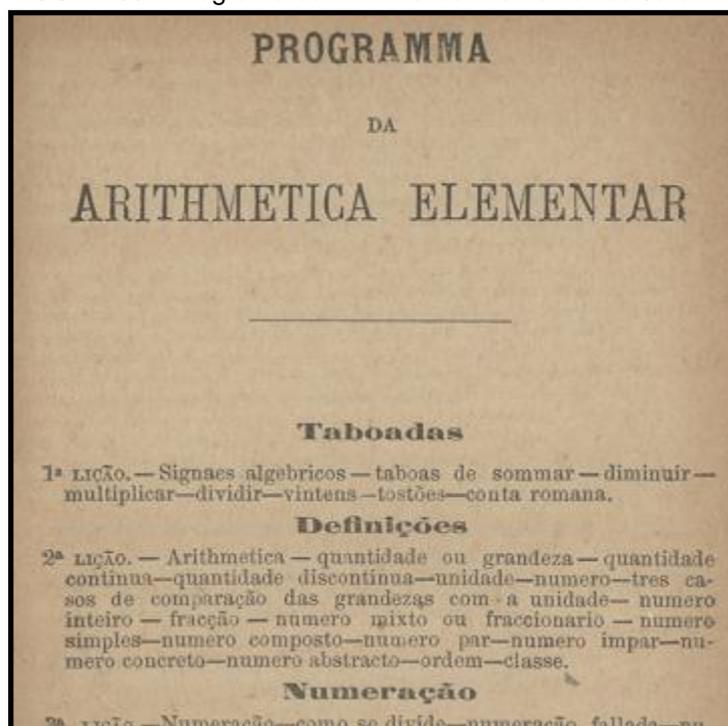
FIGURA 54 - Capa da *Arithmetica Elementar* de Jardim - 1879



Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional de Portugal, 2018

São apresentados, a partir da página três, com o nome Programma da Arithmetica Elementar, os conteúdos de Aritmética a serem tratados no livro. Esse programa é organizado em 51 lições, nas quais são listados os temas, entretanto, a cada item do programa não é indicado o número da página em que pode ser ele encontrado, ou seja, não existe essa facilidade proporcionada pela paginação de um índice como podemos constar no recorte a seguir (Figura 55).

FIGURA 55 - Programa da Arithmetica Elementar de Jardim



Fonte: JARDIM, 1879, p.3

Em relação ao layout, é bem detalhado e enciclopédico, no qual o autor apresenta os conteúdos, entretanto, nem sempre são acompanhados de exercícios.

Para Jardim (1879, p. 21), a Aritmética é “a sciencia que ensina a effectuar sobre os números todas as operações possíveis”. Dessa forma, os conteúdos que envolvem todas as operações com números, encontram-se assim expostos: tabuadas, definições, numeração, operações fundamentais, igualdade e desigualdades, axiomas relativos as igualdades e desigualdades, frações ordinárias, transformações das frações, operações (as quatro operações com fração), frações decimais, operações (as quatro operações com  $n^{\circ}$  decimal), suplemento as frações, números complexos, operações (com  $n^{\circ}$  complexo), sistema métrico, regra de três, regra de

três composta, regra de juros, regra de desconto, regra de companhia e por ultimo, regra de liga. “E essa ordenação, esse modo de selecionar os conteúdos, de organizá-los para o ensino configura o método sintético, isto é, uma marcha das partes para o todo” (VALENTE, 2015, p. 201). A aritmética é um saber escolar e a listagem de conteúdos, preconizada na obra de Jardim e, muito provavelmente, escolhida por meio de “processos complexos” (HOFSTETTER; SCHNEUWLY, 2017), configura a aritmética a ensinar, ou seja, seu objeto de ensino, cuja exposição se dá por meio de definições, exemplos, exemplos para praticar e exercícios.

Segundo Valente (2015, p.193-194), tal ordenação dos conteúdos a serem ensinados na matemática escolar configura-se como uma herança da estrutura euclidiana e está vinculado à ideia de elemento<sup>79</sup>, ou elementar, o que vem primeiro. Ensinar nessa perspectiva significa partir do início, do simples para o complexo, do menor para o maior, do mais fácil para o mais difícil, sempre de forma gradual. Nesse sentido, estão presentes na aritmética, levando em consideração a ideia de linearidade do ensino, os chamados pré-requisitos. Dito de outra forma: “Um dado tema, depende do tema anterior para ser entendido e assim por diante...”.

Nesse contexto, Jardim após apresentar o programa da sua arithmetica, inicia a primeira lição, utilizando-se de uma página para apresentar certos sinais abreviados (Figura 56) que são usados na aritmética para indicar operações ou mostrar a relação entre duas ou mais quantidades. O aluno deve, primeiramente, aprender o significado de tais sinais, internalizando essa nomenclatura que é típica da linguagem matemática, ou seja, “obriga o aluno a decorar uma série de símbolos, os quais para ele [aluno] nada significavam” (SIQUEIRA FILHO, 2015, p. 36).

---

<sup>79</sup> Segundo Valente (2015, p. 193) a “palavra ‘elemento’ remete ao latim *elementum*, vindo do grego *stoikheion*. [...] tem por sinônimo ‘o que está alinhado’, ‘numa linha’, ‘numa sequência’. [...] A partir desse sentido inicial, o termo toma o significado de ‘princípios’ ou ‘elementos fundamentais’”.

FIGURA 56 - Sinais aritméticos apresentados na Arithmetica Elementar de Jardim

SIGNAES	
+	Que quer dizer <i>mais</i> , e exprime addição.
—	Que quer dizer <i>menos</i> , e exprime subtracção.
×	Que quer dizer <i>multiplicado por</i> , e exprime multiplicação.
:	Que quer dizer <i>dividido por</i> , e exprime divisão.
=	Que quer dizer <i>igual a</i> , e exprime igualdade.
: ou .	Que quer dizer <i>está para</i> .
:: ou :	Que quer dizer <i>assim como</i> , e exprime igual a.
%	Que quer dizer <i>por cento</i> .
> <	Que quer dizer <i>maior do que</i> } e exprime des-
< >	Que quer dizer <i>menor do que</i> } igualdade.

Fonte: JARDIM, 1879, p.9

Ainda na mesma lição, são apresentadas as tabuadas de somar, diminuir, multiplicar, dividir, além de dois quadros, um contendo a numeração romana e outro que descreve os valores monetários da época, em réis, em função dos vinténs, tostões, cruzados e patacas. Anteriormente, questionamos em que medida a Arithmetica de Jardim, em 1875, atendia a orientação em relação ao ensino da aritmética começar com o cálculo mental e não pelo cálculo escrito. Bem, constatamos na edição de 1879, que a tabuada, primeira lição, precede as lições de definições e de cálculos, ou seja, o entendimento de cálculo mental à época estaria ligado a capacidade do aluno em memorizar a tabuada?

Buscando resposta para essa questão, procuramos de algum modo, captar no discurso do intelectual e orientador da educação na província do Rio de Janeiro, Manoel Ribeiro de Almeida<sup>80</sup>, referências sobre o significado de cálculo mental no início da década de 1870.

Sob o título de *Arithmetica*, o ex-diretor da Instrução Primária, publicou em 1872 um artigo no jornal *A Instrucção Publica: Publicação Hebdomadária*. Ao iniciar o texto, assim posiciona-se sobre a Arithmetica:

E este, sem contestação, um dos ramos mais importantes do ensino primário, não só em razão de sua utilidade pratica, como ainda pelos recursos que offerece para exercitar o juízo e cultivar a intelligência. E' este tambem o ramo de ensino em que se tem tirado mais vantagem dos principios de Pestalozzi (RIO DE JANEIRO, 1872b, p.2).

<sup>80</sup> Diretor da Instrução Pública da Província do Rio de Janeiro no período de 1868 a 1871.

Em seu artigo, descreve o que para ele era um obstáculo para o desenvolvimento do ensino da Aritmética,

Segundo o processo geralmente seguido em nossas escolas, o menino aprende a numeração como aprende o abecedário; passa depois a decorar a taboada de sommar e à pratica de pequenas addições. Assim por diante. O professor trata apenas de ensinar como se faz a operação e se resolve o problema. E o menino, mal preparado para entrar nos trabalhos arithmeticos, encontra a cada passo dificuldades que estorvam a marcha do ensino; e quando por mero esforço de memoria, chega a combinar os algarismos, não comprehende as operações que pratica (RIO DE JANEIRO, 1872b, p.2).

Percebemos que havia por parte desse ex-legislador, uma preocupação em relação ao ensino da aritmética destinada às crianças e, que o andar dessa carruagem precisava tomar novos rumos guiados nos princípios de Pestalozzi<sup>81</sup>, pois “quando se tem de ensinar a crianças, convém seguir a marcha natural do desenvolvimento das faculdades. O espírito caminha do conhecido para o desconhecido, apoiando-se no que sabe para chegar ao que ainda não se sabe” (RIO DE JANEIRO, 1872b, p. 2), ou seja, do concreto para o abstrato, o que denota a presença de processos intuitivos. Para Almeida, a intuição era o meio mais natural para ensinar e dar uma ideia clara do valor dos números e explicar-lhes suas combinações, pois o conceito de número é algo abstrato e a princípio fora do alcance da inteligência das crianças. Segundo esse autor, partindo da unidade concreta, a criança aprenderia “[...] contar por objectos reaes, como, pontos, traços, esferas, etc” (RIO DE JANEIRO, 1872b, p. 2). As primeiras noções de cálculo seguiria o mesmo princípio, somando, subtraindo, multiplicando e dividindo as unidades indicadas por pontos, traços, etc. Após a criança dispensar a intuição, deveria “[...] ser exercitado no calculo oral, tão útil aos principiantes pelo muito que facilita seu progresso ulterior, [...] habituando-os à rápida execução, e a resolver muitos problemas sem necessidade de recorrer à pena” (RIO DE JANEIRO, 1872, p. 2).

---

<sup>81</sup> Educador suíço Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827), “defendia a ideia de uma educação para as crianças ancorada sobre a observação dos ritmos de capacidade do desenvolvimento mental dos alunos” (OLIVEIRA, 2013, p. 53). Foi um grande divulgador do Método Intuitivo, pedagogia moderna surgida a partir de finais do século XIX. As *lições de coisas*, forma pela qual o método de ensino intuitivo foi vulgarizado é, na realidade, a primeira forma de intuição – a intuição sensível. “Pestalozzi é apontado como referência em lições de coisas, pelo fato deste ter captado os pontos essenciais da renovação pedagógica que as lições preconizavam as coisas antes das palavras, a educação pelas coisas e não pelas palavras” (VALENTE, 2015, p. 200). Uma metodologia centrada nas faculdades das crianças e jovens, ou seja, um ensino relacionado com a vida sensível dos alunos, na qual, cada conceito da aritmética precisava ser concretizado. A criança, por sua vez, iria aprender a partir da utilização dos cinco sentidos.

Em 1872, já se orientava aos professores primários que as crianças não deveriam “[...] começar a fazer operações escriptas, antes de conhecer perfeitamente o cálculo oral que lhe corresponde” (RIO DE JANEIRO, 1872b, p. 3). Cálculo oral ou cálculo mental era uma prática de ensino, na qual os alunos, a princípio, aprendiam a contar de 1 a 10 pela adição de uma unidade ao número anteriormente formado, isto é, pela lei geral de formação dos números, depois de 10 a 100, já na razão de 2, de 3, de 4 etc. Na Figura 57, em relação ao programa do primeiro ano primário, de 1873, são apresentadas orientações como proceder o cálculo mental, no primeiro, segundo e terceiro mês.

FIGURA 57 - Programa de Ensino de Aritmética para as escolas primárias do Rio de Janeiro em 1873 – Cálculo Mental.

ARITHMETICA		
Primeiro anno. Primeira divisão	Segundo anno. Segunda divisão	Terceiro anno. Terceira divisão
<p><b>CALCULO MENTAL</b></p> <p>1º mez: Contar de 1 a 10 — 2º mez: Contar de 10 a 100 em diversas razões, pela adição de numeros simples. — 3º mez: Contar de 100 a 200 a 300, etc., <i>idem</i>. Traçar algarismos.</p>	<p>1º mez: Continuação dos exercicios da divisão. Arithmetica. Noções preliminares. — 2º mez: Numeração, regra para escrever numeros. — 3º mez: Regra para ler numeros, systema decimal e seus corollarios, definição. Exercicios parciais no quadro preto com explicação e assim em todo o ensino desta materia.</p>	<p>1º mez: Adição, subtração e multiplicação de frac. Systema metrico decimal, conhecimento pratico das medidas de superficie, <i>hectaro, aro e centiavo</i>. — 2º mez: Divisão de fracções. Systema metrico decimal, conhecimento pratico das medidas de solidos <i>stereo, decistere</i>. — 3º mez: Fracções decimaes, leitura e escriptura de fracções decimaes, conversão de uma fracção decimal em fracção ordinaria. Systema metrico decimal, relações praticas entre as medidas lineares e as agrarias ou de superficie. Exercicios como no segundo anno.</p>

Fonte: Brasil. Ministério do Império, 1873, (Hemeroteca Digital)

Nesse processo, a criança só poderia resolver uma adição escrita a partir do momento em que houvesse desenvolvido a habilidade para somar verbalmente os nove algarismos uns com os outros de todas as maneiras possíveis, sem utilizar “os dedos das mãos” e “sem esforço da memória”.

[...] Se, porém, precisa fazer esforço de memoria, ou servir-se dos dedos para achar o total, é prova evidente de que não está bastante exercitado no calculo oral [...] e obriga-lo, em taes condições, a fazer operações escriptas, é perder tempo, e retardar o seu adiantamento. Em nossas escolas o menino decora a taboada de principio a fim, e só depois se procede á argumentação salteada. Puro esforço de memoria sem proveito para sua intelligencia! Elle, que apenas decorou uma serie de algarismos collocados em certa ordem, sem comprehender as combinações dos números, é capaz de repetir sem errar toda taboada, mas não pode responder certo a qualquer pergunta sobre ella. E sem este preliminar indispensavel do calculo oral, sem este grande pharol que deve guia-lo no calculo escripto,

toma-se de aborrecimento pela arithmetica, por parecer-lhe cousa muito difficil, calcula sempre com incerteza, e quando vai por diante é com passo mal seguro, como quem caminha às cegas em terreno pouco conhecido (RIO DE JANEIRO, 1872b, p. 3).

Para Almeida, “saber de cor não é saber”. Retoma-se, pois, a pergunta: o entendimento de cálculo mental à época estaria ligado a capacidade do aluno em memorizar a tabuada? Segundo esse intelectual, a resposta é não, pois a memória deveria ser considerada um auxiliar importante, mas nunca supor que a instrução poderia se basear sobre essa faculdade do espírito. Antes de finalizar seu artigo, o autor ainda afirmou que mesmo o ensino baseado na tabuada, teria outros resultados,

[...] se fosse graduado, se a respeito de cada numero se fizesse um serie de exercícos. Assim, depois de repetir a taboada de somar na parte relativa, por exemplo, ao numero 2, o menino deve ser questionado salteadamente em todos os sentidos, combinando o numero 2 com outros números, já somando, já subtrahindo (RIO DE JANEIRO, 1872b, p.3).

Após o aluno desenvolver tais habilidades, cabia ao professor propor diversas combinações, as quais o aluno iria resolver à medida que os números fossem enunciados. Almeida apresenta exemplos das possíveis combinações com o número 2 a partir da tabuada de somar (Figura 58):

FIGURA 58 - Exemplos de combinações com o número 2 proposto por Almeida

*Exemplos*

$$1+1+2+2+2+2=10$$

$$10-2-2-2-2-2=0$$

$$1+2+2+2+2=9$$

$$9-2-2-2-2-1=10$$

$$7+2-1-2+1-2-1+2+2=8$$

Fonte: A Intrução Publica, 2 de jun. 1872b (Hemeroteca Digital)

Segundo Almeida, as imperfeições e lacunas no modo de ensinar dos professores primários residiam, entre outros, no fato de que “[...] os livros elementares, adaptados nas escolas, não tem esta luz pedagógica [...] Abrindo-se um compêndio de arithmetica admitido em nossas escolas, encontrarão logo em princípio

definições, depois a numeração, depois as quatro operações” (RIO DE JANEIRO, 1872b, p.3).

Em se tratando do compêndio *Arithmetica Elementar* de Jardim, publicado em 1879, notamos que o autor, estruturou sua obra propondo um modelo diferente dos parâmetros seguido por autores anteriores que priorizavam a divisão científica da matéria, apresentando primeiramente as definições, seguindo a numeração e por fim as operações. Antes, apresenta em seu livro o ensino gradual dos números por meio da tabuada. Na primeira lição são apresentados os procedimentos do cálculo mental, como contar de 1 a 100, pela adição de uma unidade ao número anteriormente formado, depois 2 a 100, já na razão de 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10; de 11 a 110 na razão de 11; de 100 a 1000 na razão de 100. Posteriormente, são apresentadas as tabuadas de somar, diminuir, multiplicar e dividir, nas quais, cabia ao professor tornar seu ensino graduado, procedendo à argumentação salteada por meio de várias combinações ao final de cada.

Seguindo a análise das demais lições, observa-se como o texto trata das operações, em particular, da adição: na lição 4. O autor apresenta inicialmente, a definição, dizendo que “adicionar ou somar é reunir dous ou mais números da mesma especie em um só que seja igual a todos juntos” (JARDIM, 1879, p.27). Na sequência apresenta a regra, ou seja, como montar o algoritmo da adição.

Escrevem-se as parcelas umas debaixo das outras, de modo que as unidades de uma mesma ordem se correspondam em columnas verticaes; sublinha-se para separarem-se as parcelas da somma, e somão todas as parcelas em columnas verticaes, começando da direita para a esquerda, ajuntado-se a columna seguinte as reservas da precedente, se houver (JARDIM, 1879, p. 27).

Em seguida utiliza-se de uma atividade resolvida para exemplificar a regra, e logo em seguida são apresentados exemplos para o aluno praticar (Figura 59). Como se vê, o conteúdo foi exposto numa sequência de definição, regra, modelo e exemplos para praticar, em conformidade com o método sintético, das partes para o todo.

FIGURA 59 - Exemplos para pratica adição na Arithmetica de Jardim

EX. :

7	1	6	2	2ª somma (prova real)
1	4	9	2	
+	1	5	0	7
2	3	4	8	7
1	8	2	2	
7	1	6	2	1ª somma

Addições ou parcelas } Prova dos nove.

EXEMPLOS PARA PRATICAR

2. libras	3. metros	4. covados	5. kilos	6. reis
231	105	1453	45013	3488120
302	311	2348	8107	28689
124	200	1789	95732	59018390
110	162	4004	85615	8768500
222	120	1822	989	77438866
989	*	11416		

7. Sommar 349+781+9141+74387+83=Somma 167013.

8. A Europa tem 168 milhões de habitantes, a Asia 580 milhões, a Africa 92 milhões, a America 150 milhões e a Oceania 10 milhões. Qual é a população de toda a terra? Som.

9. Foi em 1500 o descobrimento do Brasil, e 322 annos depois fez elle a sua independencia. Qual a época da independencia do Brazil?

Fonte: JARDIM, 1879, p. 28

Nesse registro, em relação às atividades propostas, destaca-se que o autor utilizou a expressão “exemplos para praticar” e, em lições posteriores, faz uso do termo “exercícios para praticar”. Todavia, retomando o Programa da Arithmetica Elementar (índice), observarmos que na discriminação da lição 4 aparece o termo “exercícios e problemas” (Figura 60).

FIGURA 60 - Jardim utiliza o termo problema no índice da Arithmetica Elementar

**Operações fundamentaes**

4ª LIÇÃO.—Adição—o que tem fim—adições ou parcelas—somma ou total—regra para sommar—prova —prova dos nove— prova real—exercícios e problemas.

5ª LIÇÃO.—Subtracção—o que tem por fim—minuendo—subtraendo —resto, excesso ou differença—regra—prova dos nove—prova real—exercícios e problemas.

Fonte: JARDIM, 1879, p. 3

Note-se que ao final, tanto da lição 4 quanto da lição 5, o termo “problemas” aparece, o que se leva a conjecturar que as atividades 8 e 9 propostas ao final da lição 4 (Figura 59) eram consideradas pelo autor como problemas a serem resolvidos pelos alunos.

Em nenhuma das atividades propostas na obra, verificamos a palavra problema, e sim, “exemplos para praticar” ou “exercícios para praticar”, mas conforme o Programa da Arithmetica Elementar, contida nas primeiras páginas do livro, verificamos que o autor, ao listar os conteúdos das 51 lições, ao final de algumas lições (um total de 14), utilizou o termo “exercícios e problemas”, o que implica que o professor, ao final dessas lições deveria ofertar problemas. Desse modo, mesmo não deixando de forma explícita, o autor considerava alguns exercícios como problemas.

Jardim mescla esses tipos de atividades, contudo, não se preocupa em dissociar uma coisa da outra, mas diante do método sintético adotado, qual era a concepção de “problemas”? Segundo Valente (2015, p. 201), os problemas aritméticos, em relação ao método sintético, eram o “[...] modo de expressar o todo, a totalidade, a serem tratados matematicamente e que somente poderia ser resolvidos após longo processo de ensino dos elementos (numeração, operações, sistema de medidas etc)”, ou seja, a resolução de problema era o objetivo final da matéria.

Analisando as referidas lições, nas quais o termo “problemas” aparece no índice, constatam-se que as quatro lições tratam especificamente de operações com inteiros (lições 4, 5, 6 e 7); cinco lições ocupam-se das operações com frações ordinárias (lições 16, 17, 18, 19 e 20); quatro lições abordam as operações com frações decimais (lições 23, 24, 25 e 26) e por fim, a lição 42 propõe atividades sobre o conteúdo do sistema métrico. A partir dessa análise, identificamos nas atividades propostas, um total de 26 exercícios que provavelmente eram considerados pelo autor como problemas a serem resolvidos pelos alunos. Como exemplo, citamos anteriormente, as atividades 8 e 9 proposta ao final da lição 4 que aborda a operação fundamental – soma (Figura 59); e as atividades 6, 7 e 8 propostas ao final da lição 18 (Figura 61) que trata da multiplicação de frações ordinárias, as quais julgam-se consideradas “problemas” pelo autor.

FIGURA 61 - Exemplos para praticar sobre multiplicação de frações na Arithmetica de Jardim

EXEMPLOS PARA PRATICAR

1. Multiplicar $\frac{9}{10}$ por $\frac{7}{8}$	Producto $\frac{63}{80}$
2. Multiplicar 5 por $\frac{5}{12}$	Producto $2\frac{1}{2}$
3. Multiplicar $\frac{4}{7}$ por $2\frac{3}{5}$	Producto $1\frac{17}{35}$
4. Multiplicar $\frac{5^*}{12}$ por 4, e $\frac{6}{35}$ por 7, operando pela divisão.	
5. Multiplicar $\frac{11}{16}$ por $\frac{8}{9}$ , e $\frac{8}{13}$ por $\frac{4}{6}$	
6. Quaes são os tres quartos de tres oitavos de 64?	
7. Um viajante andou 210 kilometros em 3 dias. No primeiro andou $\frac{1}{5}$ do caminho e no segundo $\frac{3}{4}$ . Quantos kilometros andou em cada um dos tres dias?	
8. Custando dois terços do covado de seda 1\$500, qual o preço de $5\frac{1}{2}$ covados?	

Fonte: JARDIM, 1879, p. 57

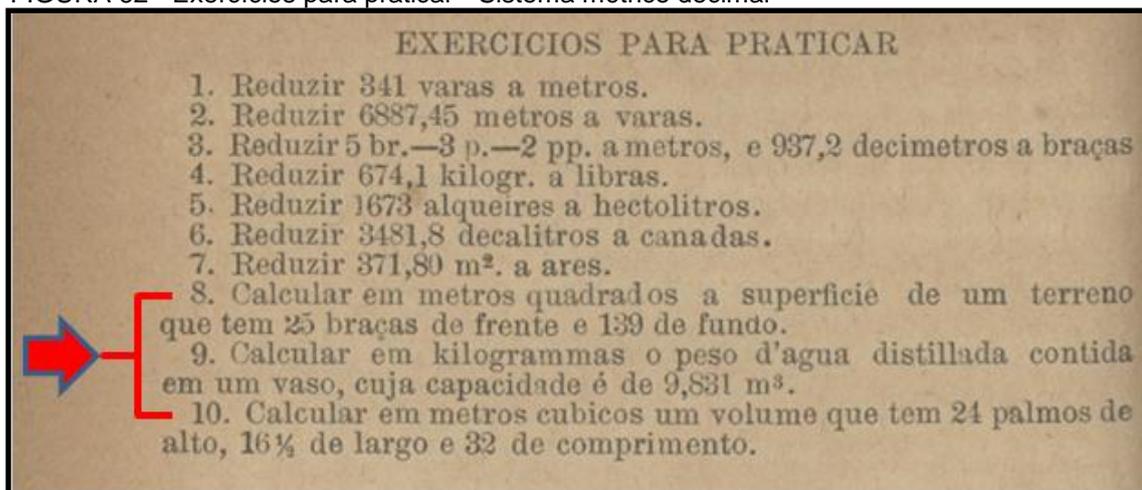
Retomando as análises feitas nas 14 lições, nas quais, o termo “exercícios e problemas” aparecem no índice, percebe-se que existe uma aproximação do que Valente (2016, p. 23) afirma, ou seja, “[...] os problemas eram aplicações do saber aritmético sistematizado. [...] Problemas de recapitulação sobre as quatro operações de inteiros, Problemas sobre frações decimais, Problemas sobre frações ordinárias etc.” (VALENTE et al., 2016, p. 23), ou seja, concepção de problema inerente à vaga pedagógica tradicional, na qual o processo de ensinar aritmética tinha o seguinte percurso,

[...] apresentar definições iniciais, formular pequenos questionários que envolvam essas definições, exemplificar operações com um dado exercício, formular exercícios semelhantes e, em fase posterior, iniciar a criança-estudante na resolução de problemas que incluem conteúdos ministrados nas etapas já vistas (VALENTE et al, 2016, 15).

Na contracapa da Arithmetica Elementar, o autor descreve a obra, dizendo possuir um bem elaborado resumo do sistema métrico decimal. Esse conteúdo encontra-se disposto em 10 lições, ocupando um total de 26 páginas do livro. Jardim (1879, p. 82) inicia a 33ª lição definindo o sistema métrico decimal como “a reunião de todos os pesos e medidas que tem por base o metro” e, define o metro como “a décima milionésima parte da quarta parte do meridiano da terra”. Logo em seguida, expõe

os conceitos de unidade de comprimento, de superfície, de volume e capacidade, de peso e monetária, no qual apresenta as características do franco, “moeda de peso de 5 grammas e prata, na qual se contém um décimo de liga de cobre”. Ao final das dez lições são apresentados na lição 42, dez exercícios para praticar, conforme a Figura 62:

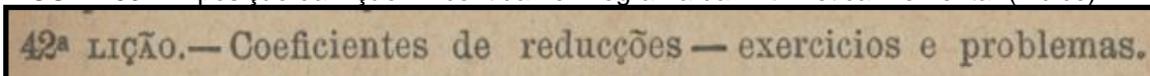
FIGURA 62 - Exercícios para praticar - Sistema métrico decimal



Fonte: JARDIM, 1879, p. 108

Os exercícios propostos nos itens 8, 9 e 10, respectivamente, cálculo de área; transformação de litros para quilograma e o cálculo de volume, são inferidos como sendo problemas em função da descrição da lição 42 contida no Programa da Arithmetica Elementar (Figura 63),

FIGURA 63 - Exposição da Lição 42 contida no Programa da Arithmetica Elementar (índice)



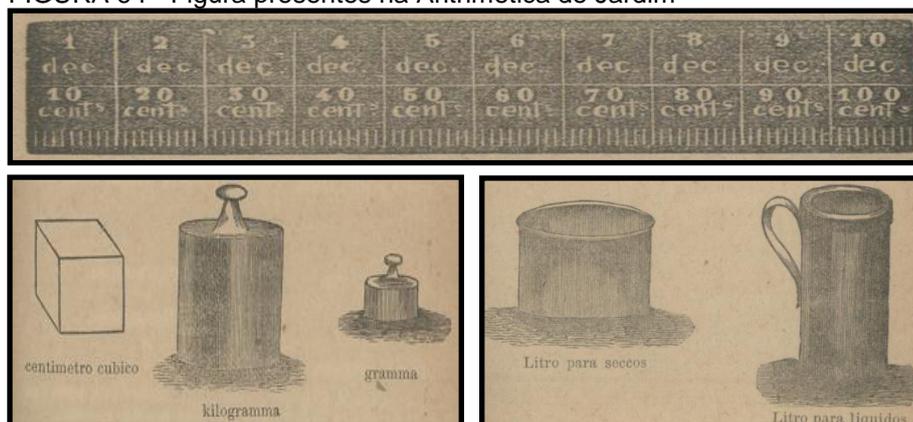
Fonte: JARDIM, 1879, p. 8

Seguindo a análise, anteriormente afirmamos que Jardim estruturou sua Arithmetica segundo o método sintético, todavia, é possível perceber a utilização do método intuitivo na elaboração dessa obra, ou seja, Jardim era intuitivo-sintético? Bem, no final do século XIX, conforme Valente (2015, p. 201), “[...] os novos livros didáticos de matemática para os primeiros anos escolares, revelam dois modos de

apropriação da nova vaga pedagógica<sup>82</sup>, dos quais, destacamos o método intuitivo-sintético, vertente que assumiu o método intuitivo, mantendo a estruturação herdada dos conteúdos, em acordo com o método sintético, ou seja, o “[...] texto-didático segue a ordem lógica já classicamente estabelecida, porém utilizando concretizações” (VALENTE, 2015, p. 206). Dito de outra forma, utiliza-se os conteúdos sob a forma de elementos, realizando a marcha das partes para o todo e o método intuitivo como necessidade de concretizar os referentes abstratos. No entanto, sua obra praticamente não apresenta gravuras, elemento de grande importância no processo intuitivo, haja vista, acionarem um dos sentidos que é a visão podendo dessa forma inferir certas possibilidades de apreensão. Portanto, Jardim não era intuitivo-sintético.

Identificamos apenas 12 figuras, todas concentradas nas lições referentes ao Sistema Métrico Decimal. São imagens de equipamentos utilizados cotidianamente para a medição do comprimento, volume, área e peso, tais como: metro, cubos, cilindros, peso de balança, entre outros. Na Figura 64, apresentam-se alguns desses equipamentos presentes nas obras.

FIGURA 64 - Figura presentes na Arithmetica de Jardim



Fonte: JARDIM, 1879.

A observação dessas figuras pelos alunos se inscreve na perspectiva de um ensino com uma dimensão concreta, todavia, esse autor, não toma essa orientação como

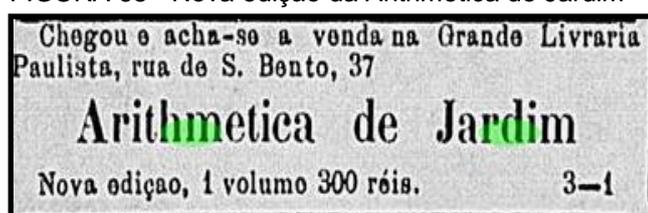
<sup>82</sup> “A vaga intuitiva inscreve-se no rol das pedagogias modernas surgidas a partir de finais do século XIX, sob inspiração dos trabalhos de Pestalozzi. As *lições de coisas*, forma pela qual o método de ensino intuitivo foi vulgarizado é (sic), na realidade, a primeira forma de intuição – a intuição sensível” (VALENTE, 2015, p. 200).

regra para toda a sua obra. São destinadas 41 lições para aritmética e, em nenhuma delas são apresentadas figuras no sentido de buscar exemplos e relações com a vida cotidiana do aluno e, dessa forma, concretizar os conteúdos abstratos.

Todas as 12 figuras foram utilizadas apenas como recurso didático. A ilustração do peso de balança fora utilizado para exemplificar a existência de 24 pesos de diversos tamanhos desde 50 quilogramas até 1 milígrama. Já a ilustração do copo na forma de litro, foi utilizada para medir líquidos e secos, exemplificando a diferença nas dimensões do cilindro para ambos. O cilindro para medição dos líquidos secos deveria ser de madeira ou ferro, apresentado altura interna a dois terços do seu diâmetro. Já o litro para o líquido era de estanho e a sua altura deveria ser o dobro do diâmetro. Destacamos ainda, a imagem do metro, utilizada logo no início da lição. A figura foi utilizada para ilustrar o tamanho ou comprimento de um metro dividido em 10 decímetros, em que cada decímetro é dividido em 10 centímetros, em que ainda pode ser subdividido em 10 milímetros.

Em relação ao número de edições, constatamos que após a publicação de 1879, novas tiragens existiram dessa obra. Em 1882, por exemplo, o jornal Correio Paulistano, em São Paulo, anunciava em suas páginas o lançamento de uma nova edição (Figura 65).

FIGURA 65 - Nova edição da Arithmetica de Jardim - 1882



Fonte: Correio Paulistano, 11 de ago. 1882 (Hemeroteca Digital)

Anos mais tarde, o jornal *A Cruzada*, periódico que circulava no Estado do Maranhão, datado de 23 de janeiro de 1891, faz referência a uma nova edição (Figura 66).

FIGURA 66 - Nova edição da Arithmetica de Jardim - 1891

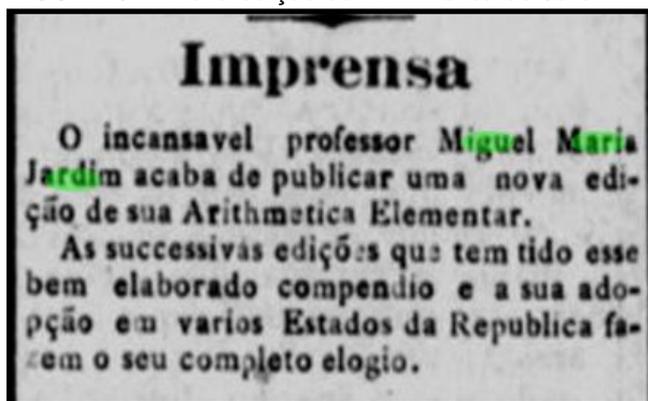
<p><b>LIVRARIA AMARAL</b> 29—RUA DE NAZARETH—29</p> <p>Esta livraria tem um completo e variado sortimento de todos os livros e compendios de instrucção primaria, admittidos nos diversos collegios e aulas publicas e particulares, como sejam:</p> <p><i>Primeiro, Segundo e Terceiro Livros de Leitura do Barão de Macahubas</i></p>	<p><i>Novo Primeiro, Segundo, Terceiro e Quarto Livros de Leitura de Hilario Ribeiro. Chamamos a attenção dos Srs. professores para estes livrinhos, que se podem considerar verdadeiros livros de ouro da infancia, alguns dos quaes já contão 23 edicções successivas, tendo alem disso sido premiados nas Exposições do Rio de Janeiro 1887 e Paris 1889.</i></p> <p><u><i>Arithmetica de Jardim</i></u>, ultima edicção, que traz as novas moedas da Republica.</p>
---	---

Fonte: A Cruzada, 23 de jan. 1891 (Hemeroteca Digital)

Trata da última edição publicada por Jardim, cujo conteúdo apresenta as novas moedas nacionais utilizadas no início do período republicano. Constatamos, ainda, que a Livraria Amaral antecede os títulos (o comunicado apresenta um total de nove livros), afirmando que são todos livros e compêndios de instrução primária, admitidos nos diversos colégios e aulas públicas e particulares do estado, o que nos leva a concluir que a Arithmetica de Jardim foi adotada nas escolas do Estado do Maranhão em 1891.

Essa nossa investigação constatamos que a Arithmetica Elementar de Jardim circulou em vários estados brasileiros, por no mínimo quatro décadas. Mediante a difusão realizada pelos jornais e perante o parecer positivo de diretores da Instrução Pública, Conselho Central e de instituições como a Escola Normal, a obra de Jardim foi adotada em vários estados. Dessa forma, foi utilizada por vários alunos e professores das escolas primárias, tanto públicas quanto particulares, levando desse modo a alcançar o sucesso editorial. Vinte anos após a publicação da obra analisada nessa pesquisa, podemos encontrar referência de uma nova edição (Figura 67).

FIGURA 67 - Nova edição da Arithmetica de Jardim - 1899



Fonte: O Fluminense, 07 de jun. 1899b (Hemeroteca digital)

O jornal *O Fluminense*, em 11 de fevereiro de 1899, publicou um artigo intitulado *Um Livro Didactico*, no qual faz referência a obra de Jardim. O autor do artigo, identificado pela letra J., inicia fazendo uma crítica a qualidade dos compêndios que circulavam pelas escolas, que só atendiam aos interesses particulares dos editores e autores. Raramente era encontrada nos compêndios a condição de método no desenvolvimento da matéria, do seu resumo e integralização, da grandeza do tipo de impressão e da linguagem empregada, o que conforme esse autor implicava que “os compêndios que são adaptados carecem de séria revisão, e muitos delles precisam ser rejeitados” (RIO DE JANEIRO, 1899a, p. 1).

Um dos pontos do programa escolar mais descuidado, segundo o autor, era o da aritmética, apesar de existirem vários compêndios que tratavam desse ponto. Entretanto, ao analisar o compêndio de Jardim, concluiu que essa obra soubera guardar a média entre o necessário desenvolvimento da matéria e a restrição imposta ao seu desenvolvimento. Em observância a tal fato, fez-se necessário apresentar na íntegra o posicionamento desse autor referente à *Arithmetica Elementar* de Jardim, como segue:

Queremos fallar de um recente trabalho do operoso professor jubilado, o sr. Miguel Maria Jardim, muito conhecido no nosso mundo pedagogico, um homem que tem levado a vida a se occupar com as cousas do ensino no territorio fluminense, ha muitos annos, e hoje o introductor da livraria e papelaria entre nós. Intitula-se o novo compendio – *Arithmetica Elementar* (2º anno) e pode ser admitido com vantagens nas classes primarias em geral, nas adiantadas e nos cursos secundários mesmo, si atendermos a que, antes da abstração mathematica, o estudante precisa conhecer a materia praticamente, para com segurança poder prosseguir. O livro não é volumoso, contém apenas 164 paginas e, contudo, nellas encerra tudo

quanto se pode exigir sobre arithmetica, - tal é a synthese em que, com a autoridade da experiência que tem o autor a encerrou.

Desde as simples taboadas até ás regras de tres e suas numerosas applicações, os systemas de numeração, o trabalho abrange toda a arithmetica, incluindo muitos esclarecimentos interessantes sempre e que os outros compendios não contêm. Alem disto, a cada ponto exposto com clareza e concisão seguem-se exercícius, e no capitulo referente ao systema metrico decimal ha os modelos dos differentes pesos e medidas, de moedas nacionaes e estrangeiras, etc. Por outro lado e ao passo que o methodo seguido adapta-se bem ás nossas necessidades escolares, a nova **Arithmetica Elementar** reúne a condição de modicidade no preço, circunstancia que não é para desprezar, porque todos sabem quantos exemplares de compendios o alumno estraga para estudar a materia em gráo rudimentar. Poderíamos aduzir algumas observações sobre diversos pontos do livro, em contrario à opinião do autor; mas serviriam ellas somente para patentear o nosso modo de ver e não destruiriam de forma nenhuma a excellencia do trabalho, que certamente veio prestar um bom serviço à didactica, cujos elementos, - os processos, - dependem do professor, e o sr. Miguel Maria Jardim, como outrora, ainda é um professor, às voltas sempre com os livros (*sic*) e com os colegas, a quem serve. A **Arithmetica Elementar** já esta adoptada em muitos Estados da União Brasileira pelos competentes conselhos de intrução, como os do nosso, da Bahia, das Alagôas, do Pará e do Espírito-Santo (RIO DE JANEIRO, 1899a, p.1, grifos do autor).

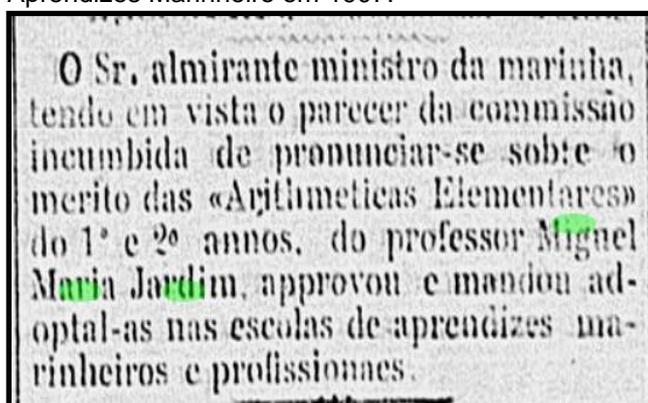
Diante do que fora relatado, constatamos que os estados do Rio de Janeiro, Bahia, Alagoas e Espírito Santo adotaram a Arithmetica Elementar de Jardim no período de 1879 a 1899, circulando nesses estados por no mínimo vinte anos. Com relação ao número de páginas, a nova edição possui 36 a mais que a edição analisada nessa pesquisa, na qual continuam apresentando os conteúdos como a tabuada, regra de três, sistema de numeração, sistema métrico decimal - com os novos modelos de pesos e medidas, incluindo as novas moedas nacionais e estrangeiras. Já em relação ao método adotado, não está explícito qual era utilizado por Jardim, enfatizando porém, que se adaptava às necessidades escolares da época.

Com o advento da República, Benjamin Constant, professor de matemática na Escola Militar e, posteriormente, ministro da Instrução Pública, por meio do Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890, realizou uma reforma educacional em âmbito nacional, reformulando o ensino primário e secundário e conforme Legros e Siqueira Filho (2016, p. 18), “A partir de então, o ensino primário, livre, gratuito e laico seria ministrado em escolas públicas de duas categorias: 1º e 2º graus, [...] O ensino do 1º grau abrangeria três cursos [...] os quais deveriam ser contemplados pela aplicação do methodo intuitivo”. Logo, como as escolas primárias deveriam seguir o método previsto na Reforma empreendida por Benjamin Constant, e diante da alegação que

a obra de Jardim atendia às necessidades escolares, pode-se conjecturar que, o método seguido por esse autor, na nova edição da *Arithmetica Elementar*, muito provavelmente, tenha sido o Intuitivo, o que pode explicar o acréscimo das novas páginas para atender a nova legislação.

Anos mais tarde, mais precisamente, em 06 de setembro de 1907, conforme publicação do jornal *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, a *Arithmetica* de Jardim continuava sendo editada e circulava pelas escolas brasileiras.

FIGURA 68 – *Arithmetica* de Jardim é adotada nas Escolas de Aprendizes Marinheiro em 1907.



Fonte: *Gazeta de Notícias*, 06 de set. 1907b (Hemeroteca digital)

#### Transcrição do documento

QUADRO 17 – *Arithmetica* de Jardim é adotada nas Escolas de Aprendizes Marinheiro em 1907.

O Sr. almirante ministro da marinha, tendo em vista o parecer da comissão incumbida de pronunciar-se sobre o mérito das *Arithmeticas Elementares* do 1º e 2º anos, do professor Miguel Maria Jardim, aprovou e mandou adopta-las nas escolas de aprendizes marinheiros e profissionais.

Fonte: *Gazeta de Notícias*, 06 de set. 1907b (Hemeroteca digital)

O noticiário se refere ao almirante Alexandrino Faria de Alencar, nomeado Ministro da Marinha do Brasil em 1906, por Afonso Augusto Pena, após assumir a presidência do Brasil. Alencar, por meio do Decreto nº. 6.582, de 1º de agosto de 1907, reformulou o ensino nas Escolas de Aprendizes Marinheiros, as quais passaram a ser divididas em duas categorias: Escolas Primárias ou de 1º grau; Escolas Modelos ou de 2º grau, como descritas em seus artigos 5º e 6º:

Art. 5º. As escolas-modelos serão estabelecidas nos Estados do Rio Grande do Norte, Bahia, Capital Federal e Rio Grande do Sul.

Art. 6º. As escolas primarias serão estabelecidas nos Estados marítimos da Republica, não mencionados no artigo anterior, e nos Estados do Amazonas e de Matto Grosso (BRASIL, 1907).

Isto posto, a Arithmetica Elementar perfez, em 1907, uma circulação em 18 estados brasileiros: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraná, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe.

### 3.3 OS PROGRAMAS DE ENSINO NA DÉCADA DE 1870

Na sequência apresentada, consiste em cotejar a aritmética *a ensinar* preconizada na Arithmetica Elementar de Jardim com os Programas de Ensino vigentes na década de 1870, período inserido no chamado Segundo Império.

Com o fim do período colonial, após a Proclamação da Independência do Brasil com relação a Portugal, em 1822, começa uma nova fase política que, historicamente, ficou conhecida por Brasil Império. O império brasileiro se estendeu até a instauração da República em 1889. Esse regime de governo fora dividido em três fases: O primeiro império (1822-1831) – reinado de D. Pedro I até sua abdicação do trono do Brasil; o período das regências durante a menoridade de D. Pedro II (1831-1840) e Segundo Império (1840-1889) – reinado de D. Pedro II desde sua maioridade até a Proclamação da República.

Segundo Gontijo e Gomes (2013), durante o período imperial (segundo reinado) a província do Espírito Santo passou por três reformas educacionais, as quais vigoraram no período de 1873 até o fim do império, estendendo até 1892, no qual se tem a primeira reforma educacional, empreendida pelo presidente Muniz Freire<sup>83</sup>, sob os ideários liberal e positivista. As três reformas são: O Regulamento de 20 de fevereiro de 1873, o Regulamento de 17 de dezembro de 1877 e o Regulamento de 15 de setembro de 1882. Conforme as autoras, em 1884, voltou a vigorar o Regulamento de 1877, com pequenas alterações contidas na Resolução n. 86 de 19

<sup>83</sup> José de Mello Carvalho Moniz Freire, presidente do Estado nos períodos de (1892-1896) e (1900-1904).

de maio de 1884, o qual permaneceu vigente até o ano de 1892<sup>84</sup>. O presidente Miguel Bernardo Vieira Amorim<sup>85</sup> “justificou a suspensão do Regulamento de 1882 dizendo que, mesmo correndo o risco de ser acusado de ‘retrógrado, apegado às velhas formas’, não acreditava nas doutrinas nele contida” (GONTIJO E GOMES, 2013, p. 26). No âmbito educacional da década de 1870, passaremos a discorrer sobre os dois regulamentos vigentes, buscando identificar os conteúdos previstos para o ensino de aritmética na escola primária.

Em 1879, quando a Arithmetica de Jardim é adotada no Estado do Espírito Santo, a legislação vigente responsável por organizar a Instrução Pública fora o Regulamento de 17 de dezembro de 1877, mas conforme publicado no jornal *A Província do Espírito Santo*, em 8 de dezembro de 1882, “[...] desde 1873, na presidência do ilustrado Dr. João Thomé, que incontestavelmente fez muito n’esta matéria, nem uma forma eficaz sofreu o ensino publico na Província” (ESPÍRITO SANTO, 1882, p. 1). Nesse sentido, antes de discorrer sobre o Regulamento de 1877, no que concerne ao programa do ensino primário, apresentaremos alguns pontos do Regulamento de 1873, empreendido durante o governo de João Thomé da Silva<sup>86</sup>.

Thomé da Silva, após assumir a presidência da província, em 1872, reformulou a Instrução Pública do Espírito Santo, por meio do Regulamento de 20 de fevereiro de 1873, aprovado mediante resolução. A Reforma reorganizou a Instrução Pública Primária e Secundária, além de criar a primeira Escola Normal do estado, cujo objetivo era habilitar os candidatos ao magistério (ESPÍRITO SANTO, 1873).

De acordo com esse regulamento, que fora publicado em 08 de maio de 1873, no jornal *O Espírito-Santense*, a instrução primária era dividida em duas categorias:

---

<sup>84</sup>O projeto de reorganização da instrução pública do Estado do Espírito Santo foi um trabalho confeccionado pela comissão nomeada em três de julho de 1889, na administração interina do Sr. Barão Monjardim, “com a incumbência de consolidar a legislação existente sobre a instrução publica, introduzindo os melhoramentos aconselhados pela ciência e prática d’essa legislação” (ESPÍRITO SANTO, 1890e, p.2). A comissão nomeada era composta pelos seguintes membros: Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire, como relator, Dr. José Joaquim Pessanha Póvoa e João Aprizio Aguirra. O trabalho dessa comissão tinha como alvo a melhoria da instrução publica do Estado do Espírito Santo. A nova organização da Instrução Pública para o ensino primário e secundário passou a ser regulamentado pelo Decreto nº 2 de 4 de julho de 1892, emitido por José de Mello Carvalho Moniz Freire, presidente do Estado do Espírito Santo.

<sup>85</sup> Miguel Bernardo Vieira Amorim, presidente da Província do Espírito Santo no período de 30 de abril de 1883 a 12 de janeiro de 1884 (ESPÍRITO SANTO, 1884).

<sup>86</sup> João Thomé da Silva, presidente da Província do Espírito Santo no período de 28 de dezembro 1872 a 8 de outubro de 1873 (ESPÍRITO SANTO, 1873).

escolas de instrução primária elementar, chamada de primeiro grau, e escolas de instrução primária superior, denominadas de segundo grau. As escolas de primeiro grau, segundo o regulamento, foram ainda classificadas em três categorias: escolas de 1ª entrância; escola de 2ª entrância; escolas de 3ª entrância.

Conforme o regulamento, havia distinção entre o ensino primário elementar e o ensino primário superior, assim colocada:

[...] Pela instrução primaria elementar desenvolve-se a intelligencia, pela primaria superior aperffeiçoa-se; e deve-se primeiro cuidar de desenvolvê-la, para que depois se tracte de aperffeiçoa-la; [...] importa o conhecimento das primeiras lêtras, que não é dado faltar ao cidadão; esta, posto que importe igualmente um dever. (ESPÍRITO SANTO, 1873a, p. 7).

Para esses dois níveis de ensino, houve acesso a poucas informações sobre o programa de matemática, já que o regulamento não foi publicado na íntegra e, sim em pequenas porções no jornal *O Espírito-Santense*. Entretanto, a resolução n. 117 de 24 de maio de 1873, que fornece orientações para o exame de habilitação ou capacidade e concurso para o magistério da Instrução Primária, indicam vestígios que sinalizam alguns desses conteúdos.

O candidato que pleiteasse as cadeiras de 1º grau de instrução primária elementar deveria realizar o exame de habilitação nas seguintes matérias: leitura, escrita e regras de caligrafia, noções gerais de gramática portuguesa, doutrina cristã, princípios elementares de aritmética e suas aplicações em números inteiros, sistema de pesos e medidas nacional, sistema e métodos do ensino. Já os candidatos às cadeiras de 2º grau da instrução primária superior, além das matérias pertencentes à cadeira do 1º grau, deveriam realizar o exame nas seguintes matérias: análise gramatical e lógica de qualquer trecho de autor clássico, aritmética até proporções e suas aplicações, teoria e prática do sistema métrico, redução das medidas e pesos deste sistema aos do Império, elementos de Geografia, principalmente do Brasil, elementos de História, com especialidade do Brasil, noções de história sagrada, princípios de Filosofia, geometria prática, agrimensura, desenho linear e noções de música (ESPÍRITO SANTO, 1873c).

Em relação ao exame de aritmética das cadeiras de 1º grau, conforme a resolução, o examinador ao avaliar deveria ditar problemas dentro do plano do ensino primário,

que julgasse conveniente, inclusive conteúdo de sistema de pesos e medidas. Dessa forma, verificamos que o candidato a vaga de professor da instrução primária do 1º grau era avaliado nos conteúdos de aritmética previstos no programa do ensino primário, conforme segue:

QUADRO 18 – Conteúdos de Aritmética previstos no Regulamento da Instrução Primária em 1873

<b>Instrução Primária do 1º Grau (ensino elementar)</b>	- Princípios elementares de aritmética e suas aplicações em números inteiros. - Sistema de pesos e medidas nacional.
<b>Instrução Primária do 2º Grau (ensino superior)</b>	- Aritmética até proporções e suas aplicações. - Teoria e prática do sistema métrico. Redução das medidas e pesos deste sistema aos do Imperio. - Geometria prática. - Desenho linear.

Fonte: Adaptado do jornal O Espírito-Santense, 31 de mai. 1873c (Hemeroteca Digital)

Em 20 de maio de 1873, Thomé da Silva aprovou a resolução que passou a organizar o ensino na Escola Normal<sup>87</sup>. Acerca do Programa de Ensino a resolução destacava o estudo das seguintes matérias, assim, distribuídas em quatro cadeiras em um curso de dois anos:

QUADRO 19 – Currículo da Escola Normal em 1873

<b>1º ANO</b>	1ª Cadeira	- Leitura. - Escrita. - Gramática e Língua Nacional.
	2ª Cadeira	- Aritmética e Sistema legal de pesos e medidas.
<b>2º ANO</b>	1ª Cadeira	- Noções de geografia e Elementos de Cosmografia. - Noções de História Universal e História do Brasil. - Doutrina Cristã.
	2ª Cadeira	- Pedagogia. - Desenho Linear. - Geometria. - Noções de Filosofia.

Fonte: O Espírito-Santense, 29 de mai. 1873b (Hemeroteca Digital)

<sup>87</sup> Conforme o art. 1º da resolução, “O fim da Escola Normal da Cidade da Victoria é dotar a Província com um pessoal de professores habilitados para o ensino da instrução primaria por meio methodico e educação exemplar”. E de acordo com o art. 4º o ensino normal era ofertado no Atheneu Provincial e no Colégio Nossa Senhora da Penha, sendo as lições aos meninos e meninas ministradas em dias alternados (ESPÍRITO SANTO, 1873b, p. 1).

As quatro cadeiras compreendiam rubricas contendo os saberes específicos para a a profissão de ensinar e de acordo com o programa da 2ª cadeira do 1º ano, o curso compreendia os seguintes conteúdos para o ensino de Aritmética e Sistema legal de pesos e medidas:

QUADRO 20 – Conteúdo da 2ª cadeira do 1º ano da Escola Normal - 1873

<b>Arithmetica</b>	Este curso compreende a numeração, as quatro operações fundamentais, frações, complexos, regra de três, de juros, descontos, companhia e liga, noções do quadrado e do cubo e suas raízes.
<b>Sistema legal de pesos e medidas.</b>	Sistema de pesos e medidas nacional, e sistema métrico decimal, conversão de umas medidas nas outras, devendo o professor propor problemas, que tenham analogia com os usos da vida.

Fonte: O Espírito-Santense, 29 de mai. 1873b (Hemeroteca Digital)

Ao analisar o Programa de Ensino na Escola Normal, de 1873, identificamos uma *expertise* necessária ao professor que ensinava aritmética, uma indicação de uma habilidade que compõe a aritmética *para ensinar*. Havia a seguinte orientação: “[...] devendo o professor propor problemas, que tenham analogia com os usos da vida” (ESPÍRITO SANTO, 1873b, p. 1). Conforme essa prescrição, o professor responsável por formar futuros professores primários, ao conduzir suas aulas no que concerne ao ensino da aritmética, deveria realizá-la de forma a

[...] estabelecer relações existentes entre os conteúdos escolares e a vida, em outros termos, tornar os alunos aptos a fazer usos dos saberes aritméticos na sua atuação em sociedade. Isso implica em dominar e ensinar, não somente os conteúdos, mas conhecer e mostrar os campos e situações em que é possível sua aplicação (ROCHA, 2017, p. 110).

Outrossim, havia uma segunda orientação no que tange ao ensino do sistema legal de pesos e medidas. “[...] O professor fará o maior empenho, em que os alumnos conheçam bem o systema decimal e o uso dos pesos e medidas segundo o systema métrico” (ESPÍRITO SANTO, 1873b, p. 1).

Tendo em consideração o programa da 2ª cadeira do 2º ano, em relação à rubrica de Pedagogia, verificamos que o ensino se dividia em três partes: “[...] 1ª da

educação em geral e da educação escolar; 2ª dos métodos de ensino e **da disciplina escolar**; 3ª dos caracteres, que distinguem um mestre de escolar e de seus deveres” (ESPÍRITO SANTO, 1873b, p. 1, grifos nosso). O conhecimento vinculado nessas três etapas configura uma expertise necessária à profissão de ensinar, ou seja, um saber *para ensinar* no ensino primário.

Conforme o regulamento de 1873, o professor público primário deveria “[...] Manter a ordem e disciplina nas escolas, dando aos alunos exemplos de civilidade, e educação” (ESPÍRITO SANTO, 1873a, p. 15). Nesse sentido, os professores primários, para estimular os alunos no cumprimento de seus deveres, conforme o art. 105 deveria usar os seguintes meios disciplinares: “[...] 1º – Elogio; 2º – Cartão de boas notas; 3º – Bilhetes de satisfação; 4º – Lugar de distinção; 5º – Premos”. Já como corretivo ou punição às faltas deveria ser empregado: “[...] 1º – Reprehensão; 2º – Perda das boas notas e bilhetes de satisfação; 3º – Estudo em pé, por espaço de cinco a vinte minutos; 4º – Braços cruzados, por dez a trinta minutos; 5º – Perda dos prêmios; 6º – Aviso aos pais, ou tutores, para maior castigo; 7º – Expulsão da escola” (ESPÍRITO SANTO, 1873a, p. 15). Tais meios disciplinares permaneceram iguais no regulamento de 1877.

Podemos dizer que na década de 1870, os meios disciplinares eram dispositivos pedagógicos utilizados pelos professores primários capixabas no sentido de atender um conjunto de normas e práticas escolares impostas pela cultura escolar da época que, segundo Julia (2001, p. 22), implica “[...] no remodelamento dos comportamentos”.

Em relação aos livros utilizados na escola primária, o regulamento de 1873 salientava que os professores primários só poderiam fazer uso nas aulas de livros ou compêndios que fossem autorizados pelo Conselho. Verificamos que na década de 1870, já existiam políticas de incentivo, por parte do governo capixaba para que os professores produzissem compêndios ou obras de instrução primária. Conforme o Regulamento de 1873, o professor que tivesse a obra aprovada pelo Conselho Central e adotada nas escolas, teria direito a uma gratificação, “[...] arbitrada pelo Presidente da Província, conforme a qualidade e mérito do trabalho” (ESPÍRITO SANTO, 1873a, p. 18). Ainda, sobre as políticas de incentivos à produção de obras didáticas, não só no Espírito Santo, mas em outros estados brasileiros, Bittencourt

(1993, p. 19, grifos da autora) afirma que “[...] as críticas em relação aos livros estrangeiros aumentaram nas décadas de 70 e 80, aparecendo, então, projetos de construção de obras didáticas *genuinamente nacionais*”.

Em 1877, o presidente da província Afonso Peixoto de Abreu Lima<sup>88</sup>, durante os poucos meses que administrou a província do Espírito Santo, três foram os assuntos que prenderam sua atenção: a colonização, a instrução pública e as finanças da província. Em relação à instrução pública, no relatório apresentado no dia 19 de fevereiro de 1878 ao novo presidente da província<sup>89</sup>, assim declarou:

Quando as portas da Instrucção se abrem, as grades das prisões se fecham: o crime só alcança seu colo, onde a ignorancia exerce no espirito do homem tão perniciosa influencia que o deixa sem a menor noção do bem, do justo e do honesto (ESPÍRITO SANTO, 1878c, p. 21).

Após assumir o governo da província e, tendo como objetivo o progresso do ensino primário e secundário, reformulou a Instrução Pública do Espírito Santo por meio do Regulamento de 17 de dezembro de 1877, o qual era composto por 192 artigos. De acordo com o art. 1º do regulamento supracitado, publicado no jornal O Espírito-Santense, em 20 de dezembro de 1877<sup>90</sup>, a direção e inspeção do ensino eram exercidas pelo presidente da província, ficando sujeita a fiscalização do Inspetor Geral e do Conselho Central da Instrução Pública.

Segundo o regulamento, a instrução primária e elementar, obrigatória para todos os indivíduos livres, maiores de sete anos e menores de quatorze, era fornecida nas escolas de primeiras letras para os dois sexos, assim classificadas: 1ª entrância – escolas das freguesias e distritos; 2ª entrância – escolas das sedes das vilas e 3ª entrância – escolas das cidades (ESPÍRITO SANTO, 1877d). Já em relação ao currículo do curso primário, segundo o sexo, um único programa é apresentado no art. 27.

O ensino das escólas publicas primarias comprehende:  
1.º Leitura e calligraphia.  
2.º Elementos de Grammatica Portugueza.  
3.º Exercicio de correspondencia epistolar.

<sup>88</sup> Presidente da Província do Espírito Santo no período de 23 de julho de 1877 a 19 de fevereiro de 1878 (ESPÍRITO SANTO, 1878c).

<sup>89</sup> Alpheu Adolpho Monjardim d’Andrade e Almeida.

<sup>90</sup> O Regulamento de 17 de dezembro de 1877 fora publicado no jornal O Espírito-Santense em três edições seguidas (152, 153 e 154) no ano de 1877.

- 4.º Doutrina Christã, e elementos da Historia Sagrada.  
 5.º Elementos de Historia e Geographia patria, principalmente da província.  
 6.º **Elementos de Arithmetica em suas applicações em números inteiros, decimaes, quebrados e complexos.**  
 7.º Systema legal de pezos e medidas.  
 8.º Costuras e trabalhos de agulhas mais necessarios nas escólas para o sexo feminino (ESPÍRITO SANTO, 1877d, p. 2, grifos nosso).

Os professores primários ao lecionar essas matérias deveriam adotar um método de ensino, o qual era determinado de forma explícita pelo regulamento no art. 39, como sendo o misto ou simultâneo<sup>91</sup>. Todavia, conforme os recursos e necessidades das escolas, o Inspetor Geral mediante aprovação do Conselho Central poderia adotar outro método que julgasse conveniente.

Conforme o art. 29, o ensino público secundário era ministrado em dois Colégios: o Atheneu Provincial – para o sexo masculino e, Nossa Senhora da Penha – para o sexo feminino, o que prevalece em relação ao Regulamento de 1873. Acerca do Programa de Ensino o art. 109 destacava o estudo das seguintes matérias:

QUADRO 21 – Currículo dos dois Colégios Atheneu Provincial e Nossa Senhora da Penha – 1877.

Atheneu Provincial	Nossa Senhora da Penha
Língua, Literatura Nacional e Desenho linear. Língua Latina. Língua Francesa. Língua Inglesa. Geografia. História Universal. <b>Aritmética e Álgebra até equações de 2º grau.</b> Geometria, Trigonometria e retilinea. Retórica e Poética. Filosofia	Língua, Literatura Nacional e Desenho linear. Língua Francesa. Geografia, História Sagrada e a do Brasil. <b>Aritmética até proporções.</b> Música, piano e canto.

Fonte: Adaptado do Regulamento de 1877 (Hemeroteca Digital)

<sup>91</sup> Oliveira (2013, p. 51) explica que a partir de 1830, educadores reconheceram que o método simultâneo era o que melhor se adequava às especificidades das escolas brasileiras. A nova metodologia de ensino, permitia a organização de classes mais homogêneas, a otimização do tempo escolar, a organização dos conteúdos em diversos níveis, dentre outros elementos, mas “[...] a sua principal característica era a de atender a um número maior de alunos simultaneamente”. Para êxito do novo método, o quadro negro foi uma peça fundamental, pois dava condições ao professor de atender diversos grupos de uma só vez. Todavia, “[...] a utilização do método simultâneo não obteve êxito diante do retardamento do Estado na construção de espaços escolares próprios para o uso do método”. No Espírito Santo esta construção começou ocorrer no início do século XX com a criação dos grupos escolares (PEZZIN, 2015).

Em conformidade com o art. 110, o professor que lecionava no Atheneu Provincial, Aritmética e Álgebra, também deveria lecionar, em dias alternados, Aritmética no Colégio Nossa Senhora da Penha, sem receber nenhum acréscimo no salário.

Cabia ao Conselho Central de Instrução, deliberar sobre vários assuntos referentes a instrução pública, sempre presidido pelo Inspetor Geral, o qual não tinha direito a voto. Além das atribuições que lhe era conferido e determinado pelo regulamento, conforme o art. 16, outros assuntos estavam aos cuidados do Conselho,

1º - O exame dos melhores methods e systema pratico de ensino.

2º - **A revisão e adoção de compendios e livros adoptado para o uzo das aulas.**

3º - Dar parecer sobre a suspensão de escolas, no caso do Art. 14 da Lei nº 33 de 1876 e Art. 14 da Lei n.º 14 de 1877.

4º - Opinar sobre a remoção, suspensão, accesso e demissão dos professores (ESPÍRITO SANTO, 1877d, p.1, grifos nossos).

O art. 35 salientava que nas escolas não poderia ser admitido livros ou compêndios que não fossem autorizados pelo Conselho Central da Instrução Pública<sup>92</sup>. Na gestão de Abreu Lima, conforme o jornal *O Espírito-Santense*, publicado em 06 de outubro de 1877, foram nomeados para compor o Conselho Central, Tito da Silva Machado e os capitães Basílio Carvalho Daemon e Francisco Rodrigues de Barcellos Freyre (ESPÍRITO SANTO, 1877c). Segundo o art. 6º, os três membros do conselho não poderiam ser professores efetivos ou interinos do ensino primário ou secundário, conforme estava previsto no art. 20 da Lei n.º 14 de 27 de abril de 1877 (ESPÍRITO SANTO, 1877d).

Provavelmente, o Conselho composto pelos referidos membros e presididos pelo Inspetor da Instrução Pública, José Joaquim Pessanha Pova, analisou o compêndio de Jardim e, assim, autorizou a adoção desse livro nas escolas primárias do estado, pois, o autor, conhecendo os trâmites, solicitou o parecer do conselho, conforme publicado no jornal *O Espírito-Santense*, em 10 de abril de 1877 (Figura 68).

---

<sup>92</sup> O Conselho fora criado na gestão do presidente Thomé da Silva, conforme o Regulamento de 20 de fevereiro de 1873 que reorganizou a Instrução Pública Primária e Secundária. O professor primário que viesse utilizar compêndios ou livros não autorizados pelo Conselho Central seria penalizado, sendo obrigado a pagar uma multa no valor de 10\$000 a 20\$000.

FIGURA 69 - Jardim solicita parecer do Conselho Central de Instrução - 1877

Miguel Maria Jardim, pedindo que seja submettido ao Conselho Central de Instrução Pública desta provincia, para dar parecer a sua obra de Arithmetica elemental apropriada ás escólas primarias. — Dê-se a conveniente direcção aos exemplares da obra do supplicante na fórmá que requer.

Fonte: O Espírito Santense, 10 de abr. 1877a (Hemeroteca Digital)

A esse respeito, lemos ainda no referido jornal, datado de 05 de maio de 1877 (Figura 69).

FIGURA 70 - Foram fornecidas cinco exemplares da Arithmetica de Jardim ao Conselho Central da Instrução Pública – 1877

--- Ao Dr. Inspector Geral da Instrução Pública. --- De ordem do Exm.º Sr. Presidente da provincia, transmitto a V. S.ª cinco exemplares do Compendio de Arithmetica Elemental, que foram apresentados pelo authór Miguel Maria Jardim com o incluso requerimento que devolverá, datado de 12 do corrente, além de ser submettido ao Conselho Central de Instrução Pública, para dar parecer sobre a mesma obra.

Fonte: O Espírito Santense, 5 de mai. 1877b (Hemeroteca Digital)

No ano seguinte, mais precisamente, no mês de junho de 1878, conforme constatamos no capítulo 2 desta pesquisa de mestrado, o presidente da província do Espírito Santo autorizou a compra de 700 exemplares da Arithmetica Elemental de Miguel Maria Jardim, após ser aprovada pelo Conselho Central. Dessa forma, corroboramos com Bittencourt (1993, p. 120, grifos da autora), pois além do “[...] Estado ter o poder de credenciar as obras escolares, ele era também o principal comprador das obras didáticas por sua política de distribuição de livros para *alunos pobres*”.

A partir do todo exposto, por meio do Quadro 22, retomamos o objetivo lançado que consiste em cotejar os saberes aritméticos a ensinar preconizados na Arithmetica Elemental de Jardim com os Programas de Ensino, referente aos conteúdos de

aritmética para a escola primária, determinados nos Regulamento da Instrução Pública de 1873 e 1877.

QUADRO 22 – Comparativo do Programa de Aritmética para a escola primária, 1873 e 1877, com a Aritmética Elementar de Jardim (1879).

Arithmetica Elementar M. M. Jardim	Programa de Aritmética nas Escolas Primárias	
	1873	1877
<p><b>1879</b></p> <p><b>Aritmética</b> - distribuída em 32 lições: página 9 a 82.</p> <p>Tabuada; definições: unidade, quantidade, número, n.º inteiro, fração, n.º par e ímpar, n.º concreto e abstrato, ordem, classe, numeração falada e escrita, valor absoluto e relativo; numeração; as quatro operações com números inteiros<sup>93</sup>; prova dos nove; frações (ordinária, imprópria e mista); simplificação de frações; caracteres de divisibilidade; máximo divisor comum; redução de frações ao mesmo denominador; comparação de frações; as quatro operações envolvendo frações; frações decimais; número decimal; reduzir fração decimal a ordinária; converter fração ordinária em decimal; dízima periódica; as quatro operações envolvendo decimais; número complexo<sup>94</sup>; as quatro operações com número complexo;</p> <p><b>Sistema Métrico Decimal</b> - distribuída em 10 lições: página 82 a 107.</p>	<p>- Princípios elementares de aritmética e suas aplicações em números inteiros.</p> <p>- Sistema de pesos e medidas nacional.</p>	<p>- Elementos de Aritmética em suas aplicações em números inteiros, decimais, quebrados e complexos.</p> <p>- Sistema legal de pesos e medidas.</p>

Fonte: Adaptado do Regulamento de 1873 e 1877, bem como do livro Arithmetica Elementar de Jardim (1879).

A análise empreendida permite-se constar que as primeiras 32 lições do compêndio de Jardim, tratam-se dos princípios elementares da aritmética e suas operações com inteiros, decimais, fracionários e complexos, atendiam os conteúdos previstos nos ditos regulamentos, assim, como o conteúdo de Sistema Métrico Decimal. Entretanto, um total de oito saberes *a ensinar*, distribuídos entre as nove lições que encerram a obra, não estavam previstos no Programa de Ensino da escola primária. Mas tais saberes, conforme o Quadro 23, estavam previstos no Programa de Ensino Secundário da Escola Normal.

<sup>93</sup> Jardim definiu número inteiro, como sendo aquele que compõe de unidades como 1, 3, 8, 27, etc.

<sup>94</sup> Complexo, segundo Jardim, diz respeito ao número composto de partes que exprimem unidades diversas resultantes da divisão de uma unidade principal.

QUADRO 23 – Comparativo do Programa de Aritmética para a escola normal, 1873 e 1877, com a Aritmética Elementar de Jardim (1879).

<b>Arithmetica Elementar M. M. Jardim</b>	<b>Programa de Aritmética nas Escolas Normais</b>	
<b>1879</b>	<b>1873</b>	<b>1877</b>
<p><b>Aritmética:</b> compreende o conteúdo listado no quadro anterior acrescida de 9 lições (página 108 a 128). Proporção; razão; regra de três simples; regra de três composta; regra de juros; regra de desconto; regra de companhia; regra de liga.</p> <p><b>Sistema Métrico Decimal</b> - distribuída em 10 lições: página 82 a 107.</p>	<p><b>Aritmética:</b> Este curso compreende a numeração, as quatro operações fundamentais, frações, complexos, regra de três, de juros, descontos, companhia e liga, noções do quadrado e do cubo e suas raízes.</p> <p><b>Sistema legal de pesos e medidas:</b> Sistema de pesos e medidas nacional, e sistema métrico decimal, conversão de umas medidas nas outras, devendo o professor propor problemas, que tenham analogia com os usos da vida.</p>	<p>Aritmética até proporções</p>

Fonte: Adaptado do Regulamento de 1873 e 1877, bem como do livro Arithmetica Elementar de Jardim (1879).

O livro de Jardim tem lições que contemplam a aritmética da escola primária, mas também, possuem lições que contemplam a Escola Normal, o que nos leva a conjecturar que tal obra teve uma amplitude maior. Constatamos que o Programa de Ensino da Escola Normal, nos Regulamentos de 1873 e 1877, compreendia “toda” a aritmética da escola primária, com os seguintes complementos: em 1877, o conteúdo se estendia até proporção, o que compreendia duas lições a mais no programa da escola normal comparado com a escola primária; e, quatro anos antes, em 1873, o livro de Jardim atenderia o programa da escola normal, ficando em dívida com os conteúdos sobre noções do quadrado e do cubo e suas raízes.

Para finalizar, identificamos dois ofícios<sup>95</sup>, entre os documentos do Instituto Nossa Senhora da Penha<sup>96</sup>, depositados no acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, emitidos pela diretora do instituto, Eulalia Julia da Silva Moreira, em 1878 e 1879, dirigidos ao Inspetor Geral da Instrução Pública, nos quais, solicita o fornecimento de livros.

<sup>95</sup> Ofício n. 56 de 1º de outubro de 1878 e Ofício n. 20 de 21 de fevereiro de 1879, dirigidos ao Inspetor Geral da Instrução Pública, em 1878, a José Accioli de Britto e, em 1879, a Deolmiro José Vieira Maciel.

<sup>96</sup> O Curso Normal era ofertado para alunos e alunas, estas no Instituto Nossa Senhora da Penha, e aqueles no Atheneu Provincial (ESPÍRITO SANTO, 1873b, 1877e).

O ofício n. 56 de 1º outubro de 1878 solicita o fornecimento apenas de um título, “[...] 25 compêndios de Arithmetica Elementar por Miguel Maria Jardim para uso das alunas” (ESPÍRITO SANTO, 1878d, p. 11). Já o ofício n. 20, datado de 21 de fevereiro de 1879, além da obra de Jardim, apresenta outros títulos como podemos observar:

[...] Relação dos livros precisos para o estudo das alumnas pobres que frequentam o Instituto Normal Nossa Senhora da Penha. – 15 terceiros livros do Dr. Abílio – 20 segundos ditos – 20 primeiros ditos – 18 grammaticas portuguesas do mesmo auctor – [...] 18 opusculos de moral religiosa – **25 Arithmetica de Jardim** (ESPÍRITO SANTO, 1879, p. 21, grifos nosso).

Os ofícios, supracitados, em relação ao Instituto Normal Nossa Senhora da Penha, demonstram que a Arithmetica Elementar de Jardim fora utilizada pelas alunas que frequentavam o Instituto e, conforme a legislação vigente, anexo ao Instituto, existia uma escola primária, com a denominação de “Escola Prática”, onde as alunas do curso normal, a partir do segundo ano, realizavam “exercícios práticos de ensino”, sempre sob as vistas e instrução do professor do Instituto (ESPÍRITO SANTO, 1873b, p. 24).

No geral, nos apoiamos neste capítulo nas representações tidas por Chartier (2002, p.17) como “[...] classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real”, nas quais, buscamos por meio do triângulo, entrelaçado pelos jornais, programas de ensino e o livro didático de Jardim, tecer uma teia de significados que nos levassem a compreender o movimento existente em relação à aritmética da escola primária do Espírito Santo na década de 1870.

## CAPÍTULO 4

### INTERCRUZANDO OLHARES, SINALIZANDO REFLEXÕES

**A história da matemática é um bom caminho para entendermos melhor as relações dos seres humanos com o conhecimento construído por diferentes culturas em diferentes épocas.**

Circe Mary Silva da Silva (2010)

A pesquisa, ora apresentada, está estruturada em três capítulos, com os quais tivemos o intuito de conhecer outros olhares, cujo foco recaísse na aritmética primária e que perpassasse pelo período da Primeira República no Brasil. O recorte temporal, as fontes utilizadas, o objeto de estudo foram determinantes para nossa revisão de literatura, muito em função de características que se aproximavam das do nosso trabalho.

Podemos dizer que essas pesquisas deixaram contribuições para a história da educação matemática no Brasil, além de apresentar um caminho que deve ser seguido, o de investigar os livros didáticos como sendo um produto cultural, fruto do trabalho humano, que possibilita compreender as relações sociais que se deram por meio de fatos e seus textos históricos. Segundo as pesquisas de Lacava (2017) e Oliveira (2013), ao assumir o livro didático como objeto cultural, a análise realizada permite saber, por exemplo, qual a metodologia de ensino utilizada por uma população escolar. Constatamos certa exiguidade em relação às pesquisas realizadas no Estado do Espírito Santo que versavam sobre a aritmética e que utilizavam o livro didático como fonte e/ou objeto de estudo.

Em seguida, apresentamos o inventário dos livros de aritmética que circularam pelo Estado do Espírito Santo, no período de 1878 a 1919. A fonte privilegiada para essa investigação foram os jornais, editados à época no Estado, pois a partir deles retiramos textos que enunciam as representações em relação aos livros didáticos de aritmética que circularam na província capixaba. Assim, por meio das notícias veiculadas em jornais elencamos onze títulos, dos quais elegemos a obra de Jardim para análise.

Em relação ao termo “circulação”, utilizado no capítulo, apresentamos dois elementos importantes (OLIVEIRA, 2018) que o caracterizam e legitimam, ou seja, o

processo de difusão, sob a responsabilidade dos jornais veiculados à época; e recepção, cuja adoção coube, em certo momento, à Instrução Pública do Estado do Espírito Santo, aprovada pelo seu Conselho; pelos lentes da Escola Normal e, a partir do início do século XX, pelos próprios professores primários da capital.

Por fim, o inventário por nós realizado permitiu, ainda, [1] identificar diferentes autores de livros didáticos, dentre eles, Jardim, Carvalho, Couturier, Costa, Trajano, Vianna, os quais, com seus textos, contribuiriam, de alguma forma, para o ensino da aritmética; [2] constatar a produção didática constituída, em sua grande maioria, por intelectuais ligados à Instrução Pública do Estado do Rio de Janeiro. Dentre os autores, Manoel Olympio Rodrigues da Costa, catedrático do Colégio D. Pedro II, instituição de ensino à época, referência para todas as demais escolas do território brasileiro; [3] identificar uma obra de autoria capixaba, a *Arithmetica Elementar*, do professor Amâncio Pinto Pereira, adotada no estado, em 1903, após deliberação dos professores primários, em reunião com o Diretor da Instrução Pública. Todavia, verificamos que na década de 1870, já existiam políticas de incentivo, por parte do governo capixaba, para que os professores produzissem compêndios ou obras de instrução primária.

Posteriormente, analisamos a *Arithmetica Elementar* de Miguel Maria Jardim, publicada em 1879, além de identificarmos elementos biográficos nela presentes e o cotejamento da aritmética a ensinar, preconizada, com os Programas de Ensino vigentes na década de 1870.

A análise empreendida permitiu concluir que Miguel Maria Jardim, ex-aluno da Escola Normal de Niterói, foi professor primário do Rio de Janeiro, pedagogo, jornalista, comerciante, livreiro e autor de livros didáticos. Além disso, atuou na instrução pública nos cargos de inspetor e delegado literário. Pessoa renomada e de grande influência na sociedade do Rio de Janeiro. Um profissional estimado não só pelos professores do seu estado, mas também, de outros, como São Paulo, por exemplo, pois chegou a receber o título de Sócio Honorário do Instituto Pedagógico de São Paulo. Dono de uma *expertise*, construída no exercício de suas atividades docentes, na escola da freguesia de Nossa Senhora de Parquequer, em Nova Friburgo; nas escolas de Ponta de Areia e de São Domingos, ambas na cidade de Niterói; bem como da participação ativa que teve nas funções de inspetor e

delegado literário, na mesma cidade e, na direção do Instituto Pedagógico do Rio de Janeiro. Uma *expertise* advinda do campo profissional.

Jardim foi autor de seis obras didáticas, das quais, quatro tratam de assuntos ligados diretamente a números: *Taboada Metrica*; *Tabella Metrica Commercial*; *Exercícios de contar adaptados a classe dos principiantes das escolas primarias, compreendendo as quatro operações fundamentais da arithmetica e Arithmetica Elementar*. Esta última, em especial, teve várias edições e foi adotada em cinco estados brasileiros: Rio de Janeiro, Bahia, Alagoas, Pará e Espírito Santo, circulando nesses estados por quase 20 anos. Identificamos, também, a difusão da obra em outros estados, além dos citados anteriormente, como Amazonas, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Paraná, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe.

O estudo, ainda, nos permitiu assumir a *Arithmetica de Jardim* como fonte/objeto de estudo, pois debruçamos sobre suas características e, conforme Choppin (2004), entre as peculiaridades do livro didático está o fato de ser este um tipo de objeto cultural de uso quase constante, nas instituições escolares, seja por parte dos alunos ou dos professores. Nesse aspecto, a *Arithmetica de Jardim* é um objeto cultural de uso quase constante, pois fora amplamente adotado no ensino primário brasileiro na segunda metade do século XIX, tendo diversas edições.

Uma das metas da pesquisa consistiu em responder a questão: como o autor estruturou a sua obra? Ou seja, ele a desenvolveu apoiando-se em qual método, analítico ou sintético? Constatamos que a ordenação dos conteúdos de aritmética, presente em sua obra, apresentou o método sintético, isto é, das partes para o todo. Passamos, então, a verificar se Jardim estava em conformidade com o proposto pela legislação, no entanto, essa ação não nos surtiu efeito algum, pois os Regulamentos não faziam menção a um método específico e sim denotavam caber ao Conselho Central de Instrução deliberar quais métodos e sistemas práticos de ensino deveriam ser adotados pelos professores capixabas.

Ao analisarmos a obra, perseguíamos, também, indícios do método intuitivo, como a utilização de gravuras, pois elas acionariam um dos cinco sentidos, a visão, um elemento de grande importância para a apreensão de objetos que conduziram o

aprendizado dos alunos. Entretanto, identificamos apenas 12 figuras, todas compreendidas nas dez lições referentes ao Sistema Métrico Decimal, utilizadas para mostrar os objetos matemáticos nelas presentes.

Retomando a questão norteadora desse estudo, qual seja: Como a *Arithmetica Elementar* de Miguel Maria Jardim, adotada pela instrução primária espírito-santense, refletira os conteúdos e métodos propostos nas legislações vigentes, na década de 1870?, verificamos que, das 51 lições apresentadas, 32 tratam, ao longo das páginas 9 a 82, especificamente, de conteúdos (elementos de aritmética em suas aplicações em números inteiros, decimais, quebrados e complexos); outras 10 lições, dispostas nas páginas 82 a 107, retratam sobre o Sistema Métrico Decimal, todas elas previstas na legislação da escola primária espírito-santense, na década de 1870.

As últimas 9 lições, dispostas entre as páginas 108 a 128, tais como proporção; razão; regra de três simples; regra de três composta; regra de juros; regra de desconto; regra de companhia; regra de liga não refletiam conteúdos propostos para a escola primária, mas conteúdos destinados à Escola Normal, o que nos sinaliza ter essa obra atingido uma maior abrangência, pois contemplava, propositadamente ou não, dois segmentos de ensino.

Diante do todo exposto, “encerramos” este trabalho, delineado a partir da mobilização de importantes fontes documentais primárias e secundárias; certos de que nos foi permitido conhecer personagens, os quais, sob a égide da legislação vigente, estruturaram e demarcaram o conhecimento a ser divulgado em determinado período; identificar métodos, os quais subsidiaram os conteúdos elencados como necessários para a formação primária; dialogar com alguns dos pressupostos da História Cultural e, com eles, destacar, observar os movimentos realizados por um grupo social. Todos esses elementos contribuem para a ampliação dos vieses da educação matemática, em particular, dos da história da educação matemática.

## REFERÊNCIAS

### FONTES PRIMÁRIAS

BAHIA (Estado). **Exercícios de contar de Jardim sendo vendido na província da Bahia em 1881**. Almanach do Diario de Noticias. Bahia, ano I, n. 01 de 1881. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

BRASIL (Ministério do Império). **Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 4ª sessão da 12ª Legislatura**, em 1865, pelo Sr. Ministro Pedro de Araújo Lima. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 3ª sessão da 14ª Legislatura**, em 1870, pelo Sr. Ministro João Alfredo Corrêa de Oliveira. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1871.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 2ª sessão da 15ª Legislatura**, em 1873, pelo Sr. Ministro João Alfredo Corrêa de Oliveira. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1873.

\_\_\_\_\_. **Relatório apresentado ao Ilmo. e Exm. Sr. Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, ministro e secretario d'estado dos negócios do Imperio**. Apresentado pelo Conselheiro da Inspectoria Geral da Instrução Primaria e Secundaria, Dr. Antonio Felix Martins, em 18 de abril de 1874. Rio de Janeiro: Typographia Cinco de Março, 1874.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº. 6.582 de 1º de agosto de 1907**. Dá regulamento às Escolas de Aprendizizes Marinheiros, 1907. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6582-1-agosto-1907-514091-publicaçaooriginal-1-pe.html/>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Regulamento de 20 de fevereiro de 1873**. O Espírito-Santense. Victoria, ano III, n. 210, 8 mai. 1873a. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Resolução n. 111 de 20 de maio de 1873 que regulamenta a Escola Normal do Espírito Santo**. O Espírito-Santense. Victoria, ano III, n. 219, 29 mai. 1873b. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Resolução n. 117 de 24 de maio de 1873 que determina instruções para os exames de habilitações para o magistério de Instrução Primária**. O Espírito-

Santense. Victoria, ano III, n. 220, 31 mai. 1873c. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Miguel M. Jardim solicita parecer do Conselho Central da Instrução Pública do Espírito Santo em 1877.** O Espírito-Santense. Victoria, ano VII, n. 43, 10 abr. 1877a. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Miguel M. Jardim oferta cinco exemplares da Arithmetica Elementar para ser analisada pelo Conselho Central da Instrução do Espírito Santo.** O Espírito-Santense. Victoria, ano VII, n. 54, 5 mai. 1877b. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Conselho Central da Instrução Pública: membros nomeados em 1877.** O Espírito-Santense. Victoria, ano VII, n. 120, 6 out. 1877c. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 5 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Regulamento de 17 de dezembro de 1877.** O Espírito-Santense. Victoria, ano VII, n. 152, 20 dez. 1877d. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 16 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Regulamento de 17 de dezembro de 1877.** O Espírito-Santense. Victoria, ano VII, n. 153, 22 dez. 1877e. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 16 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Regulamento de 17 de dezembro de 1877.** O Espírito-Santense. Victoria, ano VII, n. 154, 25 dez. 1877f. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 16 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Actos Officiaes.** A Actualidade: órgão do Partido Liberal. Victoria, ano I, n. 35, 14 jun. 1878a. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 15 set. 2017.

\_\_\_\_\_. **Manoel S. Mafra presidente do Espírito Santo em 1878.** O Espírito-Santense. Victoria, ano VIII, n. 32, 3 abr. 1878b. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Affonso Peixoto de Abreu Lima passou a administração da província do Espírito Santo ao Exm. Sr. Tenente Coronel Alpheu Adelpho Monjardim d'Andrade e Almeida,** em 19 de fevereiro de 1878. Victoria: Typographia da Gazeta da Victoria, 1878c. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 18 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Ofício n. 56.** Victoria, 1º de outubro de 1878d. Acervo: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

\_\_\_\_\_. **Ofício n. 20.** Victoria, 21 de fevereiro de 1879. Acervo: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

\_\_\_\_\_. **Administração Provincial: relato sobre a reforma de João Thomé.** A Província do Espírito Santo. Victoria, ano I, n. 113, 8 dez. 1882a. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Amâncio Pinto Pereira – nomeado professor público primário, em 1822.** O Espírito-Santense. Victoria, ano XII, n. 94, 30 nov. 1882b. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Manoel S. Mafra ministro da justiça em 1882.** O Cachoeiro. Cachoeiro de Itapemirim, ano V, n. 7, 12 fev. 1882c. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Amâncio Pinto Pereira – redator dos jornais “Sete de Setembro” e “Baluarte”.** Lucifer: Orgão do Povo. Victoria, ano I, n. 2, 13 out. 1884. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Venda de livros pela Casa João Serafim.** A Folha da Victoria. Victoria, ano III, n. 35, 25 fev. 1886. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Amâncio Pinto Pereira – Sócio do Grêmio Litterario Victoriense.** O Espírito-Santense. Victoria, ano XVIII, n. 67, 22 ago. 1888. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Casa Laemmert tece elogios a Arithmetica Primaria de Trajano.** O Estado do Espírito Santo. Victoria, ano IX, n. 2278, 27 jul.1890a. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. **Livraria Livro Azul.** O Estado do Espírito Santo. Victoria, ano IX, n. 2354, 29 out. 1890b. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Livros adotados no Instituto Atheneu e no Colégio Nossa Senhora da Penha em 1890.** A Folha da Victoria. Victoria, ano VIII, n. 678, 26 jan. 1890c. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Livros adotados pela Instrução Pública do Estado do Espírito Santo em 1890.** O Estado do Espírito Santo. Victoria, ano IX, n. 2125, 5 jan. 1890d. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Projeto de reorganização da instrução publica do Estado do Espírito Santo.** O Estado do Espírito Santo. Victoria, ano IX, n. 2153, 10 fev. 1890e. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Atheneu do Estado do Espírito Santo é extinto em 1892 dando lugar a Escola Normal.** O Cachoeirano. Cachoeiro de Itapemirim, ano XV, n. 29, 24 jul.

1892a. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 2 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Congregação do Atheneu do Espírito Santo avalia obra do professor Amâncio P. Pereira em 1892.** O Estado do Espírito Santo. Victoria, ano XI, n. 2693, 4 abr. 1892b. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 2 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 2 de 4 de junho de 1892.** Victoria, 04 de junho de 1892c. Acervo: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES).

\_\_\_\_\_. **Livros distribuídos pela Instrução Pública em 1893.** O Estado do Espírito Santo. Victoria, ano XII, n. 3158, 20 jul. 1893. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **Livros vendidos pela Papelaria Commercial em 1894.** O Estado do Espírito Santo. Victoria, ano XIII, n. 3329, 12 jan. 1894. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Livros distribuídos pela Instrução Pública em 1895.** O Estado do Espírito Santo. Victoria, ano XIV, n. 4033, 16 out. 1895. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **Governo autoriza a compra de compêndios de Aritmética.** O Estado do Espírito Santo. Victoria, ano XV, n. 4144, 26 fev. 1896a. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Ofício n. 11.** Victoria, 22 de janeiro de 1896b. Acervo: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

\_\_\_\_\_. **Ofício n. 56.** Victoria, 18 de julho de 1896c. Acervo: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

\_\_\_\_\_. **Ofício n. 14.** Victoria, 12 de fevereiro de 1897. Acervo: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

\_\_\_\_\_. **Livros distribuídos pela Instrução Pública em 1898.** O Estado do Espírito Santo. Victoria, ano XVII, n. 300, 25 dez. 1898. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **Livros escolhidos pelos professores primários em 1902.** O Estado do Espírito Santo. Victoria, ano XX, n. 47, 26 fev. 1902. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Livros escolhidos pelos professores primários em 1903.** O Estado do Espírito Santo. Victoria, 12 fev. 1903. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Amâncio Pinto Pereira – aposenta após 23 anos de serviço na Instrução Pública Primária do Espírito Santo.** Jornal Oficial. Victoria, ano II, n. 24,

4 fev. 1906. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Livros adotados pelos lentes da Escola Normal em 1909.** Diário da Manhã. Victoria, ano III, n. 92, 2 mai.1909. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Livros adotados pelos lentes da Escola Normal em 1910.** Diário da Manhã. Victoria, ano IX, n. 45, 16 fev. 1910a. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Professores da Escola Normal que participaram da escolha de livros didáticos em 1910.** Comercio do Espírito Santo. Victoria, ano XX, n. 35, 15 fev. 1910b. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em 20 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **Livros adotados pelos lentes da Escola Normal em 1911.** Diário da Manhã. Victoria, ano VI, n. 62, 7 mar. 1911a. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Livros adotados no Ginásio Espírito Santense em 1911.** Diário da Manhã. Victoria, ano VI, n. 80, 25 mar. 1911b. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Livros adotados pelos lentes da Escola Normal em 1912.** Diário da Manhã. Victoria, ano VII, n. 100, 11 abr. 1912. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Livros adotados pelos lentes da Escola Normal em 1916.** Diário da Manhã. Victoria, ano X, n. 140, 1 fev. 1916a. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Livros adotados no Ginásio Espírito Santense em 1916.** Diário da Manhã. Victoria, ano X, n. 168, 4 mar. 1916b. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Livros adotados no Ginásio Espírito Santense em 1919.** Diário da Manhã. Victoria, ano XIII, n. 190, 5 abr. 1919. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Heráclito Amâncio Pereira – filho do professor Amâncio Pinto Pereira.** Diário da Manhã. Victoria, ano XVIII, n. 70, 10 nov. 1922. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Biblioteca Pública do Espírito Santo.** 2018. Disponível em: <<https://secult.es.gov.br/biblioteca-publica-do-espírito-santo-bpes>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

JARDIM, Miguel Maria. **Arithmetica Elementar.** Edição correcta. Rio de Janeiro: Typographia da Reforma, 1879.

MARANHÃO (Estado). **Nova Arithmetica de Jardim publicada em 1891.** A Cruzada. São Luís do Maranhão, ano II, n. 85, 23 jan. 1891. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 02 mai. 2018.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Uma Escola de Leitura Repentina pelo Methodo Castilho.** Correio Mercantil. Rio de Janeiro, ano X, n. 250, 02 set. 1853. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 25 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei 1.127 de 04 de fevereiro de 1859.** Correio Mercantil. Rio de Janeiro, ano XVI, n. 44, 18 fev. 1859. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 25 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Diretoria da Instrução Pública do Rio de Janeiro abre concurso para professor atuar na primeira e segunda cadeira da Escola Normal de Niterói em 1862.** Correio Mercantil. Rio de Janeiro, n. 70, 12 mar. 1862a. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 25 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Felippe José Alberto Junior, professor e diretor da Escola Normal de Niterói em 1862.** Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, ano XLII, n. 112, 24 abr. 1862b. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Pedro de Alcantara Lisboa, nomeado professor da 2ª cadeira da Escola Normal de Niterói em 1862.** Correio Mercantil. Rio de Janeiro, n. 120, 02 mai. 1862c. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 25 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Ernesto de Souza e Oliveira, nomeado professor da 3ª cadeira da Escola Normal de Niterói em 1863.** Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, ano XLIII, n. 89, 01 abr. 1863. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 25 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Miguel M. Jardim naturalizado brasileiro.** Correio Mercantil. Rio de Janeiro, ano XXII, n. 138, 20 mai. 1865. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 06 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **Miguel M. Jardim nomeado pensionista da Escola Normal.** Correio Mercantil. Rio de Janeiro, ano XXIII, n. 1, 4 jan. 1866a. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **Escola Normal de Niterói é reinaugurada em 1862.** A Patria. Rio de Janeiro, ano XI, n. 109, 15 dez. 1866b. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Miguel M. Jardim conclui o curso na Escola Normal em 1866.** A Patria. Rio de Janeiro, ano XI, n. 109, 15 dez. 1866c. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 04 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **Nomeação de Miguel Maria Jardim para o cargo de professor público efetivo do Rio de Janeiro.** Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, ano XLVII, n. 35, 9 fev. 1867. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 03 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **Remoção de Miguel M. Jardim para Ponta de Aréa.** Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, ano 51, n. 343, 15 dez. 1868. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 03 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **Casamento de Miguel Maria Jardim em 1869.** O Apostolo. Rio de Janeiro, ano IV, n. 21, 23 mai. 1869. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 02 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Miguel M. Jardim – professor passa ser professor vitalício na Instrução Pública do Rio de Janeiro em 1872.** A Patria. Rio de Janeiro, ano XIV, n. 112, 23 jun. 1872a. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 06 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **A Arithmetica – texto do professor Manoel Ribeiro Almeida.** A Instrução Publica: Publicação Hebdomadaria. Rio de Janeiro, ano I, n. 8, 2 jun. 1872b. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Remoção de Miguel Maria Jardim para São Domingos.** A Instrução Publica: Publicação Hebdomadaria. Rio de Janeiro, ano I, n. 14, 14 jul. 1872c. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 03 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **Taboada Métrica de Jardim.** A Instrução Publica: Publicação Hebdomadaria. Rio de Janeiro, ano I, n. 15, 21 jul. 1872d. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Arithmetica Elementar de Jardim pública em 1872.** A Reforma. Rio de Janeiro, ano IV, n.256, 6 nov. 1872e. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 04 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **Arithmetica Elementar de Jardim publicada em 1872.** A Patria. Rio de Janeiro, 7 nov. 1872f. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 03 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **Manoel Olympio Rodrigues da costa nomeado professor da cadeira de português, geografia e Aritmética, do Imperial Collegio de Pedro II em 1873.** Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, ano 56, n. 203, 25 jul. 1873a. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Estatuto do Instituto Pedagogico da Província do Rio de Janeiro.** A Instrução Publica: Publicação Hebdomadaria. Rio de Janeiro, ano II, n. 34, 24 ago. 1873b. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **Diretoria do Instituto Pedagogico da Província do Rio de Janeiro em 1873.** A Instrucção Publica: Publicação Hebdomadaria. Rio de Janeiro, ano II, n. 34, 24 ago. 1873c. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **Anúncio direcionado aos professores informando a venda da 2ª edição da Arithmetica Elementar de M. M. Jardim.** Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, ano 56, n.325, 26 nov. 1873d. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 04 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **Anúncio direcionado aos professores informando a venda da Arithmetica Elementar e a Taboada Metrica de M. M. Jardim.** Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, ano 57, n. 17, 1 jan. 1874a. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 04 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **O compêndio Noções de Arithmetica e do systema métrico decimal do autor Rodrigues da Costa fora publicado em 1874.** Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, ano 53, n. 20, 22 jul. 1874b. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **Livros publicados por Miguel M. Jardim até 1874.** A Patria. Rio de Janeiro, ano VIII, n. 10, 6 ago. 1874c. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Orientação para o ensino de Aritmética no Colégio Pujo – Rio de Janeiro em 1875.** Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, ano 58, n. 1, 1 jan. 1875a. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **Arithmetica Elementar de Jardim é adotada pela Instrução Pública da Província do Rio de Janeiro em 1875.** O Globo. Rio de Janeiro, ano II, n. 82, 24 mar. 1875b. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **O compêndio Noções de Arithmetica e do systema métrico decimal do autor Rodrigues da Costa tem sua 2ª edição em 1877.** O Globo. Rio de Janeiro, ano 04, n. 65, 6 mar. 1877a. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **Monsenhor Carlos Couturier imprimiu na França duas obras didáticas em 1877.** Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, ano III, n. 267, p. 1, 27 set. 1877b. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 7 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Caixa Econômica Escolar: é uma coisa muito simples.** A Escola: revista brasileira de educação e ensino. Rio de Janeiro, ano I, n. 3, 1877c. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Miguel M. Jardim recebe o título de sócio honorário do Instituto Pedagógico de São Paulo em 1877.** A Escola: Revista Brasileira de Educação e

Ensino. Volume II. Rio de Janeiro, 1877d. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 06 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **Caixas Econômicas Escolares**. A Escola: revista brasileira de educação e ensino. Rio de Janeiro, ano II, n. 6023, 1878a. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Caixas Econômicas Escolares**. A Escola: revista brasileira de educação e ensino. Rio de Janeiro, ano II, n. 5020, 18 mai. 1878b. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Caixas Econômicas Escolares**. A Escola: revista brasileira de educação e ensino. Rio de Janeiro, ano II, n. 6024, 15 jun. 1878c. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Annaes da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro**. Miguel Maria Jardim licenciado, em 09 de outubro de 1878. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e C. de J. Villeneuve & C., 1878d. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **Miguel M. Jardim embarca para Lisboa em 1878**. O Cruzeiro. Rio de Janeiro, ano I, n. 352, 19 dez. 1878e. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **Miguel M. Jardim retorna da Europa em 1879**. O Fluminense. Rio de Janeiro, ano II, n. 250, 14 dez. 1879a. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **Syllabario Escolar de Miguel Maria Jardim**. O Conservador. Rio de Janeiro, ano I, n. 13, 22 dez. 1879b. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Diretoria do Instituto Pedagógico da Província do Rio de Janeiro eleita para o ano de 1880 – Miguel M. Jardim como presidente**. Gazeta de Noticias. Rio de Janeiro, ano V, n. 358, 30 dez. 1879c. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **Locais em Miguel M. Jardim atuou como professor primário no período de 1867 a 1880**. Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro, 1867 a 1880. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **Tempo de serviço de Miguel Maria Jardim na Instrução Pública do Rio de Janeiro**. O Fluminense. Rio de Janeiro, ano III, n. 409, 24 dez. 1880. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 08 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **Diretoria do Instituto Pedagógico da Província do Rio de Janeiro – Miguel M. Jardim 1º secretário**. O globo. Rio de Janeiro, ano II, n. 430, 19 jan. 1883. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **Miguel M. Jardim nomeado inspetor das escolas de Niterói em 1885.** O Fluminense. Rio de Janeiro, ano VIII, n. 1122, 9 out. 1885. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Livros publicados por Monsenhor Carlos Couturier até o ano de 1886.** O Apostolo. Rio de Janeiro, ano XXI, n. 81, 21 jul. 1886. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **Manoel Olympio Rodrigues da Costa aposentou em 1890.** O Cruzeiro. Rio de Janeiro, ano I, n. 156, 22 jul. 1890. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Morre a filha de Miguel Maria Jardim – Agueda Jardim.** O Fluminense. Rio de Janeiro, ano XIV, n. 2152, 25 out. 1892. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 7 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Morre o filho de Miguel Maria Jardim – Cezar Jardim.** O Fluminense. Rio de Janeiro, ano XVI, n. 2459, 6 jun. 1894. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 7 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Morre a esposa de Miguel Maria Jardim.** O Fluminense. Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 2680, 9 mar. 1895a. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 7 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Miguel M. Jardim solicita exoneração do cargo de delegado de instrução da cidade de Niterói em 1895.** O Fluminense. Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 2922, 15 dez. 1895b. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Nova Arithmetica de Jardim publicada em 1899.** O Fluminense. Nictheroy (RJ), ano XXII, n. 3876, 11 fev. 1899a. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Nova Arithmetica de Jardim publicada em 1899.** O Fluminense. Nictheroy (RJ), ano XXII, n. 3973, 07 jun. 1899b. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Morre a filha de Miguel Maria Jardim – Clara Jardim.** O Fluminense. Rio de Janeiro, ano XXII, n. 5667, 07 set. 1904. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 7 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Morre o filho de Miguel Maria Jardim – Annival Jardim.** O Fluminense. Rio de Janeiro, ano 30º, n. 6699, 15 jul. 1907a. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 7 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Arithmetica Elementar de Jardim é adotada nas Escolas de Aprendizes Marinheiros.** Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, ano XXIII, n. 249, 06 set. 1907b.

Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. **Livraria Miguel Maria Jardim.** Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil. Rio de Janeiro, ano 73, v. 2, 1917a. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 04 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **Morre o filho de Miguel Maria Jardim – Juvenal Jardim.** A Razão. Rio de Janeiro, ano II, n. 356, 10 dez. 1917b. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Morre o filho de Miguel Maria Jardim – Balthazar Jardim.** Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, ano XLVI, n. 99, 11 abr. 1921. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Miguel M. Jardim atuou como jornalista.** O Fluminense. Rio de Janeiro, ano 48, n. 13079, 2 dez. 1925a. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 07 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **Miguel M. Jardim, decano dos professores públicos do Rio de Janeiro completa 84 anos em 1925.** O Fluminense. Rio de Janeiro, ano 48, n. 13079, 2 dez. 1925b. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **Nota de falecimento de Miguel M. Jardim.** Correio da Manhã. Rio de Janeiro, ano XXV, n. 9467, 5 dez. 1925c. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **Nota do sepultamento de Miguel M. Jardim.** Correio da Manhã. Rio de Janeiro, ano XXV, n. 9468, 6 dez. 1925d. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **Nota de falecimento de Miguel M. Jardim.** O Imparcial. Rio de Janeiro, ano XIV, n. 4727, 6 dez. 1925e. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **Prêmio Miguel Maria Jardim.** O Fluminense. Rio de Janeiro, ano 50, n. 13415, 11 jan. 1927. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

SÃO PAULO (Estado). **Arithmetica Elementar de Miguel M. Jardim tem a 2ª edição divulgada em São Paulo em 1873.** Diário de São Paulo. São Paulo, ano VIII, n. 2201, 19 fev. 1873a. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 17 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Arithmetica Elementar de Miguel M. Jardim tem a 2ª edição divulgada em São Paulo em 1873.** Gazeta de Campinas. São Paulo, ano IV, n. 335, 27 fev. 1873b. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 17 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Miguel M. Jardim solicita parecer do Inspetor Geral da Instrução Pública e Professor da Escola Normal de São Paulo em 1875.** Fonte: Diário de São Paulo. São Paulo, ano X, n. 2819, 7 abr. 1875. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Melchiades professor da 1ª cadeira da Escola Normal de São Paulo.** Correio Paulistano. São Paulo, ano XXIII, n. 6049, 23 dez. 1876. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **Professores paulistas solicitam adoção da Arithmetica de Jardim junto ao governo em 1877.** Diário de São Paulo. São Paulo, ano XII, n. 3368, 8 mar. 1877a. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **Americo Ferreira de Abreu – diretor da Escola Normal da Província de São Paulo em 1877.** Diário de São Paulo. São Paulo, ano XIII, n. 3593, 11 dez. 1877b. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **Nova Arithmetica de Jardim publicada em 1882.** Correio Paulistano. São Paulo, ano XXIX, n. 7738, 11 ago. 1882. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

## FONTES SECUNDÁRIAS

APEES. **Acervo Bibliográfico.** 2018a. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/quem-somos>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **História da Instituição.** 2018b. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/quem-somos>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro.** 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BASTOS, Maria Helena Camara. A Instrução Pública (1872-1875/1887-1888): permuta de luzes e ideias. In: XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, FORTALEZA/CE. Anais...Fortaleza 2009. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wpcontent/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0250.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

BATISTA, Fernando da Silva. **Análise histórica do estudo escolar de algoritmos da aritmética com base em explicações teóricas e exercícios propostos em livros didáticos de matemática (1870 – 1930).** 120f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática). Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2017.

BERTINI, Luciane de Fatima.; MORAIS, Rosilda dos Santos.; VALENTE, Wagner Rodrigues. **A matemática a ensinar e a matemática para ensinar: novos estudos sobre a formação de professores.** São Paulo: Editora Livraria da Física, 2017.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro Didático e Conhecimento Histórico**: uma história do saber escolar. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

\_\_\_\_\_. **Em foco**: História, produção e memória do livro didático. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 471-473, set/dez. 2004.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história**, ou o ofício do historiador. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BNDIGITAL. **Hemeroteca Digital**. 2018. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

BNP. **Informe sobre a materialidade do livro de Miguel M. Jardim**. Biblioteca Nacional de Portugal, 2018.

BORER, Valérie Lussi. Saberes: uma questão crucial para a institucionalização da formação de professores IN: HOFSTETTER, Rita; VALENTE, Wagner Rodrigues (Orgs.). **Saberes em (trans)formação**: tema central da formação de professores. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2017.

BORTOLI, Adriana. **Uma análise dos livros de André Perez Y Marin**: um momento da história da matemática escolar brasileira no início do século XX. 146f. Tese (Doutorado em Educação Matemática). Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2016.

CAMARGO, Maria Lúcia de França. **Lu Camargo, do IE Caetano de Campos, minha nova almoxarife** - Arithmetica de Monsenhor Carlos Couturier. 2013. Disponível em: <<https://ieccmemorias.wordpress.com/2013/09/09/lu-camargo-do-ie-caetano-de-campos-minha-nova-almoxarife/>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

CANEIRO, Rogério dos Santos. **O método intuitivo na aritmética primária de Calkis e Trajano**. 111f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática). Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação Matemática, Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2014.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

CARLOS, Valter Natal Valim. **Ilustrações de cartilhas escolares na Primeira República (1889-1930)**: a historiografia da educação no Espírito Santo por entre traços e espaços em branco. 297f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2015.

CHARTIER, Roger. **A aventura do Livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: UNESP, 1999.

\_\_\_\_\_. **A História Cultural** – entre práticas e representações. 2. ed. Lisboa: Difel, 2002.

\_\_\_\_\_. **Humanidades**. Estudos Avançados 24 (69), 2010.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, n. 2. Porto Alegre, RS, p.177-229, 1990.

CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. **Revista História da Educação**. Pelotas, v. 6, n. 11, p. 5-24, abr. 2002.

\_\_\_\_\_. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set/dez. 2004.

FARIA, Kátia S. Carvalho Santos. Jornais e revistas da instrução pública: luz pedagógica para as práticas de Aritmética na formação de professores da Escola Normal da Província do Rio de Janeiro. In: BRITO, Arlete de Jesus; FARIAS, Kátia S. C. Santos; MIORIM, Maria Ângela (Orgs.). **Pesquisas históricas em jornais e revistas**: produções do HIFEM. São Paulo: Livraria da Física, p. 21-47, 2014.

FTD EDUCAÇÃO. **A História**. 2018. Disponível em: <<https://ftd.com.br/a-ftd/a-historia>>. Acesso em: 07 fev. 2018.

GHEMAT – Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática no Brasil. **Glossário**, 1º versão. São Paulo, 2016.

GOMES, Sílvia Cunha. **A alfabetização na história da educação do Espírito Santo no período de 1924 a 1938**. 209 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

GONDRA, José Gonçalves; TAVARES, Pedro Paulo Hausmann. **A Instrução reformada**: ações de Couto Ferraz nas províncias do Espírito Santo, Rio de Janeiro e na Corte Imperial (1848-1854). CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3, 2004, Curitiba. Anais ... Curitiba: SBHE, 2004.

Disponível em:

<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo3/211.pdf>.

Acesso em: 21 fev. 2018.

GONTIJO, Cláudia M. Mendes; GOMES, Sílvia Cunha. Escola primária e ensino da leitura e da escrita (alfabetização) no Espírito Santo (1870 – 1930). Vitória: EDUFES, 2013.

GUIMARÃES, Marcos Denilson. **Por que ensinar desenho no curso primário? Um estudo sobre as suas finalidades (1829-1950)**. 212f. Tese (Doutorado em Ciências). Programa de Pós-Graduação em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência, Universidade Federal de São Paulo, Garulhos, 2017.

HOSFSTETTER, Rita.; SCHNEUWLY, Bernard. Saberes: um tema central para a formação de ensino e da formação. In: HOFSTETTER, Rita; VALENTE, Wagner

Rodrigues (Orgs.). Saberes em (trans)formação: tema central na formação de professores. São Paulo: Livraria da Física, p. 113-172, 2017.

HOSFSTETTER, Rita.; SCHNEUWLY, Bernard.; FREYMOND, Mathilde. Penetrar na verdade da escola para ter elementos concretos de sua avaliação – A irresistível institucionalização do *expert* em educação. In: HOSFSTETTER, Rita; VALENTE, Wagner Rodrigues (Orgs.). Saberes em (trans)formação: tema central na formação de professores. São Paulo: Livraria da Física, p. 55-112, 2017.

JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico**. Revista Brasileira de História da Educação. Campinas, n. 1, p. 9-43, jan./abr. 2001.

LACAVA, Alana Godoy. **Um estudo sobre diferentes abordagens da prova dos novos presentes em livros didáticos de aritmética – (1890-1970)**. 159f. Dissertação (Mestrado em Educação Científica e Tecnológica). Programa de Pós Graduação em Educação Científica e Tecnológica, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

LAJOLO, Marisa. Livro Didático: um (quase) manual de usuário. **Em Aberto**, n. 69, p. 2 - 9, 1996.

LEGROS, Valérie; SIQUEIRA FILHO, Moysés Gonçalves. **A Aritmética e o Método Intuitivo nos manuais escolares do ensino primário (médio e superior/complementar) no Brasil e na França no final do século XIX e início do Século XX**. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 34, n. 1, p. 15-40, jan./abr. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175795X.2016v34n1p15/31928>>. Acesso em: 05 junho 2018.

MIORIM, Maria Ângela. Divulgando livros didáticos de matemática: revistas de editoras brasileiras nas décadas de 1950 a 1970. In: BRITO, Arlete de Jesus; FARIAS, Kátia S. C. Santos; MIORIM, Maria Ângela (Orgs.). Pesquisas históricas em jornais e revistas: produções do HIFEM. São Paulo: Livraria da Física, p. 139-166, 2014.

MORAIS, Rosilda dos Santos. Experts – Cadernos de Trabalho II. 1ª ed. São Paulo: Livraria da Física, 2018, v.6. 45p.

OLIVEIRA, Marcus Aldenison. **Antônio Bandeira Trajano e o método intuitivo para o ensino de aritmética – (1879-1954)**. 142f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Tiradentes, Aracaju, 2013.

\_\_\_\_\_. **A aritmética escolar e o método intuitivo: um novo saber para o curso primário (1870 – 1920)**. 280f. Tese (Doutorado em Ciências). Programa de Pós-Graduação em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2017.

\_\_\_\_\_. Circulação – Cadernos de Trabalho II. 1ª ed. São Paulo: Livraria da Física, 2018, v.1. 83p.

PEZZIN, Ana Cláudia. **A Educação Pública Primária Espírito-Santense: vestígios da matemática na formação de professores no período de 1892 a 1960.**155f. Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica). Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica, Universidade Federal do Espírito Santo, São Mateus, 2015.

PINTO, Neusa Bertoni. O fazer histórico-cultural em Educação Matemática: as lições dos historiadores. In: **Anais... SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA MATEMÁTICA, 7.**, 2007. Gurapuava: Universidade do Centro-Oeste, 2007. p.109-127.

PIROLA, André Luiz Bis. **O livro didático no Espírito Santo e o Espírito Santo no livro didático: história e representações.** 265f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

ROCHA, César Jesus da. **A Formação de Professores sob a Égide da Reforma Anísio Teixeira: indicativos de uma aritmética para ensinar na escola primária da Bahia (1924-1929).** 144f. Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica). Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica, Universidade Federal do Espírito Santo, São Mateus, 2017.

SANTOS, Rosiane Morais dos. **Um recorte histórico acerca do Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal do Espírito Santo no Município de São Mateus (1991-2010).** 2011. 78 f. Monografia (Programa de Pós-Graduação em Educação Básica) – DECH- UFES, São Mateus, 2011.

SIQUEIRA FILHO, Moysés Gonçalves. **(Re)criando modos de ver e fazer Matemática: as estratégias utilizadas por alunos adultos na Resolução de Problemas.** 229 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1999.

\_\_\_\_\_. **Ali Izzid Izz-Edim Ibn Salim Hank Malba Tahan: episódios do nascimento e manutenção de um autor-personagem.** 2008. 258f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

\_\_\_\_\_. **O Methodo Analytico Intuitivo na escola primária Espírito-Santense e o discurso de Carlos Alberto Gomes Cardim.** Interfaces Científicas – Educação. Aracajú, v. 3, n.2, p. 33-42, fev. 2015.

\_\_\_\_\_. **A Matemática na formação de professores primários no Espírito Santo (1890-1908).** Revista Diálogo Educação. Curitiba, v.16, n.48, p. 365-380, maio/ago. 2016.

SOARES, Márcia Guedes. **A aritmética de Lourenço Filho: um estudo sobre as dinâmicas de transformações do saber escolar em face de uma nova pedagogia.** 110f. Dissertação (Mestrado em Ciências). Programa de Pós-Graduação em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência, Universidade Federal de São Paulo, Garulhos, 2014.

SOUZA, Carlos Aberto Marques de. **Às Portas da República: curso primário e aritmética em Vassouras, 1887-1904**. 165f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática). Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação Matemática, Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2013.

VALENTE, Wagner Rodrigues. **Uma história da matemática escolar no Brasil: 1730-1930**. São Paulo: Annablume, 1999.

\_\_\_\_\_. Positivismo e Matemática Escolar dos Livros Didáticos no Advento da República. **Cadernos de Pesquisa**, n. 109, p. 201-212, março/2000. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/160364>> . Acesso em: 14 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **História da Educação Matemática: interrogações metodológicas**. **REVMAT** - Revista Eletrônica de Educação Matemática, Santa Catarina, v 2.2, p.28-49, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revemat/article/download/12990/12091>>. Acesso em: 04 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Livro didático e educação matemática: uma história inseparável**. Zetetiké, Campinas, v. 16, n. 30, p. 139-162, jul./dez. 2008.

\_\_\_\_\_. Como Ensinar Matemática no Curso Primário? Uma questão de conteúdos e métodos, 1890-1930. **Revista Perspectivas da Educação Matemática (UFMS)**. Mato Grosso do Sul, v. 8, n. 17, p. 192-207. 2015.

\_\_\_\_\_. A Matemática a ensinar e a Matemática para ensinar. Os Saberes para a formação do educador matemático. In: HOFSTETTER, Rita; VALENTE, Wagner Rodrigues (Orgs.). **Saberes em (trans)formação: tema central da formação de professores**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2017a.

\_\_\_\_\_. Os saberes para ensinar matemática e a profissionalização do educador matemático. **Revista Diálogo Educacional (PUC)**. Paraná, v. 17, n. 51, p. 207-222, jan./mar. 2017b.

\_\_\_\_\_. Processos de investigação histórica da constituição do saber profissional do professor que ensina matemática. **Revista Acta Scientiae (ULBRA)**. Canoas, v. 20, n. 3, p. 377-385, mai/jun. 2018.

VALENTE, Wagner Rodrigues.; BERTINI, Luciane de Fatima.; CANEIRO, Reginaldo Fernando; FAYOL, Michel. **A aritmética nos primeiros anos escolares: história e perspectivas atuais**. 1 ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2016.

VIEIRA, Maria Pilar Araújo.; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha.; KHOURY, Yara Maria An. **A Pesquisa em História**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

VILLELA, Heloísa de Oliveira Santos. O Mestre-Escola e a Professora. In: Eliane Marta Teixeira Lopes ; Luciano Mendes Faria Filho ; Cynthia Greive Veiga. (Orgs.). **500 ANOS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

\_\_\_\_\_. A primeira escola normal do Brasil: concepções sobre a institucionalização da formação docente no século XIX. In: ARAUJO, José Carlos; FREITAS, Ana Maria Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Orgs.). **As escolas normais no Brasil: do Império à República**. 1a.ed.Campinas: Alínea, 2008.

# ANEXOS

